

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



Tese de doutorado

**O discurso do Jornal O Globo sobre as Ministras do Partido dos Trabalhadores
(2003-2016):**

Reprodução de estrutura patriarcal e incapacitação política das mulheres

Gabriela de Moraes Santos

Gabriela de Moraes Santos

**O discurso do Jornal O Globo sobre as Ministras do Partido dos Trabalhadores
(2003-2016):**

Reprodução de estrutura patriarcal e incapacitação política das mulheres

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Pelotas., como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência política.

Orientador: Pedro Alcides Robertt Niz

Coorientador: Fábio Souza da Cruz

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S237g Santos, Gabriela de Moraes

O discurso do jornal O Globo sobre as ministras do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) : reprodução de estrutura patriarcal e incapacitação política das mulheres / Gabriela de Moraes Santos ; Pedro Robertt, orientador ; Fábio Souza da Cruz, coorientador. — Pelotas, 2021.

200 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Representações. 2. Mídia escrita. 3. Jornal o globo. 4. Ministras de Estado. 5. Governos do Partido dos Trabalhadores. I. Robertt, Pedro, orient. II. Cruz, Fábio Souza da, coorient. III. Título.

CDD : 320

**Dedico esta tese a Rosa Helena e Ronan Bueno.
Meus pais sempre acreditaram nos meus sonhos.
Esse trabalho é a materialização de muitas inquietações presentes em nossas
conversas.**

Agradecimentos

Ofereço essa tese primeiramente a todas as mulheres que ousaram alcançar espaços, vislumbrando mudanças na estrutura, para que mais de nós pudessem sentir a autonomia de escolher seu lugar ao sol. Seguimos buscando. O caminho da escrita é um tanto quanto solitário e que precisa de muita resiliência.

Agradeço aos meus pais, Rosa Helena e Ronan Bueno todo o suporte e paciência com meus horários de dedicação. Esse sonho ganhou fôlego porque sonhamos juntos. A minha irmã Kalliandra, agradeço por toda a inspiração e carinho. A Rachel por acompanhar essa caminhada de perto, rodando o Brasil ao meu lado, tornando tudo uma grande aventura.

A estadia em Pelotas para realizar as disciplinas e pesquisa do doutorado foi um desafio de muito crescimento. A família de amigos que constituí tornou a experiência muito mais viva e doce. Obrigada a todos vocês: Amanda, Renato, Ricardo, Lori, Lorenzato, Caio, Marcos, Ally, Arthur, Henrique, Giulia Helena, Barbará, Carline, Rebeca, Amora, Leticia Baron, Vitor, Bruna, Nara, Camila, Eleonor, Cinara, Simone, Thaíse e Evellyn.

Aos meus amigos de Uberlândia que são conforto de origem e reencontro. Felipe Graça, Maresha, Barbara, Leticia, Heloisa Gregório, Gabriela Diniz, Brunna, Fernandinho, Danilo, Vinicius, Filipe Inácio, Carlinha, Alecilda, Luiz Paulo, Inaê, Marcela, Myke, Emily Kohler e Vitória. E também as amigas virtuais que me socorreram muitas vezes: Milla Jenz e Carol Cardoso. Sou grata também ao Grupo “Diz Aí”, de apoio terapêutico da UFPEL, que me apresentou pessoas essenciais para tornar essa trajetória mais acolhedora.

Esta tese só foi possível por todo o apoio de amigos professores e professoras que acreditaram nessa proposta junto comigo. O orientador Pedro que trabalhou intensamente nesse e com muita dedicação e profissionalismo. Fábio, co-orientador, que auxiliou com competência nos capítulos sobre mídia, discurso e política.

Simone que atualizou minhas leituras com muitas provocações em aulas. Marili que acompanha meu desenvolvimento desde a graduação com um olhar atento, confiante e amigo. Etiene que gentilmente topou contribuir com meu trabalho compondo a banca avaliadora. A Andria que é uma grande amiga, que admiro pelas

suas inquietações e proatividade. Pessoas como vocês fazem toda a diferença, que sorte tê-los encontrado pelo meu caminho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGC POL) pela estrutura de trabalho oferecida para a realização desta tese. A coordenação gerida pelo professor Carlos Gallo que auxiliou com muita prestatividade questões operacionais e burocráticas. Assim como a CAPES pela concessão da bolsa para os primeiros dois anos. A Universidade Federal de Pelotas que prima pela qualidade e pelo pensamento crítico. A universidade pública e gratuita que é uma importante via de conhecimento e resistência.

*Você é uma só pessoa
Mas quando você avança
Uma comunidade inteira
Anda por meio de você
Ninguém anda sozinho.*

*Rupi Kaur
- "Meu Corpo, Minha Casa"*

Resumo

SANTOS, Gabriela de Moraes. **O discurso do Jornal O Globo sobre as Ministras do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)**: reprodução de estrutura patriarcal e incapacitação política das mulheres. Orientador: Pedro Alcides Robertt Niz, 2021. 423 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O objetivo da pesquisa aqui apresentada é aferir se as representações da mídia escrita, especificamente, do jornal *O Globo*, quanto às Ministras de Estado empossadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores foram representadas mediante mecanismos discursivos de dominação simbólica tendentes a colocar em xeque suas capacidades políticas e administrativas. Para tanto, foi construído um referencial teórico voltado a considerar as relações entre gênero e política e os questionamentos feministas, para compreender o déficit de inserção política das mulheres nos altos escalões da estrutura pública, bem como um quadro conceitual que incluísse uma discussão ampla sobre discurso, mídia e dominação simbólica. A análise das fontes documentais buscou descrever a trajetória política, social e ativista e os diversos capitais das Ministras antes da posse, assim como informações relacionadas à sua atuação administrativa, de forma a captar qual eram as competências com as quais contavam antes de tomar posse. A pesquisa documental contemplou reportagens, matérias e artigos publicados durante o primeiro mês da nomeação das referidas ministras, para aferir as impressões dos jornalistas emitidas antes mesmo que fosse possível avaliar, efetivamente, suas capacidades administrativas e políticas, na busca por expressões que demonstrassem a utilização de mecanismos simbólicos de dominação masculina. Buscou-se, com isso, identificar-se, no período, no que consistia o discurso deslegitimador das capacidades das mulheres que ocupavam ministérios junto ao Poder Executivo Federal. Os resultados da pesquisa empírica confirmam que a ocupação feminina dos espaços políticos resta prejudicada pela dominação masculina no referido campo. Para além disso, mostrou que os canais midiáticos têm um papel de destaque na entronização dos pressupostos de dominação simbólica, ao fortalecer os estereótipos relacionados às mulheres que ocupam posições de destaque na estrutura dos Poderes.

Palavras-chave: Representações. Mídia Escrita. Jornal *O Globo*. Ministras de Estado. Governos do Partido dos Trabalhadores.

Abstract

SANTOS, Gabriela de Morais. **The speech of *O Globo* Newspaper about the Ministers of the Workers' Party (2003-2016):** reproduction of the patriarchal structure and political incapacitation of women. Advisor: Pedro Alcides Robertt Niz, 2021. 423 f. Thesis (Doctor in Political Science) - Graduation Program in Political Science, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

The objective of the research presented here is to assess whether the representations of the written media, specifically, of the newspaper *O Globo*, regarding the Ministers of State installed during the administrations of the Workers' Party were represented through discursive mechanisms of symbolic domination tending to put their capacities in check political and administrative. To this end, a theoretical framework was built to consider the relations between gender and politics and feminist questions, to understand the deficit of political insertion of women in the upper echelons of the public structure, as well as a conceptual framework that included a broad discussion on discourse, media and symbolic domination. The analysis of the documentary sources sought to describe the political, social and activist trajectory and the different capitals of the Ministers before taking office, as well as information related to their administrative performance, in order to capture what were the competencies they had before taking office. The documentary research included reports, articles and articles published during the first month of the appointment of the aforementioned ministers, to gauge the impressions of the journalists issued before it was even possible to effectively evaluate their administrative and political capacities, in the search for expressions that demonstrated the use of symbolic mechanisms of male domination. With that, we sought to identify, in the period, what consisted of the delegitimizing discourse of the capacities of women who occupied ministries with the Federal Executive Power. The results of the empirical research confirm that the female occupation of political spaces remains hampered by male domination in that field. In addition, it showed that the media channels have a prominent role in the entrenchment of the assumptions of symbolic domination, by strengthening the stereotypes related to women who occupy prominent positions in the structure of the Powers.

Keywords: Representations. Written Media. *O Globo* newspaper. Ministers of State. Administrations of the Workers' Party.

Lista de Figuras

Figura 1 Quantidade de deputados por Estados e pelo Distrito Federal	53
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1 Presença de mulheres em cargos eletivos no Brasil: Câmara de Deputados e Senado de 2008 a 2019	52
Quadro 2 Capitais acumulados pelas Ministras dos Governos do Partido dos Trabalhadores antes de sua posse	136
Quadro 3 Dimensões e categorias de análise elaboradas com o <i>Software N-Vivo</i>	141
Quadro 4 Dimensões e categorias por ocorrências e referências e características específica ou difusa.....	180

Sumário

INTRODUÇÃO	14
PARTE 1. MULHERES E POLÍTICA	18
CAPÍTULO 1. MULHERES NA POLÍTICA: CENÁRIO HISTÓRICAMENTE RESTRITO E EM DISPUTA.....	18
1.1. O acesso das mulheres às posições políticas: a discussão público/privado, os elementos culturais, econômicos, sociais e simbólicos....	18
1.2. A presença de mulheres na política institucional: política de ideias e política de presença	28
CAPÍTULO 2. O MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO E SEUS RESULTADOS NO AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: LUTAS SUFRAGISTAS, LOBBY DO BATOM E POLÍTICA DE COTAS	39
2.1. As lutas sufragistas do movimento feminista brasileiro e o “ <i>lobby do batom</i> ” na Constituinte de 1987-1988.....	39
2.2. As cotas parlamentares e a representação das mulheres no sistema político: a presença de mulheres na política institucional	45
2.3. A insuficiência da política brasileira de cotas parlamentares	51
PARTE 2. MÍDIA, MULHERES E POLÍTICA	58
CAPÍTULO 3. O DISCURSO MIDIÁTICO E AS ESTRUTURAS DE PODER	58
3.1. O discurso e seus dispositivos a partir de Foucault.....	59
3.2. O discurso midiático e seus significados	64
3.3. Uma análise teórica do discurso a partir de Bourdieu	66
3.4. O discurso midiático como dispositivo e a ideologia: as narrativas coletivas e individuais	70

CAPÍTULO 4. ESTRUTURAS DO DISCURSO PARA A COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA PERSUASIVA: INTERESSES E SUBJETIVAÇÃO DAS MULHERES NA ARENA POLÍTICA.....	80
4.1. O discurso político e o sentido do “gênero” na exclusão da mulher	80
4.2. As representações das mulheres na política pelo discurso midiático	86
4.3. A mídia como instrumento de manutenção do poder político masculino: o caso de Dilma Rousseff	92
PARTE 3. ESTUDO EMPÍRICO-CATEGÓRICO.....	99
5. PROPOSTA METODOLÓGICA	99
5.1. Referencial teórico-metodológico	100
5.2. A escolha do Jornal <i>O Globo</i>	105
5.3. Metodologia de análise empírica e resultados esperados	108
5.4. Os capitais em Bourdieu.....	111
5.5. As biografias das Ministras nomeadas por Luiz Inácio Lula da Silva, em seus mandatos (2003-2010)	113
5.5.1. Benedita Souza da Silva Sampaio: ministra da Assistência Social de 2003 a 2004	113
5.5.2. Dilma Vana Rousseff: Ministério de Minas e Energia de 2003 a 2005 e Casa Civil de 2005 a 2010.....	115
5.5.3. Maria Osmarina Silva de Souza: Ministério do Meio Ambiente de 2003 a 2008	116
5.5.4. Emília Therezinha Xavier Fernandes: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de 2003 a 2004	117
5.5.5. Matilde Ribeiro: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 2003 a 2008.....	118
5.5.6. Nilcéa Freire: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de 2004 a 2011	118
5.5.7. Marta Teresa Suplicy: ministra do turismo de 2007 a 2008	119
5.5.8. Erenice Alves Guerra: chefe da Casa Civil em 2010	122
5.5.9. Izabella Mônica Vieira Teixeira: Ministério do Meio Ambiente de 2010 a 2016	122
5.5.10. Márcia Helena Carvalho Lopes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2010 a 2011	123

5.6. Biografias das Ministras nomeadas por DILMA VANA ROUSSEFF em seus mandatos (2011-2016)	124
5.6.1. Ana Maria Buarque De Hollanda: Ministério da Cultura de 2011 a 2012	125
5.6.2. Helena Maria De Freitas Chagas: Secretaria de Comunicação Social de 2011 a 2014	125
5.6.3. Ideli Salvatti: Ministra da Pesca e Aquicultura em 2011, Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, em 2011 a 2014; e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a partir de abril de 2014	126
5.6.4. Iriny Nicolau Corres Lopes: Secretaria de Políticas para as Mulheres de 2011 a 2012	127
5.6.5. Maria Do Rosário Nunes: Secretaria de Direitos Humanos de 2011 a 2014	129
5.6.6. Miriam Aparecida Belchior: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2011 a 2015.....	130
5.6.7. Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2011 a 2015	131
5.6.8. Gleisi Helena Hoffmann: Chefe da Casa Civil de 2011 a 2014.....	132
5.6.9. Eleonora Menicucci De Oliveira: Secretaria de Políticas para as Mulheres de 2012 a 2015.....	133
5.6.10. Kátia Regina De Abreu: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2015 a 2016.....	134
5.6.11. Nilma Lino Gomes: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2015	135
5.6.12. Inês Da Silva Magalhães: Ministério das Cidades em 2016	136
5.7. Análise das biografias das Ministras a partir dos capitais	137
6. ANÁLISE DAS CATEGORIAS DISCURSIVAS MIDIÁTICAS ENCONTRADAS NO JORNAL O GLOBO QUANTO ÀS MINISTRAS DOS GOVERNOS DO PT	141
6.1. Análise das dimensões e das categorias de análise que descrevem a forma como o jornal <i>O Globo</i> trata das mulheres ministras nos governo do PT	141
6.2. A dimensão <i>relacionamentos</i>	143
6.2.1. A categoria <i>apadrinhamento</i>	144
6.2.2. A categoria <i>descrédito por laços</i>	146
6.2.3 A categoria <i>falta de apoio</i>	148
6.2.4. A categoria <i>mãe e esposa</i>	150
6.2.5. Síntese dos resultados encontrados na dimensão <i>relacionamentos</i>	152

6.3. A dimensão <i>deslocamento</i>	152
6.3.1 A categoria <i>apelidos pejorativos</i>	153
6.3.2. A categoria <i>emoção</i>	155
6.3.3. A categoria <i>equivocada</i> ou <i>equivoco</i>	157
6.3.4 A categoria <i>anonimato</i>	158
6.3.5. A categoria <i>autoestima</i>	159
6.3.6. A categoria <i>ineditismo</i>	160
6.3.7. A categoria <i>inflexibilidade</i>	161
6.3.8 A categoria <i>double mind</i>	163
6.3.10. Síntese dos resultados encontrados na dimensão <i>deslocamento</i>	168
6.4. A dimensão <i>mulheres em relação aos homens</i> ou <i>comparações de gênero</i> 169	
6.4.1. A categoria <i>piada</i>	169
6.4.2. A categoria <i>não protagonismo</i>	170
6.4.3 A categoria <i>requisitos de qualidade</i>	171
6.4.4 A categoria <i>guerrilha</i>	174
6.4.5. Síntese dos resultados encontrados na dimensão <i>comparações de gênero</i>	175
6.5. A dimensão <i>idiossincrasias</i>	175
6.5.1. A categoria <i>cuidado</i>	176
6.5.2. A categoria <i>elogio</i>	176
6.5.3. A categoria <i>estética</i>	177
6.5.4. Síntese dos resultados encontrados na dimensão <i>idiossincrasias</i>	178
6.6. Síntese dos resultados empíricos	179
 CONCLUSÃO	 182
 REFERÊNCIAS	 195
 ANEXO 1	 203

Introdução

A ocupação das estruturas de poder político pelas mulheres é essencial para os processos de emancipação, libertação e autonomia reivindicados pelo movimento feminista desde seus primórdios, sendo que a representatividade política historicamente deficitária é fator que em muito prejudica o progresso das suas lutas. Os jornais de ampla circulação situam discursivamente o cenário político brasileiro, colaborando com a manutenção das estruturas vigentes e com a construção de estereótipos relacionados às capacidades das mulheres em relação ao exercício de funções públicas de destaque.

Diante do exposto, esta tese se propôs inicialmente a seguinte problemática de pesquisa: as representações da mídia escrita, especificamente, do jornal *O Globo*, em relação às Ministras de Estado, que atuaram no período governamental que mais propiciou a elas estes cargos não-eletivos contribuiu, para a perpetuação da exclusão das mulheres da política? Quais foram as categorias discursivas excludentes utilizadas para tanto, nos períodos dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff? Assim, o objetivo da tese foi a aferição da utilização de mecanismos discursivos de dominação simbólica, que tenderiam a colocar em xeque as capacidades políticas e administrativas das ministras que atuaram durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

O acesso restrito das mulheres à política representativa vem sendo constantemente exposto, bem como configura-se objeto de reivindicações dos movimentos feministas, em decorrência do histórico déficit de mulheres nas instâncias políticas governamentais. Ocorre que é nesses espaços que são tomadas decisões que afetam os direitos e as vidas das mulheres, consideradas individual e coletivamente. Trata-se de um problema diretamente resultante da divisão sexual do trabalho, que coloca os homens como ocupantes naturais das posições de destaque na vida política. Este contexto tem sido, há muito, apontado pelo feminismo como um problema que vai além da luta de classes.

Em contrapartida, durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff observou-se um notável aumento da representatividade das mulheres no Poder Executivo Federal, especialmente em decorrência de terem empossado o número maior de ministras na história política do país. Observe-se que o governo Collor de

Mello contou com duas (2) ministras, assim como a Administração Itamar Franco. Já o governo Fernando Henrique teve três (3) ministras. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), esse número aumentou grandemente. Durante a Administração Lula da Silva, contaram-se dez (10) ministras e, durante o Governo Dilma Rousseff, dezoito (18).

Nesse sentido, é necessário observar que o contingente feminino nos ministérios durante as referidas administrações federais resultou, justamente, do reconhecimento do déficit de representatividade política. As chefias dos ministérios são providas por intermédio de cargos em comissão, ou seja, de livre nomeação e exoneração, sem exigência de eleição (direta ou indireta), provimento prévio de cargo efetivo ou formação específica (salvo raras exceções). Tratam-se, portanto, de posições eminentemente políticas, que, antes dos governos petistas, vinham sendo ocupadas, em esmagadora maioria, por homens, especialmente no que concerne às pastas mais relevantes e evidentes, o “núcleo duro” como Casa Civil, Relações Institucionais, dentre outras.

A partir desses pressupostos, objetiva-se, por intermédio do presente trabalho, inferir se, durante os governos federais do PT, a mídia jornalística, especificamente no que se relaciona ao Jornal *O Globo*, utilizou padrões discursivos excludentes em relação ao gênero das Ministras nomeadas no período, em detrimento, inclusive, de suas capacidades técnicas e política, corroboradas pelos capitais que adquiriram antes de seus respectivos empossamentos.

Nesse sentido, é notável a quantidade de políticas elaboradas e concretizadas durante os governos do PT em relação às mulheres, especialmente no sentido do atendimento das demandas do movimento feminista. Em termos empíricos esta tese pesquisou reportagens e artigos publicados no Jornal *O Globo* durante os Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, buscando aferir se os referidos escritos reproduzem padrões de dominação, dirigidos, especificamente, a questionar as capacidades políticas e administrativas das ministras. Trata-se de abordagem inédita, que demonstra relevância para a reconstrução da história das mulheres na política, pois foi dirigida ao estudo de uma política sistemática de inclusão de mulheres no Poder Executivo Federal, e a forma em como foi tratada por um representante significativo da mídia impressa.

Constrói-se, em um primeiro momento, um referencial teórico que considerasse relações entre gênero e política e os questionamentos feministas, apontando a

compreender o déficit de inserção política das mulheres nos altos escalões da estrutura pública. Em um segundo momento foi construído um quadro conceitual que incluísse uma discussão ampla sobre discurso, mídia e dominação simbólica.

A análise das fontes documentais teve um primeiro momento caracterizado pela descrição da trajetória política, social e ativista bem como dos diversos capitais das ministras antes da posse, assim como informações relacionadas a sua atuação administrativa, de forma a captar qual eram as competências com as quais contavam antes de tomar posse. Para isso, foram utilizados verbetes produzidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), juntamente com os do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), assim como a descrição da atuação política constante no portal da Câmara do Deputados. Esta é uma fonte oficial acerca da atuação política das ministras, utilizada, no presente contexto, para traçar pontos relevantes de suas carreiras, de maneira distante de questões privadas e partidárias. Essa análise nos permitiu detectar os capitais políticos, culturais, sociais e ativistas das mulheres que posteriormente viraram ministras dos governos mencionados.

A pesquisa documental contemplou reportagens, matérias e artigos publicados durante o primeiro mês da nomeação das referidas ministras, de forma a aferir as impressões dos jornalistas do referido periódico, emitidas antes mesmo que fosse possível avaliar, efetivamente, suas capacidades administrativas e políticas, na busca por expressões que demonstrassem a utilização de mecanismos simbólicos de dominação masculina.

No desenvolvimento da proposta de pesquisa, buscou-se identificar, no período, no que consistia o discurso deslegitimador das capacidades das mulheres que ocupavam ministérios junto ao Poder Executivo Federal, especificamente no *Jornal O Globo*, um dos principais meios de comunicação impressa até hoje, com tiragem diária e alinhado ao maior conglomerado de mídia da América Latina.

Para tanto, analisaram-se as reportagens selecionadas, de maneira a possibilitar a identificação contextual de expressões que corroborassem a violência simbólica de gênero em relação às Ministras do período, a partir dos padrões semânticos elencados pelo feminismo. Isso porque a luta das mulheres por cidadania, liberdade e autonomia perpassa a conquista do âmbito público-político.

A estrutura patriarcal da sociedade faz com que seja exigido delas capacidades excepcionais que, usualmente, não são cobradas dos homens que desempenham as mesmas funções. Em decorrência dessa situação, constantemente têm suas

capacidades questionadas, inclusive, pelos meios e comunicação especializados. O valor desta tese está justamente em conferir em que medida os meios de comunicação corroboram os estereótipos das mulheres no campo político.

Os resultados da pesquisa empírica confirmam que a ocupação feminina dos espaços políticos resta prejudicada pela dominação masculina no referido campo. Não obstante, para além disso, a pesquisa mostra também que os canais midiáticos têm um papel de destaque na entronização dos pressupostos de dominação simbólica, ao fortalecer os estereótipos relacionados às mulheres que ocupam posições de destaque na estrutura dos Poderes. A exclusão das mulheres da política é reforçada pelos mecanismos midiáticos, cujo discurso reproduz os pressupostos de dominação simbólica que sustentam a estrutura patriarcal, especialmente, no que se relaciona às Ministras nomeadas durante os Governos do PT. Cumpre destacar que, mesmo antes de suas posses nos respectivos Ministérios, as futuras ministras já acumulavam significativos capitais intelectuais, sociais, acadêmicos, dentre outros, desconsiderados pelas matérias analisadas, apesar de sua relevância para as funções para as quais foram nomeadas.

Fica demonstrado nesta tese, no nosso entendimento, a manutenção do quadro de violência simbólica iniciado no lar conjugal e reproduzido na economia, no direito, na política, entre outras esferas sociais. O transporte da divisão sexual do trabalho para o campo político, além de influir no engajamento político das mulheres, contribui para sua exclusão em decorrência exclusiva do fato de não pertencer ao gênero masculino, historicamente dominante nesse cenário.

A partir da hipótese elaborada no início da tese, conclui-se que as matérias publicadas no Jornal *O Globo*, durante o período dos governos do PT, concernentes às mulheres ocupantes de ministérios, contribuíram para a manutenção da estrutura patriarcal, a partir de mecanismos de dominação propagados por intermédio da imprensa escrita, quando mulheres ocuparam cargos de maior relevância, autonomia e hierarquia institucional.

Justifica-se, nesse sentido, a pesquisa ora apresentada, em decorrência, especialmente, da necessidade de se pesquisar a utilização excludente de estruturas discursivas relacionadas ao gênero, especialmente pela mídia, tendo em vista que esses mesmos padrões podem se fazer presentes em qualquer tipo de instrumento de comunicação midiática, impresso ou eletrônico.

Parte 1 - Mulheres e política

Nesta parte serão estudadas questões relacionadas à entronização das mulheres à política institucional, a partir da perspectiva de disputa histórica pelo poder, em relação ao acesso das mulheres às posições políticas, no contexto da discussão público/privado e de seus elementos culturais, econômicos, sociais e simbólicos, assim como da presença de mulheres na política institucional, nos contextos da política de ideias e da política de presença. A seguir, será trabalhado o movimento feminista brasileiro e seus resultados no aumento da participação das mulheres na política, no contexto das lutas sufragistas, do *lobby* do batom e da política de cotas, assim como sua insuficiência para assegurar a presença das mulheres na política institucional.

Capítulo 1 - Mulheres na política: cenário historicamente restrito e em disputa

No presente capítulo buscou-se trabalhar as razões para a exclusão das mulheres do cenário político. Para tanto, foi tratado o acesso das mulheres às posições políticas, com base nas distinções entre o público e o privado, especialmente quanto aos elementos culturais, econômicos e sociais, assim como sua presença na política institucional no Executivo e Legislativo. Ao final, foram estudadas as diferenças entre a política de presença e política de ideias, bem como a necessidade de sua concretização simultânea em relação às mulheres.

1.1 O acesso das mulheres às posições políticas: a discussão público/privado, os elementos culturais, econômicos, sociais e simbólicos

O restrito acesso de mulheres ao poder político vem sendo exposto em reivindicações dos movimentos feministas em escala global e em diversas pesquisas acadêmicas, desde os anos 1960. Nesse sentido, os movimentos feministas, se enquadram nas características das formas de ação coletiva que se ampliaram e se pluralizaram no contexto das transformações ocorridas na sociedade, a partir da

referida década. Os considerados “novos movimentos sociais” não tiveram como intuito apenas buscar a igualdade de direitos, mas também o “direito de ser diferente” (MELUCCI, 1989). A diferença tornou-se, assim um objetivo cultural e político que embasou a mobilização de outros grupos e que buscava influenciar a sociedade como todo.

Nessa década, os movimentos sociais passaram a questionar fortemente o patriarcalismo, ao enfatizar *o pessoal como a forma política*, visando o afastamento dos caminhos predominantemente masculinos. O compromisso de encerrar a dominação masculina é da essência do feminismo, que subjaz ao movimento como um todo (CASTELLS, 2000). O tradicional e histórico déficit de mulheres nas instâncias públicas e políticas governamentais, espaços estes em que são tomadas decisões que afetam seus direitos e suas vidas em comunidade, não é casual.

Tal fato pode ser compreendido, inicialmente, devido às democracias ocidentais terem se constituído a partir de definições políticas e normativas que configuram espaços e direitos distintos, para homens (públicos) e mulheres (privados), na organização da vida social moderna (PRÁ, 2013). A divisão entre esfera pública e privada separou o trabalho produtivo, realizado pelos homens, do reprodutivo, empreendido pelas mulheres; o doméstico do político. Okin (2008) argumenta que essa divisão é um constructo social, com funções ideológicas, e que há uma interpenetração entre essas esferas.

As decisões tomadas em uma influenciam diretamente a outra, a vivência em uma se reflete na outra. Pateman (1989) aponta que foi por meio dessa rígida divisão que o liberalismo justificou a exclusão de metade da população mundial do acesso à justiça e à igualdade. O argumento era de que, no mundo privado, o poder do marido sobre a esposa e os filhos seria de ordem natural. Evidencia-se um quadro de dominação baseada no contexto das relações de gênero, no qual a submissão das mulheres na sociedade civil acaba justificando o reconhecimento do direito patriarcal dos homens.

O patriarcado é um “caso específico de relações de gênero”, composto por um conjunto de relações sociais, no qual relações hierárquicas e solidárias entre os homens os habilitam a controlar as mulheres. Trata-se, assim, de um sistema masculino de opressão do feminino (SAFFIOTI, 2011, p. 232), corroborado pela história e, até mesmo, pelas instituições de Estado, mas, especialmente, nos meandros da política. A vida privada exerce um poderoso entrave para a participação

política, pois enquanto esta não adentrar o âmbito privado, doméstico e pessoal não será capaz de atingir o grupo que fica encarregado das tarefas reprodutivas: as mulheres.

Diversos estudos buscam entender as razões da sub-representação feminina, avaliar as ações das mulheres eleitas e analisar os impactos dessa ausência para a qualidade da democracia: “[...] todos têm contribuído para avançar na compreensão da referida temática”, mas a análise sobre esse déficit vai “[...] além do desenho institucional; daí que outros autores apontam fatores de ordem cultural e econômica impactando as mulheres de diferentes formas e em vários momentos de sua vida” (SCHULZ; MORITZ, 2015, p. 375). Tal contexto resulta na manutenção do quadro de violência simbólica iniciado no lar conjugal, reproduzido na cultura, na economia e na política, entre outras esferas.

Nesse sentido, Miguel (2014) enumera um conjunto de elementos na vida doméstica que aparecem como impeditivos à participação das mulheres na esfera pública, especialmente na política. Um deles é aquilo que ele reconhece como problema do próprio sistema político marcado pela desigualdade de gênero. Cita ainda a divisão social do trabalho como fator que limita as condições de disponibilidade da mulher, por meio de tarefas como o cuidado dos filhos e todas as que são necessárias na administração de um lar - limpar, cozinhar, fazer compras, lavar roupas, etc.-, nas quais a mulher exerce trabalho não remunerado, em tempo integral.

O transporte da divisão sexual do trabalho para o campo político, além de influir no engajamento das mulheres, contribui para sua exclusão e para o apontamento constante de sua incapacidade em decorrência exclusiva do fato de não pertencer ao gênero masculino, historicamente dominante no referido cenário. Necessário, entretanto, delimitar e especificar como agem esses fatores ou, dito de outra forma, qual é sua influência específica no tocante à sub-representatividade política das mulheres.

O pacto original é um contrato social e, ao mesmo tempo, sexual, no sentido patriarcal, pois cria o direito político dos homens sobre as mulheres, estabelecendo o acesso sistemático dos homens aos corpos femininos. O direito natural dos homens sobre as mulheres, conforme Pateman (1993, p. 167) abarca todos os aspectos da vida civil, de maneira que a sociedade patriarcal, submete o feminino ao masculino nas esferas pública e privada, que, por sua vez, “[...] são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo”. O contrato sexual é uma dimensão reprimida na teoria contratual,

a integrar a escolha racional da família, a denunciar que a teoria do contrato social não discutiu toda a história, pois seus teóricos não indicaram que “metade do acordo está faltando”.

A história do contrato sexual é o início e a justificativa da legitimidade de “Direito Patriarcal” que os homens exercem sobre as mulheres (PATEMAN, 1993). As mulheres não são parte do “contrato original”, pois são sujeitos de um “contrato sexual”, por meio do qual os homens transformaram seu Direito Natural sobre as mulheres em assegurador de seus direitos patriarcais. Assim é que ocorre a separação entre o lugar de trabalho e o lar, consolidando-se a estrutura patriarcal do capitalismo, impossibilitando que as mulheres possam se incorporar à sociedade da mesma forma que os homens.

A divisão sexual do trabalho é transferida diretamente para o campo político, fazendo com que os pressupostos de dominação já subjetivados também pelas mulheres se voltem à sua própria exclusão, inclusive, em relação às estruturas representativas. Até porque, por intermédio de uma rígida divisão, o liberalismo justificou a exclusão de metade da população no que diz respeito à justiça e à igualdade, sob o argumento de que, no mundo privado, o poder do marido sobre esposas e filhos seria de ordem natural.

Assim, atenderia regras distintas daquelas da esfera pública, pois o poder do homem como *pater* resulta do fato de exercer o direito patriarcal sobre a mulher. Por isso é que as mulheres não se incorporam à sociedade da mesma forma que os homens. Encontram, portanto, um fundamento “natural”, expresso pelo “contrato sexual” e pela “divisão sexual do trabalho” (PATEMAN, 1993), que ecoa diretamente no quadro político e naturaliza a participação ativa dos homens e exclui as mulheres, mantendo, assim, o ideal de exclusão feminina.¹

Também por isso é que o poder é solitário para as mulheres, pois necessitam compartilhar o peso emocional de seu exercício: continuam a carregar o peso dos outros, dos homens, dos filhos e o seu próprio, até porque vários homens quando cônjuges, não suportam estar em segundo plano (GROSSI; MIGUEL, 2001). A estrutura patriarcal tem sido capaz de excluir as mulheres da política, em decorrência

¹ Assim, no contexto de uma estrutura patriarcal, o aumento do destaque das mulheres no primeiro escalão da Administração Pública federal não passaria impune em relação aos meios de comunicação, notadamente aqueles especializados em informar acerca do cenário político brasileiro, influenciando a forma com que são inseridas nas diversas esferas do convívio social.

do distanciamento que promove entre elas e as relações sociais externas ao lar conjugal.

Essa *estrutura patriarcal de dominação* estabelece vínculos pessoais entre o senhor, a família e seus servos, fundada na autoridade do chefe da família ou da comunidade doméstica e na crença da “inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre” e no arbítrio pessoal do homem, limitado, contudo, por normas tradicionais. A mulher se submete à autoridade doméstica e à superioridade da norma e da energia física e psíquica do homem (WEBER, 1991, p. 243), tendo em vista a incorporação dos pressupostos de dominação difundidos por uma grande variedade de fontes, a exemplo da mídia.

Por isso é que a subordinação das mulheres não desaparece com o desenvolvimento ou com a legislação sobre igualdade. Estas, por sua vez, não produzem, isoladamente, resultados iguais e justos, de forma que é preciso *encontrar uma nova metáfora*, permitindo leituras diferentes das relações sociais (COLLING, 2014, p. 103), obtíveis por intermédio do estudo das demandas feministas e de sua aferição na realidade, especialmente no que se relaciona à cultura de submissão imposta pela estrutura patriarcal, cujos pressupostos de dominação são entronizados pelas mulheres desde a tenra infância, situação que termina, no limite, por naturalizar uma divisão sexual do trabalho desigual e desfavorável ao feminino.

O sistema político é marcado pela desigualdade de gênero, sendo que o masculino exerce várias hegemonias, como a forma de se fazer a política e a ocupação das comissões parlamentares e dos temas (MIGUEL, 2014). Essas diferenças se originaram na própria divisão social do trabalho, ao limitar as condições de disponibilidade da mulher.

Assim, a estrutura de divisão sexual do trabalho define os homens como mais adequados para exercer a vida política. Miguel (2014) afirma que o sexo masculino dispõe de maior quantidade de bens materiais, que lhe permitem ter uma posição hierárquica favorável para agir de forma eficaz na arena política. Além disso, a forma com que a sociedade moderna se organiza faz com que as mulheres sejam as principais responsáveis pela gestão de suas unidades domésticas. Assim (MIGUEL, 2014, p.105), “[...] o tempo se torna uma barreira importante para o início ou progresso de uma carreira política”.

Como exemplo, na mesma linha de análise, Phillips (1996) adverte que o ideal democrático participativo lança altas exigências aos indivíduos e, assim, seu resultado

poderia, paradoxalmente, elitizar a tomada de decisão, particularmente se for levado em conta que as mulheres, principalmente das classes trabalhadoras, costumam estar sobrecarregadas com as atividades de reprodução da vida privada.

A distribuição desigual de recursos financeiros e do tempo no interior da família tem consequências negativas ao engajamento político das mulheres (PHILLIPS, 1991). A manutenção da esfera privada como âmbito de responsabilidade exclusiva da mulher, mesmo diante de sua incorporação no mercado de trabalho, e a existência de poucos mecanismos de responsabilização do Estado nessa esfera, dificulta a construção das carreiras políticas femininas e sua participação em espaços de poder.

Essa problemática é denunciada por intelectuais feministas, que explicitam conexões e tensões entre patriarcado e capitalismo, desvendando, portanto, “[...] o caráter patriarcal do pensamento e das instituições políticas modernas e as matrizes de dominação que são ao mesmo tempo patriarcais, racistas e colonialistas” (BIROLI, 2018, p. 44). Assim, aquele que realiza o trabalho doméstico enfrenta restrições ao acesso a recursos políticos fundamentais, além de ter de enfrentar padrões de responsabilização e formas de concentração.

Dessa forma, a sub-representação institucional não pode ser explicada sem a crítica da vida cotidiana e dos padrões sociopolíticos nos quais se baseiam. Assim, “[...] o ambiente institucional do cuidado resulta de decisões políticas” (BIROLI, 2018, p. 54). Nesse sentido é que as mulheres encontram dificuldades para responder ao chamado da participação e, talvez, o acabem encarando como um fardo a mais do que como uma possibilidade de emancipação, pois a prática política partidária demonstra que a distribuição de recursos e financiamento valorizam as candidaturas masculinas, tornando indispensável a implantação de políticas afirmativas de participação político-institucional para mulheres.

Os atores que estão no campo político tendem a ter maiores oportunidades para acumular as experiências necessárias para serem reconhecidos no campo pela obtenção de capital simbólico. Quem já está, tende a obter mais da estrutura necessária para continuar em cargos de representação política do que quem está em busca da primeira oportunidade. O grau de visibilidade pública, os contatos e a formação de capital político são pré-requisitos valorizados na esfera política.

Bourdieu (1989, p. 169-170) descreve a inserção nessas estruturas como algonada natural, porque o modo de pensamento e ação exigidos para a participação no campo político opera numa lógica específica, até porque (BOURDIEU, 1989, p.

169-170) “[...] a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos”, como as teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados económicos, dentre outros, “[...] produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais”, a exemplo do domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais pode ser elemento faltante no contexto das relações de gênero.

Trata-se de uma iniciação necessária (BOURDIEU, 1989, p. 170), “[...] com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo”, assim como “[...] à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido”.

Assim, por exemplo, a forma com que a mídia enquadra os sujeitos pode facilitar a subjetivação dos receptores sobre quem ocupa ou não o espaço de mandante e mandatário no campo político. Sem a combinação de ambas não se amenizaria a estrutura vista por Bourdieu (1989) e, assim, ficaria sem solução o problema da exclusão, por não haver mudanças na estrutura de sub-representação. Debater a representação feminina, desse modo, equivale a considerar a exclusão das mulheres deste meio como problemática, cuja solução é a sua inclusão.

Até porque o campo político é, por excelência, o lugar de exercício do capital simbólico, no qual existir, ser, equivale a *ser percebido*. Um político é, essencialmente, um homem conhecido e reconhecido, tornando-se vulnerável ao escândalo, gerador de *descrédito*, que é justamente o inverso da acumulação do capital simbólico (BOURDIEU, 2000) ². As relações de comunicação são *relações de poder*

² Welzer-Lang critica a posição de Bourdieu acerca da dominação masculina, afirmando que o autor não faz referências relevantes às grandes teóricas feministas, apesar de terem sido elas a permitir a configuração de campo especificamente utilizada em sua obra, o que fez com que fosse adotado um tom professoral, que acaba por tentar ditar os rumos do feminismo para alcançar o fim da dominação, demonstrando a contradição entre discurso e posicionamento. Além disso, o nome de Bourdieu é poderoso na academia francesa, de maneira que sua escrita permitiria um significativo aumento da visibilidade das denúncias concernentes às relações de poder entre os gêneros. Ocorre que Bourdieu permanece preso à uma *fixidez simbólica e psicologizante*, por intermédio da qual feminino e masculino não são categorias construídas pela interação social, mas, sim, ontológicas. Esse pressuposto impede a compreensão da dominação masculina a partir das práticas sociais violentas concretas e usuais, bem

dependentes do poder material ou simbólico das instituições e agentes envolvidos nessas relações. São instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, que, politicamente, impõem ou legitimam a dominação.

Essa construção narrativa depende de uma infinidade de agentes sociais, especialmente nas situações críticas, nas quais os acordos implícitos é que ditam a normatividade, por intermédio de processos que podem provocar desordem que, a depender de como são percebidas por quem as vive ou acompanha, podem fazer com que os sujeitos projetem possíveis consequências e tentem “normalizar” a situação (BOLTANSKI, 2000, p. 108-118). Essas situações ocorrem em um regime de relações de interação centralizadas, que pode se voltar às necessidades específicas das pessoas, ao objetivo da ação em função das pessoas, às normas universais, voltadas a produzir equivalência entre coisas e pessoas ou aos objetos em disputa.

Conforme Biroli (2018), é preciso compreender em qual ponto o país se encontra, bem como os impasses que se apresentam quanto à construção de relações de gênero mais justas. Ocorre que a política é atualizada como um espaço masculino, pois a história do espaço público e das instituições políticas é a mesma da acomodação do ideal de universalidade da exclusão e da marginalização das mulheres e outros grupos sociais subalternizados.

O trabalho reprodutivo se relaciona a qualquer atividade não remunerada voltada a apoiar os homens no cotidiano doméstico, inclusive a preparação de alimentos e o cuidado com a casa e os filhos. A divisão do trabalho doméstico tem consequências para homens e mulheres de formas diversas, mas a denúncia desse contexto é necessária para demonstrar as nuances da opressão experimentada pelas mulheres e destaca a necessidade de se enfrentar o patriarcado (BIROLI, 2018, p. 27-52). Assim, a divisão sexual do trabalho representa um profundo impacto nas democracias contemporâneas, fazendo com que a dimensão gênero se mostre insuficiente para sua análise, tendo em vista que a vivência dessa situação se dá de forma diversa por mulheres de classes e raças diferentes. Assim, a baixa presença de mulheres na esfera política não se relaciona apenas aos limites da democracia liberal.

Os padrões da divisão sexual do trabalho, apesar de se terem modificado, permanecem implicando maior vulnerabilidade para as mulheres, todavia, não da

como as consequências relacionadas às mudanças nessas práticas no âmbito simbólico (WELZER-LANG, 2004).

mesma forma, pois a exploração do trabalho e a expropriação do tempo e energia das mulheres não se refere apenas aos homens, de maneira que se faz imperioso entender que a divisão sexual do trabalho é uma dimensão estrutural fundamental das relações de gênero, incorporada à análise crítica dos limites da democracia (BIROLI, 2018, p. 27-52), de modo que essa problemática, em uma teoria efetivamente politizada, é desafio relevante, em uma análise que considere essas *opressões cruzadas*.

Além da divisão do trabalho, porém, observa-se um paralelo entre posições de desvantagem nas relações de cuidado e a exclusão ou a baixa presença nos ambientes nos quais são definidas leis e políticas (BIROLI, 2018). Nesse contexto, a mercantilização do cuidado acaba por aprofundar as desigualdades entre as mulheres, pois não se produz a convergência entre as convenções de gênero e a ampliação da mercantilização das relações, produzindo a reprodução da desvalorização e a precarização do trabalho doméstico e de cuidado remunerados.

A baixa presença ou até a ausência de mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão “[...] não significa que não atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente político historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários” (BIROLI, 2018, p. 67). Esse desequilíbrio de influência entre diferentes grupos é aquilo que a análise feminista das democracias submete à crítica.

Nesse sentido é que os fatores que (de)limitam a participação das mulheres na política “[...] são feitos da energia e do tempo que lhes é roubado pelo trabalho prestado aos mais próximos e à sociedade”. Nesse contexto, as teorias feministas da política incorporam a dimensão da experiência e destacam as discussões acerca da produção cotidiana das desigualdades, da dominação e da resistência (BIROLI, 2018, p. 210-212).

Desse modo, a ocupação feminina dos espaços políticos resta prejudicada pela dominação masculina no referido campo. Tal situação é, ainda, dificultada pelos canais midiáticos³, que têm um papel de destaque na entronização dos pressupostos de dominação simbólica, ao fortalecer os estereótipos relacionados às mulheres que ocupam posições de destaque na estrutura dos poderes. A exclusão das mulheres da

³ Esta tese, em bora medida, pretende demonstrar que os canais midiáticos, especialmente o Jornal O Globo, tem papel essencial na manutenção dos papéis de gênero na política institucional brasileira.

política, no entanto, é reforçada pelos mecanismos midiáticos, cujo discurso reproduz os pressupostos de dominação simbólica que sustentam a estrutura patriarcal.

Essa *politização do privado*, desse modo, equivale a denunciar as desigualdades de poder identificáveis entre os homens e as mulheres nas várias esferas relacionais (MACHADO, 2011, p. 77), expondo, a partir dessas constatações, uma gigantesca variedade de instrumentos de opressão e dominação que antes se encontravam ocultos por detrás da estrutura patriarcal, voltada, por sua vez, a manter os privilégios masculinos corroborados pelo contrato social, mas, especialmente, pelo contrato sexual.

Ao romper com a dicotomia entre público e privado, as mulheres desafiam a meta-narrativa patriarcal, que é um dos pilares da hierarquia sexual na sociedade moderna, enunciando, assim, a problemática do “outro” no contexto das relações de gênero (VAITSMAN, 1994). As referidas transformações afetaram a *estrutura patriarcal da família conjugal moderna*, pois, no momento em que homens e mulheres passaram a ser definidos como iguais e autônomos, sua estabilidade se fragilizou, tornando-se dependente dos desígnios da individualidade.

Uma das mudanças mais significativas para a desconstrução de um determinado sujeito único, partiu da compreensão de que era equivocado tentar definir uma única causa para a opressão feminina. De acordo com Barrett e Phillips (2002), essa pretensão marcou o feminismo do período, ainda que suas diferentes vertentes não encontrassem acordo sobre qual seria essa causa: o sistema patriarcal; o capitalismo; ou as formas subjetivas do poder. Para as autoras, a grande diversidade de respostas presentes prejudicava a necessidade de questionar a crença comum de que havia uma única causa para a opressão feminina que podia ser, assim, isolada e explicitada.

Conforme o balanço de Barret e Phillips (2002), acreditando que seria possível apontar um único fenômeno estrutural para a opressão das mulheres, subjazia a concepção de que haveria um interesse propriamente feminino, particular das mulheres. Ou seja, a crença de que se poderia apontar uma origem única e própria da opressão feminina, levava à ideia de que o universo feminino seria homogêneo nos seus interesses. As mulheres, contudo, ainda estão distantes das instâncias decisórias.

Trata-se de um “[...] fenômeno global e significa que, em pleno século XXI, um grupo específico está alijado de influenciar as transformações sociais em todas as

áreas e de exercer plenamente a sua cidadania” (SCHULZ; MORITZ, 2015, p. 373). Assim, o sujeito único do feminismo, construído pelo discurso da opressão comum das mulheres nas sociedades predominantemente patriarcais, passou a ser contestado; visto que as opressões passaram a ser percebidas como de fontes múltiplas, como as étnico-raciais, as ligadas a sexualidades desviantes do padrão heteronormativo, as classistas e as geracionais. Dessa forma, determinou-se, no presente tópico, os fatores estruturais que conduzem à carência de participação das mulheres da política, a partir da separação entre os campos público e privado.

1.2 A presença de mulheres na política institucional: política de ideias e política de presença

O reconhecimento de que a participação de mulheres nas instâncias de poder é necessária e está longe do ideal, mesmo com a implantação de política afirmativa eleitoral para mulheres, se faz notório para muitos pesquisadores da Ciência Política (ALVES; CAVENAGHI, 2008; ARAÚJO, 2001; 2005; AVELAR, 2001; ÁLVARES, 2008; MIGUEL, 2001). Diante de tal contexto, qual a importância de alterar esse cenário, e tornar possível que mulheres participem substantivamente desses espaços? Faz alguma diferença homens representarem os interesses de mulheres nos Parlamentos?

Phillips (2001) responde a essas questões relacionando a necessidade de uma *política de ideias* (o que o representante faz concretamente no seu agir político), complementando-se com a *política de presença* (quem são os representantes importa porque suas experiências identitárias norteiam suas ações políticas). São indissociáveis no sujeito político as experiências vivenciadas por suas especificidades de gênero, raça, classe e etnia, e a partir disso suas noções de mundo são construídas de modo compartilhado com outros que sofrem as mesmas opressões sociais (racismo, homofobia, machismo..), interferindo nas ideias contidas das ações políticas que promoverá.

A divisão entre as esferas pública e privada que separou o trabalho *produtivo*, realizado pelos homens, do *reprodutivo*, empreendido pelas mulheres, desassociou, o doméstico do político, pois a distribuição desigual das finanças e do tempo na família influencia no engajamento político das mulheres (PHILLIPS, 2011). Por isso é que a

presença feminina é relevante para garantir a representação de perspectivas compartilhadas pelas mulheres como um grupo estrutural.

Trata-se de algo essencial para construir um sistema mais justo de representação. As diferenças entre sujeitos não se referem apenas a opiniões e crenças. A preterição da política de *presença* pela política de *ideias* é inadequada para lidar com os problemas da exclusão política.

Assim, a qualificação do sistema representativo depende do grau de importância dado à presença substantiva de diversos grupos que espelham a sociedade, a exemplo das mulheres em cargos de poder institucional, situação necessária para que se obtenha uma proporção entre a política de *ideias* e a política de *presença*. Para tanto, é necessário que sejam contempladas características como gênero, raça ou etnicidade dos representantes (PHILLIPS, 2001), sendo parte importante daquilo que os torna representativos e procuram garantia de presença igual ou proporcional.

Assim, as experiências identitárias norteiam as ações políticas, pois constroem a noção de mundo de forma compartilhada com outros que sofrem por causa das mesmas opressões sociais, interferindo, diretamente, nas ideias contidas das ações políticas que promoverá (PHILLIPS, 2001). No compromisso com o alinhamento dos grupos não basta que um representante político se torne legítimo para responder as demandas dos coletivos, pois a representação também se baseia nas identidades.

Isso faz com que a representação feminina seja essencial para a democracia, pois a diversidade no campo político é indispensável em qualquer Estado democrático, em decorrência da necessidade de se expor as divergências existenciais de cada segmento. O foco nas características subjetivas das representantes, segundo Pitkin (1967), demonstra que elas são as mais adequadas para espelhar o eleitorado feminino. Por outro lado, a dimensão substantiva da representação condiz com a necessidade de uma atividade também substantiva para servir efetivamente ao interesse de representar outrem. A forma com que expressa a substância ou conteúdo de agir para representar os outros é relevante.

O que importa, segundo a definição de Pitkin (1967), é o que os representantes fazem ou em que medida traduzem as preferências e interesses dos representados em termos de decisões e políticas públicas. Autoras como Young (2002) e Phillips (2011) argumentam que esse é precisamente o caso da representação política de mulheres (ou de minorias ou grupos estruturais): a presença de mulheres garantiria,

ainda que potencialmente, a representação de perspectivas que são marginalizadas ou mesmo excluídas dos processos de tomada de decisão, sendo, portanto, relevante para garantir a representação de perspectivas compartilhadas pelas mulheres como um grupo estrutural.

Quando há uma significativa sub-representação das mulheres no processo político, as atenções se voltam não aos detalhes dos compromissos políticos, mas, sim, para a composição do grupo de tomada de decisão (PHILLIPS, 1995). A experiência política mostra que parlamentos total ou majoritariamente masculinos são maus juízes dos interesses, prioridades e preocupações femininas, e que a tentativa de basear esse julgamento em programas pré-acordados tem um efeito limitado.

Situação semelhante se verifica nos entraves institucionais para as políticas afirmativas de acesso de mulheres a cargos eletivos, pois a estrutura de poder masculina torna a paridade um projeto improvável. Os representantes têm autonomia em suas ações públicas e, por isso torna-se razoável a importância de quem esses representantes são (PHILLIPS, 1995). Os homens historicamente portanto, são os porta-voz da sociedade, os que tradicionalmente são discursivamente legítimos.

Por isso, Phillips (1995), ao definir e apontar como necessária a *política de presença*, afirma a necessidade da *presença física*, da inclusão substantiva de vozes marginalizadas no debate político, alinhada à *política de ideias*, que trata do *conteúdo* da política. Assim, as características de quem faz a política são relevantes tanto quanto o conteúdo que é produzido em favor desses grupos. A forma com que o acesso ao poder institucional incide distintamente na democracia liberal faz com que os adeptos do potencial deliberativo da democracia apontem a possibilidade de amenizar a exclusão de certos grupos com políticas de perspectivas minoritárias.

As características dos representantes não costumam a ser pauta de discussão, porém, para Phillips (1995, p. 9-10), é na percepção dessa desigualdade que se torna necessário o debate, no qual a presença física é colocada como fator fundamental ao sistema democrático, pois somente quem compartilha de experiências equivalentes está apto a representar os interesses de pessoas com quem compartilham uma “autenticidade de discurso”.

A autenticidade de discurso na representação política é, para Phillips (1995), algo ultrapassado, porém, como ainda não se chegou a tal patamar, a reivindicação da inclusão de diversas vozes precisa ser estimulada. Quando entra em questão a representação política feminina, a presença física no parlamento se faz tão importante

quanto a defesa dos interesses das mulheres, visto que, para a autora, a presença de mulheres nos espaços políticos tradicionais já seria fator de desafio para a estrutura social desigual e, também, o domínio de grupos de interesses.

Diagnosticar que as relações de poder estão em disputa por diferentes grupos, nos leva a pensar o que particulariza um do outro. Vale pensar a diferença na experiência de como as experiências de mulheres são concebidas no âmbito social. Phillips (2009, p. 224) pontua que “[...] não podemos esperar alcançar a igualdade ignorando as diferenças, pois todos os intentos de não levar em conta as diferenças - não observando se alguém é homem ou mulher, se ela é branca ou negra - acabarão por reforçar a dominância dos grupos já dominantes”. Para a autora, o reconhecimento da diferença é o primeiro estágio para reduzir as desigualdades que geram marginalizações sociais, como gênero e raça. Modelos universais de cidadania, são exemplo equivocado de que todos devam desfrutar conjuntos idênticos de direitos ou ajustarem-se a iguais arranjos constitucionais, sem considerar as “[...] intratáveis diferenças de experiências, valores ou práticas culturais que interferem no processo de nossa compreensão mútua.

Restringir a diferença como exclusivamente fator de classe, para Phillips (2009, p. 226), foi um equívoco dos marxistas, pois a prática da política não pode desconsiderar diferenças de experiência, como as ligadas a gênero, etnicidade ou raça. Para a autora, “classe” se tornou uma categoria vazia, por ser privada de significação histórica e por simplificar as experiências e interesses do sexo dominante ou do grupo étnico dominante.

A passagem da democracia direta para a representativa construiu a lógica de que é mais essencial o quê (políticas, preferências, ideias) os sujeitos representam do aquilo que, efetivamente, são. Dessa forma, Phillips (2011) centralizou a responsabilização e prestação de contas (*accountability*) como uma forma por meio da qual o eleitorado pode exigir que seus representantes façam aquilo que prometeram fazer na campanha eleitoral. Conseqüentemente, na Inglaterra, a qualidade da representação fica restrita a mecanismos de responsabilização e prestação de contas, que fiscalizam se os políticos realmente expressam as opiniões que afirmam representar, como as demandas de grupos políticos mobilizados que reivindicam amenizar as desigualdades sociais, étnicas e de gênero.

Nos locais em que esse sistema rígido de responsabilização realmente funciona, os representantes têm seu arbítrio e autonomia individuais reduzidos

(PHILLIPS, 2011), restringindo a importância de quem são. Também a política liberal segue a lógica de que a diversidade de opiniões e pluralidade de ideias acaba por conviver com a exclusão que determinados grupos sofrem num sistema de representação, que se apresenta como universal a partir da institucionalização e da universalização do voto.

A necessidade da *política de presença* pode ser reconhecida a partir das insuficiências da *política das ideias*. A quantidade e a variedade de partidos são, muitas vezes, vistas favoravelmente, por oferecer, em princípio, possibilidades a diferentes perspectivas por meio das legendas, que partem de pautas e ideologias distintas. Mas, longe dessa proposta, há uma clara exclusão política, assim como disparidades notáveis encontradas na maioria das democracias ocidentais entre o número de mulheres e homens, assim como entre brancos e negros.

Ao argumentar em favor da legitimidade das demandas pela política da presença, Young propõe três formas possíveis pelas quais as pessoas podem ser representadas. São elas: interesses; opinião; e perspectiva. A primeira diz respeito à representação de interesses, expressa paradigmaticamente pelos lobbys, traduzindo a definição de indivíduo ou de organização, sobre quais recursos terão de buscar/disputar para concretizar objetivos últimos defendidos. Há, portanto, um caráter visivelmente instrumental a definir essa representação.

A segunda concerne à representação de opinião, caracterizada pelos princípios, valores e crenças que são perseguidos por indivíduos ou grupos como fins da vida em sociedade e como critérios de avaliação para as políticas implementadas. Diferentemente da representação de interesse, que é autocentrada, a representação de opinião reflete, de forma bem mais ampla, um projeto para a coletividade, manifestado por crenças religiosas, culturais e ideologias. Por isso, Phillips (2011) propõe a representação de perspectiva, a partir do ponto de vista gerado pelo pertencimento a uma posição estrutural na sociedade, como classe, gênero e etnia.

Young (2006) alerta que não se trata de qualquer pertencimento, mas, sim, daqueles que são involuntários e que resultam das amplas estruturas que posicionam hierarquicamente os indivíduos nas sociedades, distribuindo desigualmente oportunidades e recursos de várias ordens. Ao argumentar acerca da legitimidade que teria a representação por perspectiva, e distingui-la daquelas advindas dos interesses e da opinião, a autora ilustra, como modelo, uma conjuntura de sociedade em que a população branca seja privilegiada. Para amenizar essa problemática, torna-se

imprescindível que seja então “relativizada e matizada” pelas perspectivas sociais das pessoas posicionadas diferentemente nas estruturas sociais racializadas.

Isso não significa que a perspectiva da população branca seja incorreta ou ilegítima somente no caso de se vislumbrar a exclusão de qualquer pessoa que não compartilhe a mesma posição, a exemplo do que ocorre no caso da segregação da supremacia racial branca. Nesses casos é que se identifica a recusa em se reconhecer determinados grupos sociais como também participantes da sociedade, situação que a torna ilegítima. Observa-se, portanto, que as eleições não bastam para reduzir as desigualdades estruturais promovidas pelas perspectivas de grupos que pensam que sua “mensagem” é a mais adequada do que outras, no interior de um sistema de representação.

As críticas de Miguel (2014) e Phillips (2011) ao pensamento clássico da democracia liberal se referem ao fato de que o princípio da representação individual é equiparado ao direito individual ao voto. Além disso, esse pensamento parte do pressuposto de que a diferença e as pluralidades se encontram apenas no âmbito da intelectualidade ou das opiniões. Assim, não reconhece as desigualdades específicas dos grupos sub-representados por razões sociais, econômicas ou culturais.

Os movimentos políticos constroem suas unidades de luta pelo compartilhamento de ideais e objetivos, para reparar opressões comuns sofridas, como as desigualdades étnico/raciais e de gênero. Para Phillips (2001), o compromisso com o alinhamento dos grupos não é suficiente para qualificar um representante político legítimo para responder as demandas destes coletivos, pois é preciso que a representação também seja baseada nas identidades. A problemática em torno de quem tem propriedade de falar melhor por outro ou em nome de outro pode ser respondida pela busca da autenticidade, na qual é difícil para qualquer um ter autoridade sobre as experiências que não lhe couberam.

Essa importante fonte de tensão, para Phillips (2011) pode ser pensada nas múltiplas vertentes das políticas feministas, em que os homens não podem ter autoridade de falar pelas mulheres, da mesma forma que mulheres brancas não podem falar pelas mulheres negras, mulheres heterossexuais pelas lésbicas e mulheres de classe média pelas da classe operária. Dessa maneira, para que o parlamento seja composto por membros que tenham legitimidade em relação às demandas sociais diversas, é preciso que este espaço contemple múltiplas

identidades em sua constituição, associando uma política de ideias com a política de presença.

A reivindicação das mulheres para serem reconhecidas quanto as suas identidades, para Phillips (2011), aparece mais veementemente no período histórico que suas vidas mais se aproximam dos homens em vários aspectos, dentre eles o acesso ao mercado de trabalho. Apesar de as mulheres vivenciarem certa segregação sexual nas estruturas de empregos melhor remunerados e que exigem qualificações, há uma perda do monopólio masculino sobre os salários, o que, de certa forma, aproxima-as das condições sociais dos homens.

O acesso de mulheres a trabalhos remunerados gerou, conseqüentemente uma mudança estrutural na cultura, em que elas percebem o potencial que as reivindicações políticas que fortalecem suas identidades têm de poder aproximá-las ainda mais dos direitos que os homens já conquistaram. As diferenças entre os sujeitos não podem ser concebidas somente pelas inúmeras opiniões e crenças que podem trazer consigo. Phillips (2011) sinaliza que a política de presença ao ser preterida pela política de ideias, mostrou-se inadequada para os problemas da exclusão política.

O comportamento liberal tende a apoiar-se nesse alinhamento, em que basta para a representação a diversidade de objetivos e crenças, que não necessariamente têm alguma relação com as experiências dos representantes. Assim, torna-se irrelevante quem representa a classe de ideias. A autora argumenta que, assim, a escolha do representante fica atrelada a apenas habilidades de articulação. Ela pontua que um dos papéis dos políticos é serem mensageiros, sendo que, mesmo que estes anúncios variem, os informantes são sempre os mesmos, fazendo com que a comunicação perca eficiência.

Preocupações quanto a um sistema de representação mais justo geraram reformas que mesmo que não cheguem a uma maior equidade, propõem-se em ampliar a diversidade de sujeitos no âmbito político. Para Phillips (2011, p. 278) uma representação adequada necessita ser também substantiva, ou seja, composta por diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos. A preocupação principal da autora se refere aos mecanismos políticos que permitam propiciar uma representação mais justa da presença política e que contemplem características como especificidades “do gênero, raça ou etnicidade dos representantes como uma parte

importante daquilo que os torna representativos e procuram alguma garantia de presença igual ou proporcional”.

A demanda por mais mulheres tem por objetivo que os interesses desse grupo sejam melhor representados por quem compartilha dessa mesma experiência e interesses, de modo que a presença substantiva pode ser um indicador mais confiável do que as possibilidades de qualquer sujeito eventualmente comungar de opiniões que condizem com as experiências femininas.

Phillips (2011) defende que, para enfrentar o problema da ausência dos grupos dos espaços de discussão política e de decisão pública, é preciso adotar mecanismos que façam com que as mulheres, além de terem sido reconhecidas com o direito ao voto, também possam objetivamente participar desses espaços enquanto grupos, representando diferenças que não são contempladas apenas no âmbito da formalidade liberal. As vivências identitárias constituem (PHILLIPS, 2011, p. 273) “[...] diferentes tipos de grupos, fica bem mais difícil satisfazer demandas por inclusão política sem também incluir os membros de tais grupos”.

Essa inclusão do grupo no escopo da representação política é primordial e implica considerar os limites estruturais da democracia liberal que banaliza a necessidade de incorporar mecanismos para que aqueles grupos que hoje estão fora ou marginalizados dos espaços de poder, possam objetivamente ter a garantia de que também farão parte desse espaço. A política de presença também é ineficiente quando não associada às ideias que são representadas pelo sujeito político. A ênfase desmedida em um desses polos apresenta fragilidades que precisam ser pensadas.

As ações afirmativas contemplam as duas vertentes apresentadas por Phillips (2011): que mulheres eleitas estejam próximas às demandas dos movimentos feministas; que busquem, com seu poder de decisão política, mais autonomia e direitos para elas. Desse modo é que se caminharia para algum avanço nas políticas públicas. Uma presença vazia de significado compartilhado com os grupos que se mobilizam pela causa não terá resultados positivos para os movimentos.

A autora é favorável à adoção de mecanismos que viabilizem a participação dos grupos marginalizados na arena pública, por intermédio das cotas ou de outros meios, mas apresenta algumas objeções sobre o tema (PHILLIPS, 2011). Isso poderia, segundo a autora, minar a aliança e a coesão sociais, objetos da democracia liberal contemporânea, pois as diferenças entre grupos seriam reconhecidas e ressaltadas como consequência da necessidade de representação.

A valorização das diferenças poderia gerar conflitos intransponíveis que não são favoráveis à negociação política para alianças e coesões sociais. O potencial de força da política de ideias é encorajar os cidadãos a dirigirem sua atenção às diferenças políticas que os dividem, o que pode ser uma medida intransigente, todavia, partindo do pressuposto de que cada sujeito pode representar múltiplos grupos, por sua identidade não se centralizar em um único ponto (como uma mulher negra e lésbica com vivência na periferia da cidade). Assim, pode-se cogitar que cada um desses atores atravessa mais de um eixo identitário, como: raça, gênero ou etnicidade e, desse modo, podem ajudar na realização de alianças entre diferentes grupos.

Nada impede que um sujeito político trabalhe por pautas que são externas a seus interesses identitários, embora pouco comum. Por sua vez, cada pessoa perpassa mais de uma característica, o que faz com que tenha o potencial de compartilhar perspectivas de mais de um grupo social. Como explica Phillips (2011), representantes homens podem aliar-se às mulheres para promover políticas de igualdade sexual, pessoas brancas podem se juntar aos negros para promover políticas voltadas a erradicar a discriminação racial, assim como católicos e muçulmanos podem, politicamente, buscar, juntos, meios para assegurar condições à tolerância em face de grupos religiosos oprimidos.

O perigo do excessivo foco nas diferenças de grupo ameaça impelir os cidadãos para fora de pautas que podem ter caráter unificador, fazendo surgir obstáculos em relação à concretização daquelas que têm a possibilidade de cooperação entre grupos. Uma política que dá um peso maior às identidades sociais pode até mesmo barrar as alianças indispensáveis para mudanças necessárias e substanciais. A definição dos interesses e das ideias defendidas pelos indivíduos não são reflexos automáticos de suas posições estruturais na sociedade.

Young (1987) utiliza dessa argumentação para demonstrar que a ausência ou a presença precária de grupos como mulheres, negros e trabalhadores nas esferas decisórias é injusto pelo fato de os interesses desses grupos propriamente ditos não poderem estar ali incluídos. Os indivíduos estão multiplamente posicionados enquanto classe, gênero e etnia e podem, de acordo com sua experiência e contexto, mover-se de variadas formas, produzindo compreensões ambíguas, contraditórias ou mais completas sobre sua condição.

Esse fato não retira a validade do argumento de que, a cada posição estrutural, compartilhada pelos indivíduos, correspondem determinados pontos de vistas comuns sobre a sociedade e seus problemas, que são inassimiláveis para os que estão posicionados diferentemente. É assim que, para a autora, a ausência desses pontos de vista nos processos decisórios constitui e gera injustiças.

As múltiplas posições experimentadas pelos indivíduos na estrutura social, para Young (1987), representam um excelente recurso para superar obstáculos no diálogo público, pois são úteis para que possam se distanciarem das suas próprias compreensões particulares e se comunicarem com os outros. Nessa medida, numa democracia comunicativa, como ele a denomina, a diferença é, antes, um recurso que favorece a comunicação. Ao contrário dos teóricos deliberativos, que esperam que o debate público revele ou produza unidades, Young afirma que o processo é bem sucedido quando propicia aos participantes tirarem lições da comunicação de uma experiência diferente da sua.

A convivência de múltiplas vivências na arena política pode ampliar a comunicação de divergentes perspectivas que, sendo legítimas quanto à inclusão de outras posições sociais na estrutura, teriam potencial para negociações e alianças, porque, para Young (1987), não é possível desprezar as diversas perspectivas, mas, por meio do debate É razoável que sejam construídas pontes de compreensão que evidenciem como as propostas e reivindicações afetam os que estão diferentemente situados em outra perspectiva. A obtenção dessa compreensão propicia possibilidades para que as decisões sejam mais justas.

Por isso mesmo, é fundamental a pluralização das práticas representativas, com a introdução da representação da perspectiva, a tornar as instituições mais porosas a grupos sociais estruturalmente desprivilegiados (YOUNG, 1987 e 2001). Valorizar as representações das perspectivas faz com que Young defenda uma proposta de reconceitualização da representação, tanto quanto à sua pluralização como no que concerne a uma nova abordagem para a relação entre representado e representante, com consequências para a própria maneira de conceber as relações entre representação e participação.

Conclui-se, portanto, o presente capítulo, demonstrando-se a existência de fatores estruturais que levam ao déficit participativo das mulheres na política institucional. Estes se relacionam, de maneira notável, à separação entre os campos público e privado, especialmente à divisão sexual do trabalho doméstico e, nesse

contexto, aos deveres de cuidado. Referidos fatores fazem surgir problemas culturais, econômicos, sociais e simbólicos.

Capítulo 2 - O movimento feminista brasileiro e seus resultados no aumento da participação das mulheres na política: lutas sufragistas, lobby do batom e política de cotas

O objetivo do presente capítulo é o estudo dos resultados já obtidos e das expectativas frustradas em relação às demandas e denúncias do movimento feminista brasileiro, inclusive, por meio das demandas sufragistas e voltadas à participação, bem como o denominado “*lobby do batom*” ocorrido durante o processo Constituinte de 1987-1988. Foi estudado o sistema de cotas eleitorais brasileiros, a partir de seu surgimento, em contraponto à efetiva representação das mulheres no sistema político institucional brasileiro.

2.1 As lutas sufragistas do movimento feminista brasileiro e o “*lobby do batom*” na Constituinte de 1987-1988

A luta das mulheres por cidadania, liberdade e autonomia perpassa, de acordo com o argumentado anteriormente, pela conquista do âmbito público. A estrutura patriarcal da sociedade faz com que seja exigido delas capacidades excepcionais que não costumam serem cobradas aos homens para desempenharem papéis equivalentes, assim como uma constante explicação e testes de competência. Lavallo (2010) descreve como árdua a luta das mulheres para obterem direitos, a exemplo daquelas que se mobilizaram pelo direito de votar e serem eleitas, denominadas, pela literatura, como *sufragistas*.

SEGUIR No Brasil, a primeira fase do feminismo foi marcada pela luta das mulheres pelos direitos políticos. O movimento questionava, nesse sentido, a dominação do campo político pelos homens, bem como o costume de deixar a mulher de fora do mundo público, adentrando, a partir desse período, a discussão acerca da efetiva participação feminina na política com ocupação de posições de destaque. Duas personalidades essenciais para os resultados obtidos pelo movimento sufragista foram Leonida Daltro e Bertha Lutz

Leolinda Daltro, nascida em 1859 na Bahia, educadora, teve como principal objetivo, no início do Século XX, a causa indigenista, mas sua tentativa infrutífera de obter um cargo oficial junto ao governo fez com que chegasse à conclusão de que

“[...] sua condição de mulher é que estava sendo um empecilho para atingir seus objetivos” (KARAWAJCZYK, 2014, p. 68-71), iniciando sua atuação política por meio da congregação de algumas mulheres, em apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à presidência do Brasil, em 1909, a partir da fundação da Junta Feminil pró-Hermes.

Na época, Daltro procurou apoio político para sua causa aproveitando-se da aproximação com figuras políticas masculinas de destaque “[...] para dar visibilidade aos atos do partido em suas manifestações públicas, como atestam várias matérias encontradas nos jornais do período” (KARAWAJCZYK, 2014, p. 73-75), a ponto de ter sua imagem vinculada à figura da líder *suffragette* inglesa, Emmeline Pankhurst. Em 1920 “[...] surgiu outro grupo feminino organizado na capital federal, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher - LEIM, fundado por representantes da classe mais alta e intelectualizada do Brasil”, liderada por Bertha Lutz.

Observa-se, entretanto, grandes diferenças entre as táticas e abordagens dos dois grupos, que podem ser mais bem compreendidas “[...] se levarmos em conta a trajetória da vida das duas principais figuras que lideraram o movimento” (KARAWAJCZYK, 2014, p. 73). Leolinda Daltro era uma professora de origem humilde, que teve de abrir seu próprio caminho, enquanto Bertha Lutz “[...] vinha de uma família bem relacionada nos meandros do poder tendo recebido uma educação esmerada e diferenciada. Ambas, porém, são descritas como mulheres de personalidade forte e mesmo de difícil convivência” (KARAWAJCZYK, 2014, p. 79).

Bertha pode ter sido auxiliada pelo fato de que “[...] o círculo social da família Lutz era muito extenso, o que teria proporcionado seu livre acesso a um meio social que lhe seria negado, caso fosse de outra classe” (KARAWAJCZYK, 2014, p. 79), tanto que sua atuação foi essencial no contexto da aprovação da lei que dava direito de voto às mulheres, no ano de 1932. Trata-se, nesse sentido, de uma conquista essencial, tendo em vista ser um requisito indispensável aos pleitos que o seguiriam.

Miguel (2014, p. 97) defende que, “[...] no quadro do pensamento liberal, a conquista do direito de voto é um ponto de chegada definitivo”. Esse tipo de restrição está presente na concepção do princípio liberal quanto à participação política, especialmente no que se refere ao voto e, conseqüentemente, à possibilidade das mulheres constituírem o eleitorado e serem elegíveis. Assim, o pensamento liberal reduz, a essa resolução, todas as questões que implicam a participação e a presença das mulheres na arena pública.

Já a segunda fase do feminismo brasileiro ocorreu entre os anos de 1960 e 1980, denominada de feminismo difuso, composto por mulheres cultas, que possuíam vidas públicas, profissionais como escritoras, professoras e jornalistas (MANINI, 1996). Especificamente nos anos 1980, no Brasil, o movimento feminista promoveu debates políticos em relação a questões cotidianas, resultantes da estrutura social e econômica deficiente, determinando o surgimento de novos enfoques sobre a questão feminina.

Estes se dirigiam à realidade das mulheres no tocante à sua relação com o sujeito masculino e a família, demonstrando a necessidade da aproximação ao Estado para buscar caminhos para a legitimação de suas aspirações, manifestando-se como uma prática política de defesa da cidadania. Nesse mesmo sentido, a expressão *denunciar* equivale a “trazendo a público” e, assim, conforme Andrade (2003, p. 67), “publicizar” e “politizar” as “[...] lágrimas e sangue que rolavam silenciosos no vasto espaço privado da dor feminina, mulheres de todas as idades, etnias e status social deflagaram um processo que está em curso, com consequências ainda inimagináveis”.

Trata-se de um dos principais fundamentos do movimento feminista, que busca expor o quadro de dominação masculina em relação a uma infinidade de aspectos. Segundo Pinto (2002, p. 15): “[...] essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público”. Em sequência, a terceira fase (PISCITELLI, 2002; PINTO, 2003), situada no final da década de 1980, marca um momento de renovação teórica e de proliferação de diversas categorias identitárias de mulheres.

Nesse sentido, as lutas feministas buscaram criar condições para que as mulheres pudessem denunciar a violência e, ao mesmo tempo, sensibilizar o Estado para deixar de ser conivente com o patriarcado (ANGELIM, 2009), inclusive, no campo político, não apenas como eleitoras mas, também, enquanto ocupantes de posições políticas.

O movimento de mulheres no Brasil é referência fundamental em relação a vários temas do interesse das suas congêneres no plano internacional, bem como um dos mais atuantes dentre os movimentos sociais do país; tendo, por ocasião da Constituição de 1988, obtido a aprovação e a constitucionalização de cerca de oitenta por cento (80%) de suas demandas, modificando o status jurídico das mulheres no

Brasil e, inclusive, desconstituindo o *pátrio poder* (CARNEIRO, 2003). No Brasil, uma bancada que pode servir de exemplo quanto ao cumprimento dos deveres, tanto na representação descritiva como na substantiva feminina, foi o grupo de pressão denominado “*lobby do batom*” no âmbito da Constituinte.

Esse movimento surgiu da articulação política e da luta por direitos que resultou na criação do CNDM (Conselho Nacional Dos Direitos da Mulher) em 1985, durante o governo de José Sarney, em decorrência da pressão dos movimentos de mulheres, constituindo-se como espaço de deliberação de questões femininas, articulações, debates e campanhas, (AMÂNCIO, 2013, p. 75) “[...] para auxiliar na promoção dos direitos das mulheres, garantindo igualdade de condições perante os homens no que concerne à participação na vida pública, ou seja, um espaço de vigilância do exercício pleno da cidadania”.

Apesar de ser um avanço para os movimentos de mulheres, a criação do CNDM não extinguiu as problemáticas (AMÂNCIO, 2013, p. 76), “[...] apenas abriu mais um espaço de debate na sociedade civil, no intuito de promover articulações de políticas públicas para as mulheres”, de modo que seu papel “[...] foi de suma importância no agenciamento de mulheres e no diálogo com os diversos movimentos sociais pelo país”, pois, já na primeira gestão (de 1985 a 1989) atuou na Campanha pela Constituinte ao lado das mulheres e do feminismo “[...] reivindicando a inclusão de mais direitos das mulheres na nova Constituição”.

O CNDM auxiliou na luta por direitos da mulher no processo de redemocratização política, mediando o movimento feminista e os parlamentares constituintes. Era constituído de mulheres de classe média, “[...] vinculadas a movimentos de mulheres ou a política, como a socióloga Jacqueline Pitanguy De Romani, e a deputada estadual Ruth Escobar (PMDB), etc.” (AMÂNCIO, 2013, p. 76), tendo encabeçado e promovido a participação das mulheres no debate constituinte.

Para tanto, realizou encontros, palestras e reuniões para tratar dessas questões, a fim de constituir “[...] uma plataforma política que olhasse para as reivindicações femininas, fazendo com que essas pudessem ser amplamente discutidas. As mulheres das camadas populares também tiveram uma atuação significativa no movimento” (AMÂNCIO, 2013, p. 76-77), demandando serviços como creche, posto de saúde, asfalto, fazendo iniciar “[...] um diálogo entre os movimentos de mulheres e feministas, bem como entre órgãos do governo e as classes populares”.

Dando seguimento a sua atuação, em novembro de 1985, o CNDM lançou a Campanha “Mulher e Constituinte”, cujo slogan “Constituinte Pra Valer Tem Que Ter Palavra De Mulher”, acenava rumo à igualdade diante da Lei entre homens e mulheres (AMÂNCIO, 2013, p. 78). Sua “[...]meta era percorrer o país promovendo espaços de debates com os movimentos de mulheres, a fim de constatar quais eram os problemas enfrentados por elas, para só então elaborar propostas que iriam ser levadas ao debate constitucional”.

Junto a essas frentes de luta, “[...] o CNDM organizou uma intensa mobilização, com o intuito de que as mulheres das mais variadas classes, idades, etc., fossem ouvidas. A Campanha também atuou paralelamente junto aos parlamentares constituintes, onde o movimento ficou conhecido/ e foi alcunhado de ‘Lobby do Batom’” (AMÂNCIO, 2013, p. 78), que objetivava discutir com as mulheres a elaboração de uma proposta que contivesse as reivindicações femininas, a ser entregue à Assembleia Constituinte.

A referida carta continha “[...] propostas para educação, saúde, etc, tais como o ensino com ênfase na igualdade entre os sexos, visando eliminar discriminações e a elaboração de programas governamentais voltados à Saúde da Mulher” (AMÂNCIO, 2013, p. 78). Acreditava-se, assim, que uma verdadeira democracia contempla “[...] os direitos das mulheres e reconhecer sua participação na sociedade e não reconheciam mais a vida privada como única perspectiva de atuação na sociedade”.

A Carta foi entregue em março de 1987, pela então presidente do CNDM Jacqueline Pitanguy, na inauguração do Congresso Constituinte, ao seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB) (AMÂNCIO, 2013, p. 78-79). Assim, o “Lobby do Batom” resultou no expressivo reconhecimento dos direitos das mulheres que tiveram suas demandas veiculadas pela carta proposta e elaborada na Campanha do CNDM (Conselho Nacional Dos Direitos Das Mulheres) que, por sua vez, resultou em modificações no Código Civil.

Além disso, Silva (2011) afirma que ficou evidenciada a ação concreta das mulheres que se manifestaram de forma inteligente e criativa, construindo articulações no exercício da democracia representativa, via atuação suprapartidária das deputadas, substituindo, deste modo, a tradicional articulação dos partidos políticos que, em geral, atua em nome de toda a sociedade, e, portanto, não enxerga as especificidades e necessidades dos grupos.

A atuação destacada dessa bancada feminina, para Pinto (2003), pode ser percebida por três fatores: a presença de emendas populares apresentadas por movimentos de mulheres; a presença do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as campanhas de mobilização por ele organizadas; e a dinâmica interna da Câmara dos Deputados, como um espaço predominantemente masculino, o que favoreceu a criação de uma identidade coletiva entre as deputadas.

Os temas relacionados a gênero mais debatidos durante a Constituinte, segundo Oliveira (2012, p. 434), foram orientação sexual, tutela da vida, igualdade, relações de trabalho e íntimas, incluído a violência doméstica. Os debates realizados indicam que houve importantes ganhos com relação à representação substantiva da igualdade de gênero no momento da Constituinte, sendo que a autora chama atenção para a centralidade da relação entre a bancada feminina e a sociedade, para a incorporação de uma agenda voltada aos direitos das mulheres na Constituição.

Assim, Oliveira (2012, p. 212-213) afirma que ainda que a bancada feminina tenha sido um “acidente” na Constituinte, esse “parece ter sido provocado pela atuação da militância feminista e pela pressão do Conselho Nacional de Direitos da Mulher”. Nesse cenário, 80% das emendas apresentadas pelas deputadas foram incorporadas ao texto constitucional. A atuação do denominado “lobby do batom” elucida a importância de se pensar sobre a política de presença e a política de ideias, analisadas no capítulo anterior, quanto as suas fragilidades e alcances, para entendermos como a representação feminina pode funcionar de modo mais eficiente mesmo com poucas mulheres ocupando cargos de poder político.

O conjunto dos elementos que implicam em entraves para a participação feminina na política, sejam obstáculos culturais (masculinização da própria forma de fazer política), econômicas (com as mulheres tendo menor apoio financeiro para fazer campanha) ou sociais (o lugar de política sendo definido como não sendo um lugar da mulher) não foram resolvidas pelo mero reconhecimento do direito ao voto (democracia moderna liberal) e nem serão resolvidas, como afirma Miguel (2014), pela adoção de cotas que propiciem a participação feminina na política, até porque se trata de uma questão estrutural.

A igualdade na participação de homens e mulheres, na política, não pode ser resolvida pela simples adição, geral e abstrata, de dispositivos legais que se proponham a modificar a realidade de maneira repentina, sem que os problemas subjacentes sejam devidamente tratados. Em relação às populações oprimidas, o

reconhecimento formal do direito ao voto e a possibilidade de serem votadas não garantem a presença efetiva e concreta, das mulheres, nos espaços decisórios da vida pública e política.

Dessa forma, por não conseguirem se eleger nesse sistema, as demandas femininas só têm uma saída: depender do apoio de um representante que não seja mulher, devido ao fato delas terem limitado acesso às cadeiras de poder político institucional. Demonstra-se, assim, que as lutas feministas brasileiras, no sentido da conquista de direitos políticos, iniciaram-se com o movimento sufragista, com o direito ao voto, essencial às suas futuras demandas no campo institucional, e alcançaram um momento importante com a Assembleia Constituinte de 1987-1988, por intermédio da movimentação que acabou por ficar conhecida como o “*Lobby do Batom*”.

2.2 As cotas parlamentares e a representação das mulheres no sistema político: a presença de mulheres na política institucional

A baixa representação feminina no parlamento tem diversas origens, como o ineficiente formato da legislação sobre as cotas legislativas por sexo, assim como as frágeis sanções sobre os partidos que desrespeitam os critérios estabelecidos por essa medida afirmativa. Os cargos do executivo não são regulamentados por essa política, porém, para entender o contexto feminino nas arenas de decisão institucional, é imprescindível contextualizar como foi aplicada no Brasil, assim como os fatores que limitaram sua eficiência e os avanços já obtidos.

O direito ao voto das mulheres, obtido na primeira fase do feminismo, não significou o acesso igualitário à representação política. Nesse sentido, a tentativa, passadas algumas décadas, de implantar uma política afirmativa de cotas no Poder Legislativo, visava amenizar a diferença quantitativa de homens e mulheres no parlamento. As cotas para mulheres, como expõe Araújo (1998), foram discutidas pelos movimentos feministas e pautadas na agenda pública a partir da Lei nº 9100/95, proposta pela deputada Marta Suplicy, que teve protagonismo no processo de organização da bancada feminina da Câmara dos Deputados em torno da pauta.

Assim, a primeira iniciativa quanto à inclusão de mulheres na política institucional brasileira, no que diz respeito a política de cotas, foi implantada nas eleições de 1996. Para avaliar como as mulheres parlamentares perceberam esse

acesso ao poder e política, Grossi e Miguel (2001) participaram, para obter relatos, de um seminário organizado por três órgãos de relevância quanto à inserção de mulheres na política: o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), a Bancada Feminina no Congresso Nacional e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

O evento teve a participação de mulheres que tinham relação direta com a pauta de inclusão feminina em posições de poder; tais como, parlamentares, candidatas, prefeitas, representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), pesquisadoras, sindicalistas e grupos de mulheres de partidos políticos, dentre outras. Nesse contexto, como as autoras descrevem (GROSSI, MIGUEL, 2001, p. 177), “[...] os testemunhos mostram que uma mulher candidata jamais consegue concorrer segundo as mesmas regras dos homens candidatos”. No primeiro caso, o partido não reconheceu a vantagem de 36% de intenções de voto para a candidata; no segundo, “[...] o partido, por não ter um candidato homem, prefere esvaziar a candidatura feminina, propondo alianças com outros partidos”. Assim, é difícil tornar visível para os próprios partidos estas “escolhas” como sexistas, “[...] uma vez que nestes casos parecem sempre prevalecer outras regras do jogo político”.

Uma das questões que mobilizou o plenário foi a temática do poder. De acordo com Grossi e Miguel (2001, p. 185) “[...] há diferentes percepções do que significa o poder. Para algumas falas, o poder tem gênero. Ou seja, o poder é masculino e é exercido num lugar determinado, o espaço público da política”, de maneira que “[...] as mulheres teriam poderes ligados a outros espaços, como a família e o lar. Num outro polo explicativo, o poder seria neutro, podendo ser exercido tanto por homens quanto por mulheres”. Além disso, tratou-se da “[...] competição pelo poder, ora vista como uma postura masculina. Ora como uma postura constituidora do exercício da política”.

Não bastasse, a falta de referenciais femininos na política representativa tornava mais difícil a ambientação delas com o poder, além de que, por serem exceção à regra, eram tratadas no masculino⁴, a exemplo das diplomações, nas quais as certificações eram elaboradas no masculino. Isso, para as autoras, é a expressão do

4 A Lei 12.605 de 2012, em seu Art. 1º, determina que: “[...] as instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido” (BRASIL, 2012, n.p.).

fato de que não se reconhece a possibilidade de acesso a esses cargos pelo feminino (GROSSI, MIGUEL, 2001, p. 191).

Outra atitude comum observada nas entrevistas de Grossi e Miguel (2001) foi a autocobrança de que mulheres, para demonstrar ter capacidade para ocupar cargos de relevância política, precisam “fazer sempre mais”, como se estivessem em falta em todos os âmbitos (como ser melhor mãe, esposa e aprimorar a aparência). Parte-se, aparentemente, da premissa de sua incapacidade, restando a ela provar o contrário, o que foi também notado por Holtz-Bacha (2013) e nomeado por Lavallo (2010) como “Requisitos de qualidade”.

A forma com que foram implementadas as cotas nas eleições de 1996 e 1998, acabou por ter baixo impacto na proposta quantitativa de candidaturas. Veras (2016) apontou que, nessas duas eleições, o número de candidatas passou de 6,15% para mais de 10,30%. Por sua vez, o crescimento leve de candidaturas não implicou diretamente na ampliação do número de cargos conquistados. Em 1994, eram 32 (trinta e duas) mulheres na Câmara Federal e, em 1998, apenas 20 (vinte) deputadas eleitas.

Os entraves que o Brasil vivenciou para implantar o sistema de cotas no legislativo podem ser também explicados pela formação do quórum de decisão ser composto amplamente por homens, que tendem a proteger seus interesses em detrimento das mulheres

As cadeiras no Parlamento não foram afetadas pelas cotas de acesso a candidaturas de mulheres, assim como os cargos preenchidos por eleição majoritária - Senado Federal, Governos Estaduais e Prefeituras - e, também, os cargos em comissão e função de confiança do Poder Executivo, a exemplo dos cargos ministeriais. A equidade em representação está distante da porcentagem fixada para cargos eletivos - 20%, ampliada para 25% pela Lei nº 9504/97, que previu 30% para as eleições seguintes. Os partidos sequer são obrigados a preencher efetivamente as vagas, podendo deixá-las (no todo ou em parte) ociosas, sem sanções normativas, na maioria dos casos.

A principal mudança para Araújo (2001) diz respeito aos novos estímulos às candidaturas de mulheres, por meio dos quais as legendas tornaram-se obrigadas a destinar 5% do fundo partidário para incentivo à participação das mulheres na política, assim como reservar 10% do tempo de propaganda partidária (mesmo em anos sem eleições) para ampliar o alcance de divulgação da participação política feminina. As

brechas que ainda estão presentes na lei são estímulos para que os partidos não manifestem resistências à sua implantação.

Segundo Grossi e Miguel (2001), em pesquisa realizada no Seminário *Mulheres na Política - Mulheres no Poder*, ocorrido no ano de 2000, a partir de notas taquigráficas transcritas pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, da Câmara dos Deputados. De acordo com a referida pesquisa, as objeções de incursão de mulheres na política não se limitam aos infortúnios da esfera partidária. A tensão entre a vida doméstica e a carreira política é imperativo constante nos depoimentos coletados, especialmente verificado na autocobrança daquelas que têm filhos quanto a justificarem que conseguem conciliar o exercício das funções públicas com seu “papel de mãe”.

Já aquelas que nunca gestaram, sentem-se cobradas quanto a firmarem-se como mães para reafirmar a essência do poder intrínseco à identidade feminina. Assim, em ambas as situações, a mulher é colocada como errada, sendo mãe ou não, sentindo-se cobrada a justificar-se. Essa constatação demonstra o que Holtz-Bacha (2013) definiu como *double mind* e a crença limitante denominada por Lavallo (2010) de “Rol Mãe-Esposa”, o que será melhor especificado mais adiante.

Nesse sentido, a votação nas mulheres se limita, em regra, a um pequeno número. No concernente às eleições proporcionais, a votação se concentra naquelas que têm maior capital político acumulado, com mandatos eletivos anteriores, visibilidade e investimento financeiro (SCHULZ; MORITZ, 2015). Um número significativo de candidatas, no entanto, figura nas listas somente para completar a percentagem legalmente determinada.

As dificuldades perpassam desde o recrutamento partidário, em que há uma “questão cultural”, pela qual as candidaturas das mulheres têm menor apoio financeiro e de articulação de base, como também as próprias mulheres interiorizam/reproduzem uma suposta falta de capacidade para ocupar cargos de direção, no contexto daquilo que Lavallo, (2010) aponta como *problema de autoestima*, resultante dos anos de entronização dos pressupostos da dominação masculina, que acaba por incutir nelas a submissão à estrutura patriarcal. Os homens demonstram temor de serem geridos por mulheres e caracterizam como “rebeldes” as que manifestam opiniões autônomas. Tal situação é nomeada por Lavallo (2010) como *resistência dos homens*.

O primeiro pleito em que vigorou a lei de cotas no legislativo foi em 1997, como relembra Araújo (2011), com cotas mínimas e máximas de candidaturas por sexo nos

partidos. A autora constatou que não chegaram a ter efeito transformador no quadro político. Aprimorou-se o texto com a promulgação da Lei 12.034, demandando que os partidos e coligações a preenchessem, com, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% de candidaturas de cada sexo. Isso foi possível porque foi alterada a expressão “deverá reservar” pelo imperativo “preencherá”, o que, para Gomes (2019), não confere maior proteção ao objeto da lei, devido ao verbo e o tempo empregado reforçarem o caráter programático da norma, sendo um ônus para a interpretação mais imperativa da mesma. Outra disposição fundamental foi o acréscimo de 10% de tempo a mais de propaganda partidária destinada às mulheres.

Quanto aos recursos, passou a ser determinado que os partidos deveriam reservar 5% do Fundo Partidário para a organização da participação de mulheres na política institucional. No caso de descumprimento, a sanção prevista seria o aumento dessa reserva para 2,5% do valor para o ano seguinte, implicando, ainda, no impedimento de movimentar os recursos para fins alheios ao debate acerca do engajamento das mulheres na política.

A Lei 13.165 de 2015 (BRASIL, 2015) determinou que os partidos deveriam investir recursos nessas candidaturas. Cumpre ressaltar que as cotas se referem apenas a cargos componentes do Poder Legislativo federal, estadual e municipal. Em decorrência desse fato é que salta aos olhos a quantidade de ministras empossadas no período dos governos petistas. Apesar de não serem posições eletivas, são essenciais ao funcionamento do Poder Executivo, responsáveis pela chefia administrativa nacional de setores essenciais.

A tentativa de avançar nos mecanismos legislativos para efetivar as políticas de cotas, para Gomes (2019), ainda continuava sendo insuficiente quanto à punição do descumprimento das normas. Desse modo, acabou-se por incentivar a não observância da normativa jurídica por parte dos partidos. A jurisprudência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sugere que no caso de não se alcançar o índice de 30% de candidatas, o partido ou a coligação deve reduzir o número de candidatos do sexo masculino para se adequar à política de cotas (BRASIL, 2014). Mesmo assim, as mulheres permanecem sub-representadas.

O teor da política de cotas segue em disputa. Gomes (2019) descreve que em 2017, tramitaram propostas de mudança nas políticas de cotas em relação a duas novas legislações - Lei nº 13.487/2017 e Lei nº 13.488/2017 -, que pretendiam alterar o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). O deputado Vicente

Cândido (PT/SP), relator da proposta, sugeriu medidas que abarcassem o voto em lista fechada para o legislativo nas eleições de 2018 e com ordem dos candidatos e regra para alternância de gênero.

A proposta foi derrotada ainda na Câmara dos Deputados, por 369 votos contra 99 votos a favor e duas abstenções (GOMES, 2019). Outros instrumentos importantes, como o teto para as doações de pessoas físicas nas campanhas parlamentares e a proibição ao autofinanciamento, foram vetados. Permaneceram os limites para os gastos nas campanhas de acordo com os cargos.

As poucas sanções previstas ao não cumprimento das regras ligadas a políticas de discriminação positiva eleitoral para mulheres não entraram em vigor (FOLHA, 2019). Em maio de 2019, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 13.831, que anistiou multas de siglas partidárias que não aplicaram o mínimo de 5% das verbas do Fundo Partidário para promover a participação política das mulheres entre 2010 e 2018.

Em decorrência disso, os partidos que tenham redirecionado o dinheiro previsto para candidaturas femininas não poderão ter suas contas rejeitadas ou sofrer qualquer outra penalidade (FOLHA, 2019). Trata-se de um montante de, aproximadamente, 70 milhões de reais, valor dos débitos dos diretórios municipais de quase todas as legendas com o Fisco. Foi a primeira vez, desde 1995, que um presidente autoriza o cancelamento dessas punições.

Como argumenta Phillips (1996), a própria ideia de participação de mulheres na política institucional é recente, pois, sob a ótica dos movimentos feministas, as mobilizações encontravam-se inicialmente mais circunscritas ao protagonismo em instituições variadas da chamada sociedade civil. Demandas posteriores de ocupação de funções executivas fundamentaram-se na existência de interesses específicos das mulheres, o que justificava a necessidade de uma construção da representação tendo por base os requisitos de gênero.

Foi no reconhecimento da importância do papel das mulheres, nos espaços de poder, que emergiu o debate sobre as condições e possibilidades de formação de representantes capacitadas (ARAÚJO, 2005). Em síntese, a participação de mulheres na esfera política vem demandando uma reflexão sobre o papel das dinâmicas institucionais e das interações mais amplas que se efetivam nos diversos campos da atividade social, interferindo na construção e incremento de candidaturas.

Demonstrou-se, portanto, a criação e a concretização de políticas e ações afirmativas voltadas ao aumento da participação das mulheres na política institucional, especialmente em decorrência da lógica do partidarismo brasileiro, caracterizado pela supremacia masculina. Nesse sentido é que acabou por ser criada a política de cotas parlamentares para mulheres que, entretanto, não foi capaz de modificar o quadro de desigualdade representativa, inclusive em decorrência da atuação do Legislativo e do Executivo em prejuízo dessa ação.

2.3 A insuficiência da política brasileira de cotas parlamentares

Os partidos políticos, seja na condição de agenciadores de uma etapa “preparatória”, no sentido de incentivar a participação de mulheres desde o momento de recrutamento, seja na de reguladores das desigualdades de gênero no campo das disputas, passam a ser lugares importantes, tanto na gestão e ampliação de espaços democráticos, como na construção de candidaturas. Constituem, portanto, lugares dilemáticos, pois são caracterizados por tensões e disputas internas que cerceiam o campo político. Não por acaso, a lei de cotas gera polêmicas nas instâncias partidárias, pondo em cena as dificuldades de cumprimento das normas eleitorais, justificadas segundo a oferta mais ou menos ampla de candidatas.

Uma situação bastante emblemática sobre a forma com que as mulheres são representadas politicamente no Brasil foi a fundação do Partido da Mulher Brasileira (PMB), aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2015, e fundado por sete parlamentares federais em sua bancada, nenhum deles mulher. Em entrevista para o portal de notícias Gaúcha ZH, os deputados federais Domingos Neto, do Ceará e Ezequiel Teixeira, do Rio de Janeiro; não viam como problema a falta de mulheres na bancada de um partido que pelo nome deveria ser voltado ao gênero feminino.

Domingos Neto apontava que o partido propõe pautas transversais que dizem respeito às “famílias, aos homens e à juventude”. Destacava como meta desenvolver uma discussão mais ampla do que restritiva, bem como que, caso os interesses das mulheres fossem apenas delas, seriam necessárias restrições. (Gaúcha Zero Hora, 19/11/2015). Para Ezequiel, por sua vez, o fato de não se ter mulheres compondo o partido é “até interessante” porque, assim, demonstram “carinho” por elas, fazendo um bom trabalho para a “segurança, paz, harmonia e tolerância”.

Quando questionado pela reportagem se cederia seu lugar na Câmara para uma mulher, caso ela estivesse na condição de sua suplente, Ezequiel afirmou que não haveria necessidade disso, visto que (Gaúcha Zero Hora, 19/11/2015) “[...] tem muitas maneiras de agradá-las, né? Principalmente dando segurança a elas. Meu principal objetivo é desenvolver projetos em favor da saúde, educação e do combate ao câncer de mama. As leis são para o ser humano”.

Esse episódio icônico na política brasileira demonstra o modo como os homens podem decidir até mesmo sobre uma legenda partidária que leva a identidade das mulheres como bandeira, excluindo a participação delas. Até o momento da realização da reportagem faziam parte do PMB os deputados Domingos Neto e Valtenir Pereira, ex-PROS (Partido Republicano da Ordem Social), Weliton Prado e Toninho Wandscheer, ex-PT (Partido dos Trabalhadores), Victor Mendes, ex-PV (Partido Verde), Ezequiel Teixeira (ex-Solidariedade) e Pastor Franklin, ex-PTdoB (Partido Trabalhista do Brasil).

A perspectiva masculina da maioria dos representantes homens é de que eles conseguem, ao promover o bem comum, atingir positivamente os diversos grupos que compõem a sociedade; como no exemplo citado, no qual os dois parlamentares entrevistados afirmam decidir pelas mulheres ao atender suas demandas. Evidencia-se, pela fala do Deputado a atribuição de um papel subordinado e dependente às mulheres

A declaração de que todos são “seres humanos”, parte, para Phillips (2011), da ênfase dada às práticas da democracia direta, que pode ser qualificada por algo como um *fetice da participação*, que se associa a uma suposta homogeneidade entre os universos sociais e, portanto, à crença de que os Parlamentos poderiam expressar, sem grandes ruídos, uma “vontade geral” caracteristicamente feminina.

As ideias que os parlamentares difundem quanto à formação de um partido que, pela nomenclatura, esperar-se-ia que impulsionasse candidaturas de mulheres (mas não o faz) formam uma imagem simbólica que se repete em várias instâncias. A forma com que o sistema de cotas para mulheres no legislativo foi conduzido diz muito sobre o sistema político brasileiro (BIROLI, 2018). Apesar disso, a falta de representatividade suficiente das mulheres ainda é um problema evidente, inclusive, estatisticamente comprovável. Mais do que isso, a presença reduzida das mulheres em cargos eletivos pode ser constatada na maioria dos países do mundo.

No Brasil, entretanto, essa realidade é acentuada, pois a média de mulheres eleitas nos legislativos tem oscilado em torno de 10%, apesar de as mulheres representarem mais da metade do eleitorado (BIROLI, 2018). Em 2017, o Brasil ocupava a 154ª posição no ranking global da *Inter-Parliamentary Union* (IPU), com 10,7% de mulheres na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado. Em contrapartida, nas Américas, a média, nas duas casas, no mesmo ano, foi, respectivamente, de 28,3% e 27,5%.

Nos cargos executivos a situação não é diferente, pois, embora Dilma Rousseff, tenha sido eleita para a Presidência em 2010 e 2014, apenas um Estado brasileiro dentre os 27 elegeu uma mulher como governadora (BIROLI, 2018). Em 2016, apenas 11,5% dos municípios elegeram mulheres como prefeitas. Os resultados quantitativos, quanto à presença de mulheres no Senado e na Câmara de Deputados, como pode ser visto no Quadro 1, são espelho dos artifícios políticos voltados a impedir que os partidos sejam penalizados quando ignoram o percentual de candidaturas femininas legalmente estabelecido.

Quadro 1: Presença de mulheres em cargos eletivos no Brasil: Câmara de Deputados e Senado de 2008 a 2019

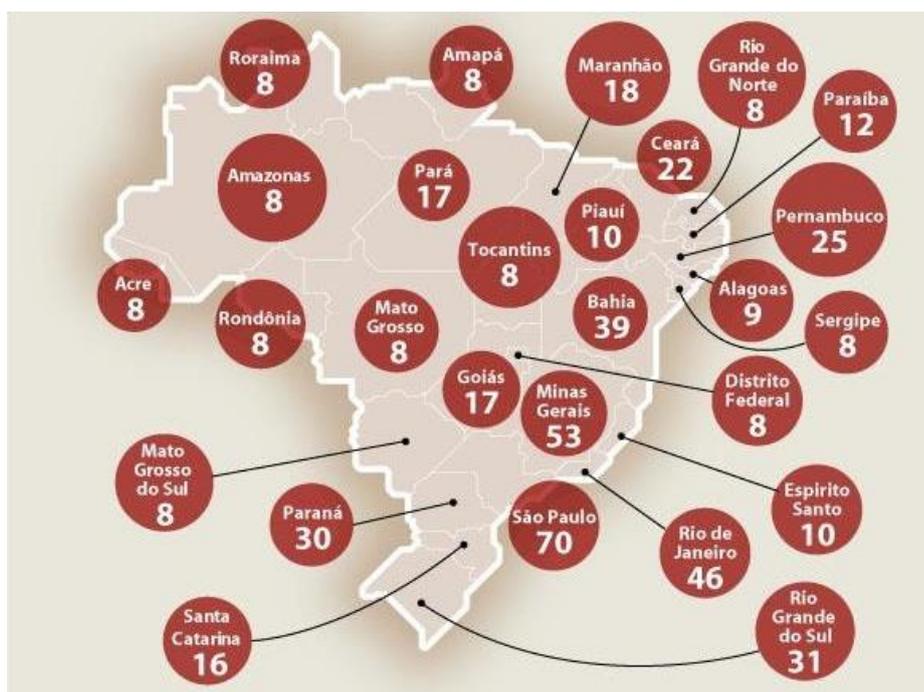
Ano	Mulheres na Câmara de Deputados			Mulheres no Senado	
	Posição no ranking/ total países	Porcentagem de mulheres (%)	Número de mulheres/total de cadeiras	Porcentagem de mulheres (%)	Número de mulheres/total de cadeiras
2008	108º/185	9 %	46/513	12,3%	10/81
2010	111º/188	8,8%	45/513	13,3%	10/81
2012	116º/188	8,6%	44/513	16%	13/81
2014	124º/189	8,6%	44/513	16%	13/81
2015	117º/191	9%	46/513	13,6%	11/81
2017	154º/186	10,7%	55/513	14,8%	12/81
2019	133º/188	15%	77/513	14,8%	12/81

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis no portal *Interparliamentary Union* (IPU)

Os dados apresentados no Quadro 1 foram obtidos a partir dos infográficos disponíveis no portal *Interparliamentary Union* (IPU), sendo coletados a partir da situação de nomeações no dia primeiro de janeiro de cada ano. O Quadro foi construído a partir de pesquisa feita em dados de Parlamentos Nacionais, no dia 1º de janeiro de cada ano, de uma quantidade expressiva de países (que varia de 185 a 191). Os dados fornecidos têm como ponto de partida o ano de 2008, com intervalos de dois ou um ano, até 2019. Os números são sobre o Poder Legislativo, que segue o modelo de poder bicameral. Conforme o nome sugere, é um sistema com duas casas legislativas: a Câmara e o Senado.

Ambas são compostas por cargos eletivos, sendo a primeira constituída por 513 deputados, com número de vagas proporcional ao tamanho populacional de cada Estado, como pode ser visto na Figura 1. Desse modo, o número de cadeiras que um estado pode ter varia entre 8 e 70 deputados, com mandatos de quatro anos. As eleições proporcionais em que os votos são destinados aos partidos ou coligações dos candidatos. No Senado, os mandatos são de oito anos, formado por 81 integrantes, sendo três por Estado, com eleições majoritárias, alternando duas vagas em uma eleição e uma vaga na seguinte.

Figura 1: Quantidade de deputados por Estados e pelo Distrito Federal



Fonte: Portal Politize. Disponível em: <https://www.politize.com.br/camara-e-senado-qual-diferenca/>. Visualizado em: 8 de jun de 2019.

A representação descritiva associada à presença de mulheres no Legislativo é um desafio persistente. Não haveria, segundo a tradição liberal, necessidade de nenhum outro mecanismo que garanta a presença das mulheres no espaço público. Essa concepção, no entanto, tem muitos limites, a exemplo da sub-representação, uma vez que, objetivamente, o avanço da democracia liberal ou o mero reconhecimento formal de que as mulheres podem ser votadas e podem votar não implicou no aumento de sua representatividade, como demonstrado no Quadro 1.

Ocorre que a representação de mulheres no legislativo brasileiro mantém-se muito aquém da proposta pelo movimento de mulheres, e que indique um mínimo de equidade de gênero. O Brasil, nos onze anos (2008/2019) analisados, só decaiu na sua posição no ranking quanto à chegada de mulheres em ambas as instituições legislativas, sendo que a colocação mais alta obtida, na comparação internacional, foi em 2008: 108º (centésimo oitavo) lugar, com quarenta e seis mulheres ocupando cadeiras na Câmara, significando 9%, e dez mulheres no Senado, representando 12,3% do total de cadeiras.

A maior queda no ranking legislativo ocorreu em 2017, chegando à 154ª posição, na comparação internacional, em que mesmo ampliando a quantidade de mulheres nos cargos, 55 mulheres, sendo 10,7% na Câmara e, doze mulheres, igual a 14,8% no Senado, não conseguiu acompanhar o quantitativo global. É interessante atentar para o fato de que o ano de maior diminuição da presença de mulheres no Legislativo foi justo o de 2017, posterior à queda de Dilma Rousseff na presidência da república. É provável, entretanto, que esse fato tenha sido determinante para que Brasil não acompanhasse o nível global de representação de mulheres na política, até porque a baixa representação não é recente.

Aliás, a eleição de uma mulher para a Presidência não alterou o quadro que viemos analisando. Pode-se cogitar, entretanto, que a oposição política ao Partido dos Trabalhadores não se dedica à promoção de acesso de mulheres a cargos políticos. Em um cenário em que a inserção de mulheres no legislativo beira o insignificante, Phillips (2011, p. 286), no sentido de demonstrar o quão insatisfatória é essa estrutura de poder, afirma:

A sub-representação de certas categorias de pessoas é muitas vezes tão completa que sua injustiça parece fora de questão. Quando as mulheres, por exemplo, ocupam meros cinco por cento das cadeiras numa assembleia legislativa, é necessário apenas reverter a posição dos sexos para demonstrar o déficit democrático. O que os homens pensariam de uma legislatura em que eles estivessem suplantados na proporção de dezenove para um? A maior parte dos observadores bem-intencionados pode ser levada a reconhecer um problema de sub-representação, a aceitar que há algo de insatisfatório na organização política atual e na maneira pela qual as assembleias são monopolizadas por uma extensão limitada de pessoas ou perspectivas.

Estabelecer como é essencial para qualificar o sistema representativo o grau de importância dado à presença substantiva de diversos grupos que espelhem a sociedade, como no caso, as mulheres em cargos de poder institucional, é uma das propostas de Phillips (2011), quando utiliza os conceitos de *política de ideias* e *política de presença* (como foi visto no capítulo anterior) para que, na relação entre estes, seja possível construir um sistema mais justo de representação.

Durante os governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff observou-se um notável aumento da representatividade das mulheres no Poder Executivo Federal, especialmente em decorrência de se ter empossado um número de ministras nunca visto antes ou depois.

A título de comparação observe-se que o governo Collor de Mello contou com duas (2) ministras, assim como a Administração Itamar Franco. Já o governo Fernando Henrique teve três (3) ministras. Durante os governos do PT, esse número aumentou significativamente: na Administração de Lula da Silva contaram-se dez (10) ministras; e, no Governo de Dilma Rousseff, dezoito (18). Posteriormente, no governo Michel Temer, somente três (3) ministras atuaram. Note-se, portanto, que entre 1990 e 2018, das trinta e oito (38) ministras atuantes, vinte e oito (28) exerceram funções durante os Governos do Partido dos Trabalhadores.

O quadro contemporâneo da participação feminina no sistema político, notadamente no que concerne aos cargos eletivos do Poder Legislativo, a partir de dados quantitativos e qualitativos, comprovam que o déficit de representatividade no Brasil permaneceu, mesmo após a aprovação e a instalação de uma política de cotas eleitorais. Além disso, persiste, também, uma carência qualitativa e quantitativa de representação feminina no sistema político institucional, especialmente junto ao Poder Legislativo.

Conclui-se, neste capítulo, que as lutas feministas para a conquista de direitos políticos se iniciaram com o movimento sufragista que conquistou o direito ao voto, necessário às futuras demandas, que alcançaram a Assembleia Constituinte de 1987-1988, por meio do “*Lobby do Batom*”. Apesar disso, ainda existe a necessidade da criação e concretização de políticas e ações afirmativas para aumentar da participação das mulheres na política. Por isso é que foi criada a política de cotas parlamentares para mulheres, permanecendo, entretanto, a carência de representatividade. Trata-se de um problema grave, notadamente em relação às mulheres, para que seja possível dialogar, presencialmente e mediante representatividade formal, acerca das denúncias dos movimentos feministas no âmbito público institucional, notadamente no contexto do processo legislativo.

Demonstra-se, nesta primeira parte que existem fatores estruturais que resultam no déficit participativo das mulheres na política institucional, relacionados à separação entre o público e o privado, notadamente no contexto da divisão sexual do trabalho doméstico, resultando em questões culturais, econômicas, sociais e simbólicas. Além disso, mostrou-se que as lutas feministas em prol de direitos políticos se iniciaram pelo movimento sufragista, que alcançou a Assembleia Constituinte de 1987-1988 com o “*Lobby do Batom*”, mas persistiu a necessidade da criação e concretização de políticas e ações afirmativas para aumentar da participação das mulheres na política. Uma das tentativas nesse sentido foi a política de cotas parlamentares para mulheres, que não foi capaz de resolver esse grave problema que, por sua vez, é agravado pelo discurso midiático. Nesse contexto, é notável a influência dos instrumentos de mídia, especialmente os escritos, tornando imperioso o estudo dessa modalidade de discurso para o entendimento da problemática a ser desenvolvida no presente trabalho.

Parte 2 - Mídia, mulheres e política

Esta segunda parte se dirige a estudar o discurso midiático relacionado às mulheres na política, a partir das estruturas de poder que regem essa relação, do discurso e seus dispositivos a partir de Foucault, da teoria do discurso em Bourdieu, bem como de outros autores, bem como o discurso midiático e de seus significados, sua função ideológica e sua natureza de dispositivo, criadora de narrativas coletivas e individuais. A seguir, serão tratadas as estruturas do discurso para na comunicação midiática persuasiva, a partir dos interesses característicos ao contexto e da subjetivação das mulheres na arena política, o sentido do “gênero” no discurso midiático excludente da mulher, suas representações no discurso midiático e, ao final, a mídia como instrumento de manutenção do poder político masculino a partir do exemplo específico de Dilma Rousseff.

Capítulo 3 - O discurso midiático e as estruturas de poder

O objetivo do presente capítulo é mostrar como os jornais podem representar espaços de dominação simbólica e, conseqüentemente, lugares em que se promove a exclusão das mulheres da vida política, a partir dos elementos que constituem o discurso midiático. Nesse sentido, serão apresentadas algumas das principais abordagens relacionadas ao discurso, sob uma análise teórica, especialmente no que concerne à sua capacidade de convencimento, persuasão e manipulação, inclusive, a partir do conceito de “dispositivo”, em Foucault e Agamben.

Além disso, serão tratadas as relações entre discurso e mídia, o próprio discurso midiático, inicialmente, a partir de Bourdieu, especialmente no que se relaciona à mídia escrita, assim como o poder simbólico do qual a mídia é imbuída e as formas mediante as quais sua capacidade de convencimento é utilizada. Serão trazidos outrosoutros autores cujas teorias guardam pertinência com aquilo que se estudará nos capítulos posteriores acerca do instrumental e das conseqüências esperadas a partir do discurso midiático, notadamente a partir de Van Dijk e de alguns outros teóricos pontualmente citados. Ao final, serão trabalhadas as relações entre o discurso midiático e os principais tipos de ideologia que se conectam aos seus mecanismos de poder simbólico, especificamente quanto às mídias impressas.

3.1 O discurso e seus dispositivos a partir de Foucault

O discurso se encontra muito além da mera expressão do pensamento, especialmente se utilizados na arena política. Os mecanismos discursivos podem se voltar a promover, destruir, angariar ou, até mesmo, restringir expectativas, ações e, em especial, perspectivas. Nesse sentido, os discursos religiosos, jurídicos, terapêuticos e, em parte, os políticos, não são, conforme Foucault (1996, p. 10), dissociáveis do exercício de um ritual que determina para os sujeitos falantes, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis convenientes.

Assim, a forma mais superficial e visível desses sistemas de restrição é constituída por aquilo que se pode agrupar sob o nome de *ritual*, que define a qualificação que possuem os indivíduos que falam e que, no jogo do diálogo, na interrogação, na recitação, ocupam determinada posição e formular determinado tipo de enunciados, bem como os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de sinais que acompanham o discurso: “[...] o ritual fixa, por fim, a eficácia, suposta ou imposta, das palavras, o seu efeito sobre aqueles a quem elas se dirigem, os limites do seu valor constrangedor” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

O discurso tem um saber manifesto imbricado na estrutura de poder dominante vigente. A pretensão e a vontade de saber são suportes para a formação de verdade, como coloca Foucault (1996, p. 12), servem assim como instrumento às produções discursivas. Assim, a pretensão de verdade colocada no discurso se volta a “mascarar” o desejo de poder que a “vontade de verdade” representa, de modo que “[...] cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”.

As vontades de verdade se constituem e se transformam de acordo com as circunstâncias em vigor, o poder que o discurso desempenha e pelo qual segue em luta, que lhe permite gerar representações do real em quadros de significações, ao designar, nomear e rerepresentar sentidos que sancionam ou reivindicam como verdades. O desafio está em captar os intuítos das significações de verdade que são produzidas nas subjetividades e quais as intenções na realização discursiva, o que não é fixo, sendo ainda mais trabalhoso sua captação.

Foucault (1996), nesse sentido, analisa que historicamente a questão do saber relaciona-se com o discurso pela constante vontade de verdade, mediado por porta-vozes socialmente credenciados que tinham o poder de influenciar na vida dos

sujeitos, de maneira que “[...] o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido”.

Os conceitos discursivos entre os sujeitos são formas de manifestação das relações de poder, o que levou Foucault (1996) a olhar para a politização do discurso enquanto saber, que é formado por um conjunto de enunciados que integram as tramas do poder, as quais atravessam as relações entre sujeitos. O discurso opera como um “regime de verdade”, tal como postulado por Foucault (1996, p. 14): “Por ‘verdade’, entende-se um conjunto de procedimentos adequados conforme a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder [...] e a efeitos de poder que ela incentiva e que a produzem”.

Mais do que isso, para Foucault (1996, p. 14-15), por meio do discurso é que se “[...] pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino”. Um século depois, “[...] a verdade mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência”.

Esses mecanismos agem como formas de controle e revelam a ligação do saber com o desejo e o poder, conectada, porém, a uma “vontade de saber”. Esse conceito é utilizado por Foucault (1988, p. 29) no contexto da subjetivação da sexualidade, cujos saberes constituídos são mediados por discursos que a controlavam, como os processos patológicos que manejavam atos voltados ou não à manutenção da saúde, como intervenções terapêuticas ou de normalização, que elaboravam “[...] um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar”.

Os prognósticos de cuidados são para o autor formas de “vontade de saber” para que os sujeitos orientem suas práticas de acordo com os interesses dos discursos científicos. Os poderes hegemônicos, como o Estado, utilizam dos estudos científicos, como a ciência médica e outras especialidades, como recursos para dominar os corpos, visto que o indivíduo e o sexo são objetos de disputa, em meio a

tais relações de poder. Desse modo, a “vontade de saber” é um conceito foucaultiano em que os sujeitos acabam aprimorando suas vidas por normatizações discursivas que são transmitidas como verdade. Para Foucault (2000), por serem formadas tanto pelo dito como pelo não dito, estabelecem uma rede que funciona como estratégia para manipular relações de força. Em decorrência desse conceito, seja na sua orientação, direcionamento, assim como nos modos de uso, fixação e bloqueio, o sistema discursivo-midiático pode ser considerado um dispositivo que media discursos de diversas fontes, a exemplo daqueles proferidos pelo médico, pelo político, pela ciência e de outras diversas instituições.

A partir disso, inscrevem-se no jogo de poder e, concomitantemente, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, subordinam-no. Conforme Foucault (2000) o poder não é uma coisa e também não é algo que alguém possui ou que representa uma espécie de intencionalidade transcendental em relação aos dispositivos utilizados. Trata-se de um tipo de sistema mais ou menos organizado, mais ou menos hierárquico, mais ou menos coordenado e, de qualquer maneira, sempre reversível, das relações que tece e que mantém sob tensão.

A lógica da legitimidade segue em constante transformação e alguns dispositivos concretos são analisados por Foucault para exemplificar os vetores, derivações, mudanças de direção no que tange ao saber, poder e subjetividade: como as prisões, hospitais, asilos ou divisões da sexualidade. As curvas de visibilidade, as curvas de enunciação e as linhas de forças são dimensões intrínsecas a um dispositivo, as quais Foucault (2000) considera fatores de alcance da mensagem do dispositivo.

A visibilidade é realizada de linhas de luz que modelam figuras variáveis, de modo que cada dispositivo tem seu próprio regime de luz, uma maneira como a luz o incide e se propaga, subdividindo o visível do invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objeto que sem ela não existe, enquanto que os enunciados encaminham-se para linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições específicas dos seus elementos. A linha de subjetivação é, para Foucault (2000), um processo que produz subjetividade em um dispositivo, que se molda conforme seus estímulos, considerada uma linha de fuga por escapar às demais linhas, por particularizar-se no processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas.

No mesmo sentido, ainda de acordo com Foucault (2000), a sociedade se encontra em constante mudança e a forma com que essa experiência foi conduzida pelos dispositivos pode servir de estímulo a subjetivações que realizamos, ou seja,

àquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o *nosso devir-outro*. Essa noção de construção contínua de individualizações e modos de saber e poder são relevantes para entender como a presença de mais mulheres na política pode servir de estímulo (ou não) para que novas subjetivações; quanto a elas como sujeitos aptos e possíveis nas arenas de decisão institucional, podendo atrair ou distanciar mulheres a participar da política institucional.

Para Foucault (2000), os escritos são ferramentas analíticas de alto potencial de discurso autorizado, visto que o que propagam tem relevância social, assim como os discursos proferidos por algumas instituições, como a médica e a escolar, o que incide sobre as concepções dos indivíduos de alguma forma. Assim, o entendimento das enunciações, modos de operar as linhas de força, visibilidade e subjetivação é imprescindível para notar como os jornais, enquanto dispositivos, alinham-se a determinados projetos de poder e subjetivações em seus discursos.

Para Agambem (2009), os modos como os dispositivos se manifestam são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. Não podem ser nem sujeitos nem objetos, mas, sim, regimes definidos pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações e suas transformações. E, por fim, precisa-se olhar para as linhas de forças, que reafirmam as linhas de luz e as linhas de enunciação tangenciando-as e, no mesmo sentido, estabelecendo aquilo que pode ser visto e dito, relacionando os saberes, as coisas e as palavras, perpassando todos os lugares de um dispositivo.

Ocorre que as forças podem ser invisíveis e indizíveis, perpetuando modos de saber e poder pelos enunciados e visibilidade que sedimentam a dimensão do poder, incidindo na produção de subjetividade. Foucault estabelece as noções de dispositivo e subjetivação que são tratados por Agambem (2009, p. 33) que, por sua vez, percebe-as como termos técnicos essenciais à abordagem foucaultiana acerca da “governabilidade” e do “governo dos homens”. Por ser um instrumento de mediação do poder, por intermédio da promoção de discursos que estimulam a entronização de algumas linhas de enunciação em detrimento de outras, sendo assim para Foucault, é preciso “[...] investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos’ de poder”.

Na concepção de Foucault apud Agambem (2009, p. 33), o dispositivo “[...] ocupa o lugar daqueles que ele define criticamente como ‘os universais’”, como o Estado, a Soberania, a Lei, o Poder, considerando-os como conceitos operativos de

caráter geral que dão lugar ao dispositivo. Os dispositivos não podem ser restritos a medidas de segurança ou tecnologias do poder, já que, para Agamben (2009, p. 33-34), eles são “a rede que se estabelece entre estes elementos”. A compreensão do significado de dispositivo para este estudioso de Foucault, perpassa por três definições do termo dispositivo, que dialogam com as preposições foucaultianas: o sentido jurídico, o sentido tecnológico e o sentido militar.

O primeiro está ligado a “[...] um juízo que contém a decisão separadamente da motivação”. O segundo profere a respeito do “[...] modo em que estão dispostas as partes de uma máquina ou de um mecanismo e, por extensão, o próprio mecanismo” (AGAMBEN, 2009, p. 34). E por fim a terceira definição explana o “[...] conjunto dos meios dispostos em conformidade com um plano”. A inovação destas definições de Agamben (2009) está na estrutura, que passou a dividir e separar, para melhor entender, os significados dados ao termo dispositivo.

O objetivo geral do dispositivo conecta-se a específicos projetos de poder, ao constituir-se na literatura, na publicidade, na moda e na linguagem, de modo que se regulam para “[...] gerir, governar, controlar, conduzir os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2009, p. 39). Os dispositivos, portanto, têm o papel de implicar processos de subjetivação do sujeito, de maneira que, para Agamben, a criação das subjetividades é o objetivo intrínseco aos dispositivos foucaultianos.

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, Agamben (2009, p. 40-41) chama de *dispositivo* literalmente “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Formam-se, assim, “[...] duas grandes classes, os seres viventes (ou as substâncias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos”.

Assim, cada dispositivo é múltiplo em processos, e por isso possui particulares modos de operar com os outros, e assim há múltiplas possibilidades de conseguirem atingir o objetivo da subjetivação. Podem se definir pelo que detêm em novidade e criatividade na linguagem, e que ao mesmo tempo marca sua capacidade de se transformar. Na medida em que há mutações nas dimensões do saber e do poder, as linhas de subjetivação parecem ser particularmente capazes de traçar caminhos de

criação, que não cessam de fracassar, mas que, também, na mesma medida, são retomadas, modificadas, até a ruptura dos moldes antigos de dispositivo.

O discurso tem a capacidade de atribuir aos sujeitos suas ações, as verdades que orientam seu destino assim como pode predizer os espaços designados a eles na sociedade. Foucault (2008) demonstra como o discurso é, ao mesmo tempo, controlado, selecionado, organizado e redistribuído por alguns procedimentos que atingem os sujeitos, produzindo determinados efeitos alinhados a interesses específicos. O poder media as ações dos sujeitos, sendo que as relações em que o discurso está imerso estão sempre em disputa, visto que “[...] os saberes intrínsecos às suas práticas retratam os sistemas de dominação, que são aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p. 10).

Assim, a produção dos discursos define o que pode ser concebido como verdadeiro ou falso, assim como o que está oculto ou manifesto. Ao estudar a formação dos alinhamentos discursivos, o autor (FOUCAULT, 2008) percebe o discurso ligado ao enunciado e à formação discursiva, em que para entender sua correspondência com as relações de poder e os impactos que gera nos sujeitos é preciso analisar as práticas discursivas que formam os objetos de que se fala.

3.2 O discurso midiático e seus significados

Desnaturalizar os significados dos discursos é etapa necessária para reconhecê-los como arbitrários e provisórios. A construção de verdades, para Pinto (2006), parte de uma bem-sucedida, mas provisória, fixação de sentidos. O discurso é uma tentativa de dar sentido ao real, constantemente ameaçada de ser desconstruída; e por isso teoria do discurso pode auxiliar no entendimento tanto da continuidade histórica quanto das mudanças de paradigmas.

Outro importante fator para percebê-los como provisórios é enxergar a necessidade de participar das disputas por significação. O sentido da provisoriedade tem de ficar claro que (PINTO, 2006, p. 82): “[...] não se trata de uma condição de constante mudança, mas que sinaliza que se não lutarmos todos os dias para que os nossos direitos continuem sendo direitos, nós podemos perdê-los”, pois a cláusula pétreia “[...] que diz que todos nós temos o direito à vida foi um acordo construído

discursivamente. Ou seja, se não lutarmos por isto, nós podemos perder este direito. Porque este é apenas um discurso provisório, com êxito, mas arbitrário”.

A diferença entre práticas potencialmente convencionais ou criativas na produção dos discursos é que a primeira reforça a manutenção da sociedade tal qual está estabelecida, e a segunda contribui para transformá-la. Para Fairclough (2001, p. 93), entender que o dinamismo dos discursos se dá pelas relações dialéticas com as estruturas sociais, evita equívocos quanto as ênfases das relações discursivas: “[...] de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é representado idealizadamente como fonte do social”.

As dimensões sociocognitivas estão conectadas à produção e interpretação dos textos, conforme a inter-relação dos recursos que os participantes do discurso têm interiorizado e trazem consigo para o processamento do texto. Fairclough (2001), apoia-se em Foucault (1986), ao relacionar a maneira como o contexto de produção do texto afeta a sua interpretação, conforme as variações de abordagens discursivas; percebendo o texto como um conjunto de “traços” do processo de produção, ou seja, trazendo, intrinsecamente, “pistas” sobre o processo de interpretação.

Tais processos não costumam ser conscientes e automáticos. Trata-se de um importante elemento na determinação de sua eficácia ideológica, pois, na perspectiva do autor os processos de produção e interpretação são socialmente amparados em dois pontos: 1) recursos disponíveis dos membros; 2) natureza específica da prática social da qual fazem parte. (FAIRCLOUGH; 2001)

A preocupação de Van Dijk (2005) se relaciona a como é feito o controle dessa estrutura, quer dizer, quais relações de poder dissemina. O autor vê no amplo alcance de disseminação de discursos uma possibilidade para compreender os artifícios utilizados para moldar opiniões, de modo a reproduzir a dominância e hegemonia de determinados grupos sobre outros. Nesse sentido, elenca quatro artifícios: criação de confiança; alinhamento argumentativo único para gerar modelos de contextos preferenciais; persuasão estrutural; e sistema de manipulação para determinada representação mental.

Os jornais, por exemplo, podem utilizar desses recursos para gerar entendimentos específicos em seus leitores. Como explica Van Dijk (2005, p. 27), o discurso, em seu nível global, permite que os tópicos influenciem “[...] o que as pessoas consideram como sendo a informação mais importante do texto ou fala, e

assim correspondem aos níveis de topo dos seus modelos mentais”. Nesse sentido, “[...] expressar um determinado tópico num título de uma notícia pode influenciar poderosamente a forma como um acontecimento é definido em termos de um modelo mental “preferencial”.

Da mesma forma, a argumentação pode persuadir “[...] por causa das opiniões sociais que estão “escondidas” nas suas premissas implícitas e que são assim dadas como adquiridas entre os receptores, a imigração pode ser restringida desta forma se num debate parlamentar for feita a pressuposição de que todos os refugiados são ‘ilegais’”. No mesmo sentido (VAN DIJK, 2005, p. 27) afirma que “[...] a argumentação pode ser persuasiva por causa das opiniões sociais” ocultar em suas premissas.

Da mesma forma (VAN DIJK, 2005, p. 27), “[...] no nível local, para perceber o significado do discurso e a sua coerência, as pessoas podem precisar de modelos que contenham crenças que permanecem implícitas (pressupostas) no discurso”, de forma que “[...] um traço típico da manipulação é o de comunicar crenças que permanecem implícitas (pressupostas) no discurso”, ou seja, sem afirmá-las de fato, fazendo com que existam menos hipóteses a serem postas em causa.

A estrutura de mídia, quando bem direcionada a convicções específicas, pode agir, discursivamente, para influenciar a formação e mudança das representações sociais, dirigidas a controlar o discurso público para interferir nas percepções em geral. Algo que pode comprometer essa tentativa é a possibilidade de se prever quais traços de um material jornalístico podem ter efeitos nas subjetividades de receptores específicos, o que as vezes pode ser feito intencionalmente.

3.3 Uma análise teórica do discurso a partir de Bourdieu

Para Bourdieu (1981, p. 151), o direcionamento da mídia às convenções específicas busca legitimar como discurso da maioria, verdades que, não têm averiguação científica plausível e, mesmo assim, são apropriadas pela mídia como tal para legitimar interesses em que pautam suas ações. Um exemplo disso é a realização de pesquisas eleitorais, que quando divulgadas tendem a criar favoritos nos pleitos, como se a “opinião pública” os estivesse legitimando, sendo mais uma forma de manipulação, em suas palavras. Em suma, “[...] a opinião pública não existe,

pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência”.

Para Bourdieu (1981, p. 151), estão de um lado as opiniões mobilizadas, opiniões constituídas e os grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses e, de outro, *disposições*, isto é, “[...] a opinião no estado implícito, que, por definição, não é opinião se com isso se compreende algo que pode ser formulado em discurso com uma certa pretensão à coerência.

Conforme Bourdieu (1981, p. 151), é, simplesmente, a “[...] explicação da definição de opinião que as pessoas que produzem sondagens de opinião realizam pedindo às pessoas para formularem opiniões ou para tomarem posição sobre opiniões formuladas. Digo simplesmente que a opinião, no sentido da definição social implicitamente admitida pelos que fazem sondagens de opinião ou pelos que utilizam os resultados das sondagens de opinião, não existe”.

Uma das formas mediante as quais os sistemas de mídia se aproveitam para manipular os seus consumidores é por meio de sondagens quanto a opinião pública, que para Bourdieu (1982) não existem de fato, visto que são formulações difusas que não são possíveis de captar em sondagens como questionários. O autor estabelece três postulados que questionam os resultados de pesquisa de opinião que se prestem a propor conclusões: o primeiro indaga a suposição desse tipo de pesquisa que todos tenham opiniões formuladas sobre algo; o segundo se relaciona à distorção do pesquisador, que se pauta em certa equivalência entre as opiniões dos sujeitos; e por fim, o equívoco de realizar a mesma pergunta para todos os entrevistados, partindo da hipótese de que há um acordo entre os entrevistados e entrevistadores de quais questões merecem ser formuladas.

Nesse sentido, “[...] estes três postulados implicam, parece-me, toda uma série de distorções observadas mesmo quando todas as condições do rigor metodológico são obedecidas na coleta e na análise dos dados” (BOURDIEU, 1982, p. 137). As pesquisas que almejam portando, demonstrar a opinião pública sobre algo, de fato, não falam daquilo que dizem falar, mesmo com todo rigor metodológico, (BOURDIEU, 1982, p. 139), visto que não há forma de realmente qualificar, um conceito que inexistente.

Isso porque (BOURDIEU, 1982, p. 137) “[...] as problemáticas que são propostas pelas pesquisas de opinião se subordinam a interesses políticos, e isto dirige de maneira muito acentuada o significado das respostas e, ao mesmo tempo, o

significado dado à publicação dos resultados”. Dessa forma, a pesquisa de opinião é instrumento de ação política, pois sua função mais relevante é a de impor a ilusão de que a opinião pública possa ser a soma puramente aditiva de opiniões individuais, impondo, assim, a ideia de que existe algo que seria como a média das opiniões ou a opinião média, possibilitando à mídia a imposição de determinado discurso, nomeando-o de “demanda popular” ou “vontade do povo”.

O *habitus* propagado e ajudado a manter pela mídia, equivale à realidade da experiência inicial no mundo social, consistente na relação de familiaridade com o meio familiar, traduzindo o mundo social como mundo natural e evidente. Trata-se (BOURDIEU, 1983, p. 65-106) de um “sistema de disposições duráveis e transponíveis” que integra as experiências passadas, funcionando como uma “[...] matriz de percepções, de apreciações e de ações” e, simultaneamente, uma adaptação, ao realizar, constantemente, “[...] um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical”.

As experiências se integram em uma biografia sistemática que se organiza a partir da situação originária de classe. A história do indivíduo é apenas uma especificação da história coletiva de seu grupo ou classe. Para Bourdieu (1983, p. 81), nos sistemas de disposições individuais, observam-se variantes estruturais do *habitus* desse grupo ou classe.

A individualidade (BOURDIEU, 1983, p. 81-88) é apenas um *desvio* “[...] em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe”. O *habitus* não é apenas condicionamentos, mas, sim, um *princípio de ação*, pois são, ao mesmo tempo *estruturas*, enquanto “disposições interiorizadas duráveis”, e *estruturantes*, pois geram práticas e representações, demonstrando uma dinâmica autônoma, pois não supõem uma direção consciente.

Bourdieu (1989, p. 14) afirma que o poder da mídia se legitima por intermédio da mediação dos sentidos das estratégias discursivas comuns no entretenimento. Desse modo, informa e persuade no campo do simbólico, da mesma forma observada historicamente exercido por pajés, xamãs, reis, ditadores, chefes e líderes, “[...] que se posicionaram como porta voz autorizado para falar em nome da ordem. Tais papéis são geralmente ocupados por homens, que são legitimados a proferirem discursos, imagens e ações validadas socialmente, que operam de forma semiótica nos valores, signos e símbolos”. Essa imagem de liderança é que sustenta a hierarquização da comunicação.

O poder simbólico e o poder político, portanto (BOURDIEU, 1989, p. 14), legitimam-se na esfera da representação que se estabelece como campo de produção de imagens sociais através da mídia, pois trata-se do: “[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força - física ou econômica - graças ao efeito específico de mobilização, só se for reconhecido, que dizer, ignorado como arbitrário”.

Tal exercício do poder simbólico é feito de maneira que não enfraqueça o reconhecimento de seu discurso pelo receptor (BOURDIEU, 1997, p. 89). A construção é feita para conquistar a legitimidade, em que seu discurso tem de ser delegado e autorizado. Em suas palavras, o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.

Tal fato, para Bourdieu (1997), revela que a mobilização de sentidos que se realizam discursivamente é intrínseca ao processo comunicativo, o qual possibilita escolher entre ocultar ou mostrar o que pode ser dito, bem como quem tem competência para dizê-lo. A possibilidade de amplificar o alcance de ações, sujeitos e instituições por meio das notícias que propaga, torna a mídia uma espécie de tecnologia do poder útil para silenciar ou amplificar o discurso de determinados grupos.

O prestígio midiático influencia na formação de capital político, sendo que Bourdieu (2000) observa que nesse contexto há agentes que o detêm mais do que outros, diferenciando-os em sujeitos ativos ou espectadores no campo político. O uso de pesquisas de opinião no jornalismo é uma iniciativa que coopera com essa distinção entre plateia e agentes políticos. O discurso jornalístico elege o que entende ser importante figurar no espaço público, constituindo-se como um mecanismo estruturante da sociedade, que exerce o poder de representar, de atribuir significações e sentidos às coisas do mundo.

Segundo Bourdieu (2000, p. 11), constitui-se em um tipo de poder simbólico sutil, invisível e passível de ser exercido com cumplicidade por quem inconscientemente a ele está sujeito, e por isso capaz de influenciar o imaginário dos receptores, efetivando-se nas novas formas de fazer ver e de fazer crer. Assim: “[...] as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder

que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que podem acumular poder simbólico”.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra por meio da violência simbólica (BOURDIEU, 2000). Por via desse poder simbólico, o jornalismo torna-se capaz de legitimar/reafirmar outras instituições e grupos sociais.

É necessário considerar, também, que o jornalismo possui um papel de autenticar a ordem social e legitimar a dominação. O poder de influência do discurso jornalístico delimita e pauta ações e/ou comportamentos em função das escolhas de valores e temáticas em seus discursos. O sistema de mídia jornalística trabalha com referência ao real, produzindo notícias a partir do que considera relevante e compartilhando simbologias e construções discursivas que se estabelecem na e pela linguagem.

Dessa forma, a organização discursiva da mídia ocorre por intermédio de sequências definidas e convencionais. Assim o discurso midiático relacionado à atuação das mulheres na política entrelaça sua performance institucional e os estereótipos acerca do papel feminino na vida privada, comparando-o ao seu trabalho na esfera pública. Trata-se de mais uma das possibilidades de utilização das linhas editoriais como mecanismo de controle das instituições, nesse caso, daquelas que fazem parte do sistema político.

3.4 O discurso midiático como dispositivo e a ideologia: as narrativas coletivas e individuais

Os tipos de enquadramentos das narrativas, as abordagens que fazem a respeito dos sujeitos e das relações que estes estabelecem, produzem saberes e noções de verdade que influenciam nas relações de poder. A notícia em si é um produto cultural e, por isso, é organizada por valores partilhados socialmente. Verifica-se no agendamento da mídia não só pelo silenciamento de determinados grupos, mas

também pela indexação e mesmo a cristalização desses grupos em determinados nichos.

Nesse raciocínio Van Dijk (1991, p. 86) analisa a investigação sobre o acesso, em que é preciso explorar questões complexas, tais como “quem fala ou escreve para quem, sobre o quê, quando e em que contexto, ou quem participa dos eventos comunicativos nos diferentes papéis”. O formato com que são concebidas as construções discursivas nos jornais, isto é, o enquadramento dos locais em que estão dispostos os sujeitos na estruturação das matérias jornalísticas, é uma forma de controle discursivo, em que aquilo que está em jogo é a manutenção do poder por meio de processos de manipulação dos modelos mentais (VAN DIJK, 1991).

A intenção dessa forma de controle é o que ele denominou como “formação de modelos preferidos” (VAN DIJK, 1991, p. 85) sobre determinados atores e eventos sociais. Tal disposição é arena fértil para a conformação de estereótipos, conhecimentos, ideologias e atitudes na sociedade. Esse molde sutil incide sobre os grupos com maior restrição de acesso no processo de construção discursiva, efeitos cognitivos negativos e preconceituosos, o que reproduz um tipo de “desigualdade social”.

Conseqüentemente, Van Dijk (1991) considera que as participações discursivas se comparam à distribuição dos recursos sociais (educação, emprego, moradia, assistência médica), pois, assim como esses recursos, aquelas não são distribuídos com equidade na sociedade, gerando grupos discursivamente excluídos. Os modelos discursivos e as estruturas de poder afetam diferentemente homens e mulheres. O que o sujeito aprende em meio às orientações dos discursos midiáticos têm relação com o conhecimento que ele já assimilou anteriormente, como esclarece Van Dijk (1992), ao considerar que a forma com que são fabricados os conhecimentos pessoais, que geram modelos cognitivos de subjetivação, depende dos registros pré-existentes (o conhecimento “velho”). Como o jornal é um veículo comunicativo de massa, em larga escala, aquilo que produz tem potencial de compartilhamento entre os que tiveram a experiência da leitura da reportagem.

Quando esse processo é frequente, os leitores (diretos e indiretos) tendem a padronizar os seus modelos, gerando referências para a atualização de conhecimento dos eventos reportados. Nesse cenário, Van Dijk (1992) prevê que os consumidores dos jornais ao reproduzirem o que leram (ou ouviram de quem leu), não retomam o contato com as representações textuais originais, e nisso atuam as subjetividades nas

generalizações de modelos que tendem à formação de estereótipos ou verdades a partir do discurso proposto pelos jornais.

Para Schudson (1995, p. 14), a notícia é enunciada como um produto cultural e, nesse sentido, reflete valores e estigmas presentes no corpo social, respondendo às questões 'quem', 'o que', 'quando', 'onde' e 'por quê' sobre um assunto, mas considerar as notícias como forma de cultura exige nos perguntarmos qual categoria de pessoas conta como 'quem', que tipos de coisas se passam por fatos ou 'o quê', qual espaço geográfico e tempo se incluem em 'onde' e 'quando', e o que conta como explicação para 'por quê'.

Van Dijk (2005) entende o discurso como central no exercício do poder e na reprodução de suas condições, em que o lobby corporativo atua de forma incisiva nessa relação. A imprensa poderia ser um importante oponente das políticas vigentes se o pré-requisito para essa atuação fosse o potencial de poder. Para Van Dijk (2005), entretanto, a maior parte da mídia *mainstream* tem similaridades fundamentais em posições ideológicas, em que, mesmo com uma certa autonomia de posicionamentos, alinham-se ao lobby corporativo para produzir consensos que sustentam o poder da elite. Forma-se, assim, uma parceria voltada à sua manutenção como difusora de informações, para que até mesmo as políticas internacionais dependam de seu apoio para serem legitimadas, ampliando-se, assim, o poder de proteção da elite nacional em relação às decisões externas.

A imprensa, entretanto, não é controlada por estas elites de poder. Em vez disso, Van Dijk (2005) argumenta que as ideologias comuns que permeiam os discursos são produzidas em conjunto, cada uma agindo dentro da sua esfera de influência e controle, mas cada uma dependendo também da outra. Para Van Dijk (2005, p. 95), a imprensa *mainstream* não pode operar sem a cooperação das elites políticas e corporativas. Assim, a partilha de interesses entre as elites favorece o desenvolvimento de posições ideológicas relacionadas, como é também o caso do papel da socialização, da educação, da origem de classe, do gênero, da etnia ou da orientação política similar da maioria dos grupos de elite.

A cooperação entre as mídias e o *lobby* corporativo interfere assim, no processo de subjetivação dos sujeitos, em que mesmo os que não a acessam diretamente, sofrem influências de quem as consome, como os não leitores de jornais impressos, que convivem com leitores e realizam conversas informais que pautam as relações de poder cotidianas, como a política de preços e impostos, a prestação de

serviços públicos - como iluminação, coleta de lixo, saneamento básico - e os eleitos e candidatos a cargos eletivos.

No excerto apresentado de Van Dijk (2005), percebe-se como as influências do discurso jornalístico afetam a socialização, em que são valorizadas as características e interesses dos grupos dominantes, favorecendo suas posições ideológicas quanto a educação, classe, gênero, etnia e orientação política, sendo a imprensa uma parte inerente à produção conjunta do consenso que sustenta o poder da elite, ou seja, da dominação de uma pequena minoria branca, masculina, heterossexual, da classe média e politicamente “moderada” e, assim, mais ou menos conservadora, sobre uma imensa maioria.

A utilização da opinião pública como recurso argumentativo pela mídia é uma forma de produção de discurso para legitimar suas crenças pela dissimulação de forças. O viés de construção de unanimidades que a ideia de opinião pública produz, reforça relações políticas que sustentam o aparato midiático, o que Van Dijk (2005) relaciona com os interesses do lobby corporativo. A relação de formação discursiva de verdades e como incidem no processo de subjetivação dos sujeitos, de modo a operar suas práticas não gera um certo tipo de determinismo sobre a opinião pública, portanto, mas busca pelo seu grau de confiabilidade operar sobre os processos de subjetivação.

Por meio do uso desse artifício, a mídia baliza seu poder de porta voz na direção do que é relevante para seus diretores. O papel da mídia no atual modelo democrático representativo está ligado à forma como apresenta as informações, à tentativa de auto conceber-se porta-voz neutro ou imparcial de acontecimentos que precisam ser conhecidos pelo público. Essa característica de porta-voz é também um fator que retiraria a neutralidade que a mídia pretende, para a autoafirmação de sua confiança (VAN DIJK, 2005), porque como emissor de mensagens e escolhe o que será ou não dito.

Os produtores do discurso jornalístico podem ser considerados como “grupos particulares”, como Van Dijk (2005) os considerou ao analisar como opera esse setor nos modelos cognitivos compartilhados pela comunidade. Sobre isso, exprime que a relevância dada a determinadas informações na mídia está conectada à formação que se busca fornecer para os indivíduos construírem seus próprios argumentos, visto que o que deve ou não ser proeminente nas notícias é de decisão dos proprietários/gestores das empresas de mídia, que têm interesses próprios a atender,

como responder às demandas dos anunciantes e promover grupos políticos que apoiam no poder institucional.

Para Van Dijk (2005, p. 159), a proeminência é “[...] uma noção formal relativa à superfície estrutural, e a sua definição faz-se em termos do conjunto de dispositivos textuais que exprimem a importância ou relevância da informação”. A importância da informação, que o autor distingue, por exemplo, da importância social de acontecimentos ou ações, é um conceito impreciso, que, entretanto, pode ser definido “[...] com base no conjunto das suas consequências cognitivas, tais como a série de inferências a que pode dar origem essa informação”.

De acordo com este critério, informações relativas ao sistema sociopolítico de determinado país (quer se trate de uma democracia representativa ou de um regime autoritário) seriam, por um lado, mais importantes do que informações acerca do número de rios. Por outro lado, a relevância da informação é um critério mais pragmático, mais interativo, podendo ser definido em termos da utilidade da informação para receptores específicos.

O crescimento contemporâneo ilimitado dos dispositivos faz com que exista maior interatividade para captar maior diversidade de receptores, como os leitores de mídias impressas em plataformas digitais, os que interagem mais com informações de redes sociais de fotos (como o *Instagram*), vídeos (como o *Youtube*) e o compartilhamento de textos e mensagens (como o *Facebook* e o *Twitter*).

Logo, esses dispositivos na sociedade do controle, de acordo com Foucault, como ressalta Agamben (2009, p. 46), têm por objetivo, “[...] toda uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua ‘liberdade’ de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento”. Desse modo, o dispositivo passa a ser uma máquina que produz subjetivações, ao mesmo tempo que é, também, uma máquina de governo.

Os artigos dos jornais, de acordo com esta leitura teórica, são dispositivos, devido ao conjunto de estratégias de relações de força que representam, e que condicionam certos tipos de saber e por eles são condicionados, mobilizando o entendimento das ações para direções específicas no campo de forças. As normas editoriais tendem a autodeclarar na busca da objetividade e da imparcialidade, o que “impediria” a clara apresentação de interpretações no noticiário pelos jornalistas.

Ocorre que, de acordo com Porto (2002), este contexto não significa que o corpo editorial não seja ativo na apresentação de enquadramentos noticiosos, o que

é feito de forma sutil e indireta. O autor exemplifica que jornalistas frequentemente citam outros atores para promover interpretações específicas da realidade política. Repórteres mediam os discursos evitando apresentar interpretações de forma direta, e para isso citam afirmações de outros atores para dizer o que eles próprios pensam.

Em decorrência disso, é recomendado, nos estudos sobre enquadramentos, identificar as formas das avaliações apresentadas pelos jornalistas. O conhecimento de profissionais e instituições é utilizado como porta-voz de autoridade pelas mídias para fortalecer a argumentação e alinhamento de suas pautas, sendo que as temáticas que prevalecem são escolhas, que deixam outras de fora. Captar a forma das abordagens, validadas nessa estrutura transversal é essencial para se perceber quais os intuitos da mensagem.

Ocorre que a democracia de uma nação, para Guareschi e Biz (2005, p. 39-40), é construída, também, por intermédio da comunicação, especialmente no contexto local. Dessa forma, a aceleração do fluxo de informação, da transmissão de formas simbólicas e de conteúdos cognitivos e emocionais, se encontra dentre as mais relevantes transformações ocorridas nas últimas décadas do Século XX, fazendo com que a realidade de hoje exija que os sujeitos saibam lidar com essa “[...] imensa gama de informações que invadem diariamente sua vida cotidiana”.

Ocorre que, no capitalismo, se constrói a mídia como um negócio, no qual a questão principal é a imagem, pois tudo passa por ela. “[...] Trata-se da fabricação da imagem da mercadoria e não da mercadoria. Por isso, os conglomerados da mídia são obstáculos para o cidadão ter a informação. O que interessa é o entretenimento, a aquisição dos produtos fabricados pelos donos do capital” (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 41). Assim, busca-se vender ou comprar o olhar do leitor ou telespectador, não informar.

Por isso é que o telejornal, “[...] em seu fascínio pelo espetáculo do evento, desconceitualizou a informação, imergindo-a novamente, pouco a pouco, no lodaçal do patético. Insidiosamente, estabeleceu uma espécie de nova equação informacional que pode ser formulada desta maneira” (GUARENSHI; BIZ, 2002, p. 56). Além disso, a mídia impressa, como revistas, jornais, livros, etc., é composta, em geral, por empresas privadas. Mesmo que seus donos ou autores prezem pela neutralidade ou apartidarismo, o fato de optarem por uma matéria, notícia ou vertente científica já se torna uma orientação desejada e manipulada.

Os discursos produzidos como norteadores das linhas editoriais dos jornais, embora obscureçam seus posicionamentos, demonstram como a falácia dos pressupostos de objetividade e neutralidade são reafirmadas. Como aponta Schudson (2010), esse ideal é inalcançável, pois os jornalistas compartilham crenças e valores disseminados no corpo social ou ainda pelos padrões de recrutamento adotados pelos veículos e a própria rotina de produção da notícia. Essa visão romantizada de imparcialidade foi constatada pelo pesquisador ao verificar zonas de desvio da atividade jornalística, que banalizam, ridicularizam e marginalizam determinados grupos ou temas.

As maneiras utilizadas para que as manipulações negociadas sejam implantadas são diversas e sutis, como na construção de imagens nas reportagens e na organização do texto jornalístico, de acordo com os postulados de Van Dijk (1997, 2005) e Falcone (2003). Para ambos, a organização do texto jornalístico é decorrência de estratégias para persuadir e influenciar a opinião dos consumidores do discurso, construído por meio de processos cognitivos que envolvem a produção e a recepção desse texto.

Esse método organizativo se estabelece por sequências definidas e convencionais, a exemplo do uso do título com forma e posição fixas em textos jornalísticos. As produções midiáticas produzem discursos, e em diversas ocasiões realizam discursos jornalísticos sobre mulheres na política, que entrelaçam estereótipos sobre o papel feminino na vida privada, como espelho de sua atuação na esfera pública. As linhas editoriais dos jornais, atuam conforme determinado pelas empresas de mídia, que servem como mecanismo institucional de controle.

Intercruzando ideologia com formação discursiva e poder, Fairclough (2001) entende aquela sob a perspectiva sociocognitiva e discursiva, definindo-a como significações/construções da realidade, cabendo às práticas discursivas o papel de produzir, reproduzir e transformar as relações de dominação em uma sociedade.

Fairclough (2001) percebe que os usos ideológicos estão em disputa, podendo transformar as concepções que estão operando, não necessariamente influenciadas somente pelos interesses hegemônicos. Essa abertura torna possível que diferentes grupos assumam para si o papel de agentes ideológicos para a manutenção/transformação de tais valores.

Bakhtin contribui para o estudo das relações discursivas ao tentar desvendar as “teias dialógicas” constituídas pelo enunciado existente em determinado momento

social e histórico. Afirma, nesse sentido, que não se pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos que constituem a consciência ideológica em relação a certo objeto de enunciação. Para isso, é necessário ser um participante ativo do diálogo social. Pensar sobre a participação discursiva, portanto, requer o cuidado de análise quanto às formas em que diferentes grupos apresentem um acesso discursivo, assim como as estratégias dos aspectos cognitivos que envolvem essa participação.

O histórico de apropriações e ressignificações do termo ideologia é pensado por Lövy (2008, p. 11), que identifica os primeiros usos da palavra, como emitidos pelos enciclopedistas. Estes delimitavam o termo como o resultado da interação entre o pensar humano e a natureza. Posteriormente, ressignificando em parte o sentido, Napoleão define os ideólogos como: “metafísicos, que fazem abstração da realidade, que vivem em “um mundo especulativo”.

Nessa mesma significação, o autor afirma que Marx, em sua obra “A ideologia Alemã”, de 1846, critica a utilização desse termo, afirmando que se volta auxiliar na manutenção da superestrutura, por meio de sua subdivisão em ideologia burguesa e ideologia do proletariado. Por fim, Löwi (2008, p.13) afirma que “[...] ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem”.

Os princípios editoriais são construídos para transmitir um utópico tipo norteador de ação, que serve como justificativa da credibilidade dos discursos proferidos nos veículos de comunicação impressos, na qual não existiria favorecimento de uns grupos em detrimento de outros, bem como seria acolhido o contraditório, para que a subjetivação dos sujeitos seja amparada pela consciência dos riscos em tomarem determinados posicionamentos.

Segundo Van Dijk (1997, p. 105), as ideologias são sistemas básicos de cognições sociais fundamentais e como princípios organizadores das atitudes e das representações sociais comuns a membros de grupos particulares. Dessa forma, controlam indiretamente as representações mentais (modelos) que formam a base interpretativa, a inserção contextual do discurso e as respectivas estruturas.

As formas com que a mídia incorpora tal campo de forças e lutas fez com que Van Dijk (1998, p. 23) propusesse uma “nova teoria sobre a ideologia”. A inovação dessa nova teoria é aceitar as manifestações ideológicas como tão plurais quanto as diversas formas de relações sociais. Desse modo, o autor conecta ideologia com o próprio conhecimento humano e com a própria cognição. Quanto às suas *funções*

sociais, a ideologia deixa de ser circunscrita ao papel de reprodução e legitimação da classe dominante, o que é antagônico, de certa forma, às visões mais clássicas.

Van Dijk (1998, p. 24) afirma que grupos dominados também têm ideologias e que estas podem se constituir como fatores de resistência. Nesse contexto, as formações ideológicas não ficam restritas às características de boas ou más, sendo definidas como articulações dos interesses dos grupos sociais. Cabe à ideologia também a função de “[...] coordenação das práticas sociais dos membros dos grupos para a efetiva realização das metas de um grupo social, e a proteção dos seus interesses” (VAN DIJK; 1998, p. 24).

Em relação às *estruturas cognitivas*, as ideologias são os suportes axiomáticos das representações mentais compartilhadas pelos membros de um grupo social. Quer dizer, elas são os princípios básicos que norteiam os julgamentos sociais (como as concepções de verdadeiro ou falso, certo ou errado). Então, as ideologias são a fonte que constitui a identidade social e definem os interesses de um grupo. Conseqüentemente, por serem representações socialmente compartilhadas, são elementos sociais importantes.

No que concerne à *expressão e reprodução discursiva*, as ideologias e atitudes de determinados grupos podem ser organizadas e incidirem diretamente no modo com que são expressos os discursos. A mídia, como promotora da circulação massiva de alguns discursos, potencializa as ideologias das instituições que os governam (patrocinadores, donos dos jornais), assim como o caráter ideológico dos que operam nessas instituições (os jornalistas).

O objetivo desse discurso é descomplicar a assimilação de valores sociais que passam a compor os modelos mentais preferenciais dos leitores desse veículo comunicativo. As pautas são reproduções das ideologias materializadas nas suas interações cotidianas com seu público, de modo que os modelos mentais são socialmente construídos, por meio da relação discursiva descrita.

Nesse sentido, Van Dijk (1998, p. 27) encontra um “[...] *link* vital entre ideologia e discurso”, que aponta como as ideologias organizam as atitudes de grupos específicos, o que influencia a formação de modelos mentais que constituem opiniões que são expressas na fala e na escrita. O arcabouço teórico do autor, tenta demonstrar como é usual e indireta a expressão ideológica no discurso.

A desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social permite que alguns vençam a concorrência, por serem agentes

envolvidos nos produtos políticos, e, assim, vistos como apropriados ao local de produção. Os cidadãos comuns, por sua vez, são reduzidos a meros consumidores, que se veem forçados a escolher dentre as opções apresentadas no interior do campo midiático, assim como a fazem os consumidores no mercado econômico.

Assim, quanto à expressão e à reprodução discursiva nas mídias, as ideologias e as atitudes de certos grupos se organizam de modo a incidir de forma direta, em decorrência do como que seexpressam, fazendo circular de forma massiva, alguns discursos potencializadores das ideologias institucionais da situação, que patrocinam ou são proprietários dessas empresas, ou daqueles que, efetivamente, produzem esse discurso, ou seja, os jornalistas.

Conclui-se, desse modo que o discurso é capaz de, continuamente, construir subjetivações relacionadas ao saber e ao poder. Tomando emprestada sua análise, no que diz respeito ao presente objeto de estudo, tais subjetivações podem reforçar a necessidade do aumento quantitativos de mulheres nas instituições ou distanciá-las da participação política. A mídia, entretanto, organiza-se, discursivamente, de maneira convencional, inclusive, no que concerne à atuação política das mulheres, buscando o entrelaçamento entre seu trabalho na esfera pública e seu papel pré-determinado pela estrutura patriarcal, reproduzindo, assim, as ideologias esposadas pelos grupos que controlam a indústria da mídia ou até mesmo aqueles que produzem, de fato, esse discurso. Dessa forma, faz-se imperioso tratar das estruturas discursivas da mídia voltadas à persuasão, especificamente no que se relaciona aos interesses da estrutura patriarcal quanto à subjetivação feminina no campo político.

Capítulo 4 - Estruturas do discurso para a comunicação midiática persuasiva: interesses e subjetivação das mulheres na arena política

O presente capítulo traz à tona o estudo das estruturas discursivas dos instrumentos de mídia em relação à política, bem como a sua utilização como dispositivos voltados à exclusão das mulheres das posições de destaque no cenário político brasileiro, a partir dos padrões semânticos impostos ao “gênero” pela mídia, às representações relacionadas às mulheres que se aventuram na política e à sua imposição pelos veículos midiáticos, bem como à mídia como instrumentos de manutenção do poder político masculino, trazendo o caso brasileiro de Dilma Rousseff, que, por sua vez, foi especialmente atacada pelos instrumentos midiáticos em relação à sua capacidade política.

4.1 O discurso político e o sentido do “gênero” na exclusão da mulher

O sentido dos discursos muda no decorrer do tempo, até porque as palavras têm o potencial para se transformar quanto ao significado. Nesse sentido, Scott (1989) afirma que, ao se historicizar as disputas quanto ao sentido do uso da categoria “gênero”, inicialmente utilizada por feministas americanas para as distinções ligadas ao sexo, rejeitando o determinismo biológico e, posteriormente, buscando a legitimidade acadêmica das pesquisas feministas em 1980, o termo passou a ser mais neutro do que a palavra “mulheres”, dissociando-se da política e se tornando uma terminologia das ciências sociais.

Nesse sentido, conforme Scott (1989, p. 6), enquanto as pesquisas sobre a mulher propuseram o uso de uma forma política mais global, vendo-o como fator de opressão, juntamente com raça e classe, para os historiadores sociais, os estudos de gênero eram uma forma de nomear as pesquisas sobre mulheres e temas ligados a elas. Ao mostrar os diferentes usos históricos do conceito gênero, Scott (1989) sugere que as novas decodificações de sentido seguirão dependendo do caminho histórico-político da interação humana, sendo esta, portando uma categoria reciprocamente construída em contextos políticos, pois os processos políticos (no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle) serão os que vão determinar o resultado de quem vencer.

Ainda, conforme Scott (1989, p. 6), a natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser especificamente determinada caso seja situada no espaço e no tempo, de modo que só se pode escrever a história desse processo se se reconhecer que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes: “[...] vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas”.

Assim, Bourdieu (1989) percebeu que o campo político é composto, simultaneamente, por forças e lutas que, por sua vez, são ferramentas de produção política que distanciam os mandantes de seus mandatários. Sendo assim, as condições discursivas sobre a entrada, inserção e permanência das mulheres no campo político revelam as diferenças que se estabelecem para o exercício das funções públicas entre homens e mulheres.

Estruturado em um modelo masculino, o campo político, conforme Bourdieu (1989), construiu modos de operação que interditam o acesso das mulheres e outros grupos minoritários, bem como o seu avanço nas estruturas do poder. Nesse sentido, é instituída uma cadeia de signos, normas e institucionalidades que legitima o grupo de homens já dominante e expurga ou disciplina as diferenças.

No campo discursivo da técnica política da linguagem, as figuras de sentido são recursos de mobilização emocional entre os interlocutores. Van Dijk (1991), ao pensar sobre a formação discursiva na distribuição de noções de poder sobre os indivíduos nas dimensões de escrita e fala, caracteriza como crucial pensar o discurso jornalístico e o uso da linguística.

Para Van Dijk (1991, p. 87), o acesso envolve a forma como as pessoas participam dos eventos comunicativos, as modalidades das suas participações, as formas como elas controlam as propriedades do discurso e as formas como essas pessoas estão sendo representadas, se como referentes ou tópicos do discurso.

Em meio a esses conflitos de interesses, Van Dijk (1997) analisa o acesso ao discurso da imprensa, em que se faz crucial a negociação entre a mídia e representantes das demais instituições da elite, pautando-se as formas com que serão feitas as mediações discursivas para a manutenção de poder ou os encaminhamentos para a (trans)formação ideológica em uma sociedade. Isso faz com que a *notícia*, na grande imprensa, seja um tipo de discurso público que está

primeiramente focado nas decisões, ações e propriedades políticas, econômicas, financeiras e culturais da elite.

A base desta forma (indireta) de poder não vem apenas dos vários recursos desta elite, mas também do seu preferencial acesso à mídia e, conseqüentemente, à opinião pública (VAN DIJK, 1997, p. 7). Os fatores que limitam as mulheres à participação política constituem tipos de modelos cognitivos discursivos, isto é, estruturas mentais que enquadram sujeitos em determinadas condutas e relações de poder.

Essas formações discursivas, assim, produzem noções de verdade que influenciam na subjetivação e controle, como visto por Foucault (1996, 2000). Analisar os discursos não é, portanto, uma tarefa literária.

Tratam-se, portanto, conforme Foucault (2000) e Van Dijk (2005), de *verdades produzidas*, que permeiam as relações sociais e que interferem nas opiniões e nos modos de olhar para o outro e para si mesmo. Um exemplo disso é o fator limitante “tempo disponível”, que determina que a escolha de dedicar menor tempo ao âmbito doméstico é privilégio masculino, pois as mulheres introjetam essa concepção para si e se culpam caso não consigam conciliar seu papel de gestora do lar com outras funções na sociedade.

Dessa forma, conforme Grossi e Miguel (2001), essa situação pode, mesmo que inconscientemente, criar uma sensação de incapacidade que, muitas vezes, pode determinar o fim de um casamento. Assim, a entrada das mulheres na disputa política é carregada de juízos de valor.

Quanto às relações familiares, como o parentesco com um homem político, geralmente, pai ou marido, essa situação seria considerada “desabonadora”, em decorrência da facilidade da relação clientelista, vista como ilegítima, por depender do prestígio alheio para sua promoção.

É necessário questionar, portanto, as razões pelas quais o poder é tão solitário para as mulheres. Conforme Grossi e Miguel (2001, p. 182), para muitas delas, no exercício da política é necessário, sobretudo, compartilhar o peso emocional do exercício do poder. Os homens, se estão num cargo de poder, têm na “primeira-dama” uma companheira obrigatória para as atividades da política. Inclusive, se o homem político não tiver a mulher, corre riscos na sua imagem.

Nesse sentido, ainda de acordo com Grossi e Miguel (2001, p. 182-183), a mulher não apenas atua concretamente, como é responsável por aliviar-lhe a tensão

e o sofrimento que o lugar do poder carrega. Isso é o que parece faltar às mulheres que estão no poder, pois muitas delas falam sobre a ausência do companheiro, do homem que elas gostariam que fosse um ombro amigo e solidário com a dor e a solidão do poder. Os homens que estão ao lado das mulheres políticas, entretanto, não costumam se submeter a esse peso.

Ocorre que, ainda de acordo com Grossi e Miguel (2001, p. 183), as mulheres continuam a suportar o peso dos homens, dos filhos e o seu próprio peso. Isso, muitas vezes, resulta em separação conjugal, de acordo com os depoimentos de várias mulheres políticas coletados por elas, que mostraram que os maridos acabam se separando após a eleição, pois “[...] não suportam estar em segundo plano. A separação dos maridos e companheiros, como consequência da inserção na vida política, é um dos problemas subjetivos que parece fundamental para as mulheres se elegerem, questão que antecede a temática das cotas”.

Por fim, vale ressaltar, que Grossi e Miguel (2001) notaram que uma das estratégias para reduzir o peso da ausência de apoio masculino é a formação da rede de apoio feminina que oferece suporte para que cumpram o mandato político, muitas das vezes fazem parte do núcleo familiar, como mães, irmãs, cunhadas e comadres, bem como as amigas que apoiam as mulheres.

Desse modo, “[...] há, de alguma forma, neste apoio a certeza de que quem representa está fazendo um trabalho coletivo, trabalho que remete de forma muito frequente à discussão sobre o significado do poder para as mulheres” (GROSSI, MIGUEL, 2001, p.185). As autoras afirmam que essa desautorização política sofrida pelas mulheres que seguiram a mesma carreira de algum familiar, é comum até entre representantes feministas.

Felizmente, novamente de acordo com a pesquisa de Grossi e Miguel (2001, p.192), algumas das falas se contrapõem a esse tipo de discurso, bastante comum entre as feministas, e nos estudos sobre a participação política das mulheres, que valorizam, também, “[...] a caminhada das mulheres que seguiram tradições familiares no campo da política, a sua própria autoria e desejo, reconhecendo que muitas mulheres que contaram com o prestígio político dos seus maridos ou pais, tomaram rumos independentes e, muitas vezes, até superaram o prestígio dos seus familiares”.

Mesmo quando ser mulher possa ser uma vantagem institucional, ainda assim, como percebem Grossi e Miguel (2001, p. 193) as mulheres precisam ser capazes de “[...] transformar a chamada ‘política dura’ (*hard*), em ‘política leve’” (*soft*), pelo menos

de suavizá-la, a partir da sua tão decantada “sensibilidade”. A disputa discursiva quanto às formas de manutenção e exercício do poder político tende, portanto, a valorizar o masculino, no qual, conforme indicado por Grossi e Miguel (2001), nenhuma postura é positiva em relação à prática feminina na política salvo a concepção de neutralidade, entretanto, de forma relativa.

O fato das mulheres estarem substantivamente em cargos de poder midiático ou político, não implica necessariamente uma maior visibilidade das demandas do grupo que elas representam. Como visto por Phillips (2001), ideias e presença não estão necessariamente atreladas, e a combinação delas seria a forma mais adequada do sistema potencializar o agir das mulheres.

A baixa representação feminina na arena política é, simultaneamente, causa e também efeito dos discursos limitantes de gênero, que posicionam as mulheres como sujeitos inapropriados para o poder institucional. Nesse sentido é que a tentativa da implantação de cotas no legislativo foi uma maneira de tentar responder, por meio de políticas afirmativas, à condição de sub-representação.

A sub-representação levou, por sua vez, à falta de referência do feminino nas arenas de decisão política, como explicam Grossi e Miguel (2010). Além disso, a relação do feminino como o outro que é alheio aos requisitos que credenciam as práticas institucionais reforçam os discursos incapacitantes, como apontam Lavallo (2010), Holtz-Bacha (2013) e Argolo (2013). Esses discursos, aliás, se relacionam às formas mediante as quais o poder influencia as relações, a autoimagem e as práticas, como enunciou Foucault (2001), tendendo a reproduzir as ideologias da classe hegemônica de poder (VAN DIJK, 2005), como as dos *lobbys* corporativos.

Van Dijk (2005) contextualiza a situação das mulheres nos discursos jornalísticos, os quais são construídos de forma que as posições dos homens não cheguem a ser ameaçadas, por exemplo, na forma cômica e benevolente de retratar o engajamento político das mulheres, resguardando o sexismo como problema estrutural da sociedade. Um exemplo disso é a ocultação dos casos de assédio sexual, noticiando apenas as situações espetaculares, como no caso envolvendo o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, na segunda metade da década de 1990, sem, entretanto, relacioná-las ao debate público mais substantivo.

Além disso, Van Dijk (2005) aponta que um dos possíveis indicativos que motivam essa estruturação protetiva ao patriarcado é a prevalência quantitativa masculina nos editoriais dos *mass media*. Mesmo com os ganhos sociais já obtidos

pelas mulheres, ainda são a minoria no trabalho jornalístico e no conteúdo das notícias. Quando estão presentes, ficam em posições editoriais mais baixas; e quando são sujeitos das notícias, têm menor noticiabilidade.

Para Van Dijk (2005), a reduzida representação política incide na produção discursiva sobre os sujeitos. Na relação entre ideologia, mídia e poder, as contribuições das mulheres tendem a ser desprezadas em campos dominados pelos homens como a política ou a ciência. Além disso, sua presença pequena em domínios sem prestígio, como o crime e a guerra, é raramente reconhecida.

Assim, o conteúdo e o estilo das notícias continuam a contribuir para atitudes estereotipadas sobre as mulheres. O feminismo em si é ignorado, não levado em conta ou marginalizado. De uma forma geral, o pressuposto é de que os leitores são homens (VAN DIJK, 2005, p. 90) e acobertura noticiosa, quando ligada a questões de gênero e raça, tende a privilegiar os homens brancos.

Conforme Van Dijk (2005, p. 92), as “[...] características mais salientes da cobertura noticiosa do gênero mostra novamente, como no assunto da raça, que os jornalistas e os *media* são pouco diferentes dos outros grupos de elite e das instituições, e que o poder da elite masculina quase não é desafiado pelos *media*”. Assim, “[...] conluio e consenso, e não conspiração, são as condições e consequências deste relato dominado pelo masculino, mesmo quando a maioria da audiência (potencial) é feminina”.

Desse modo, contrariamente ao caso da dominação do grupo branco, não há um contrapoder potencial de uma maioria feminina capaz de desafiar essa dominância, o que se aplica, também, aos domínios da política, do negócio corporativo, da ciência e da escola, das forças da lei e da ordem, dos sindicatos, da igreja, da academia, dentre muitas outras instituições mais ou menos poderosas das sociedades ocidentais.

Na mesma linha, Sodré (2006) v  a média como agente fundamental no processo de espetaculariza o da política, sendo ordenadora do sistema social moderno por atuar na confirma o ou reconfigura o de representa oes sociais e amplificar as representa oes de peça-chave para a promo o de carreiras políticas. A média tem o poder de promover, através dos discursos, afetos e rejei oes, como bem explica o autor (SODRÉ, 2006, p. 11): “[...] verdade que as mídias e a propaganda têm mostrado como estratégias racionais não espontâneas podem instrumentalizar o sensível, manipulando os afetos”.

Ainda conforme Sodré (2006, p. 11), na maioria das vezes, tudo isso ocorre em condições não apreensíveis pela consciência, pois, se nas estratégias discursivas, a consciência do sujeito não reina de forma absoluta sobre sua posição de falante, “[...] muito menos comandam a consciência e a racionalidade calculadora no tocante à zona obscura e contingente dos afetos, matéria da estética considerada em sentido amplo, como modo de referir-se a toda a dimensão sensível da experiência vivida”.

Desse modo, a falta de carga semântica contextual dos termos “homem” e “mulher” influencia na instituição da cadeia de signos, normas e institucionalidades que legitimam os homens, corroborando sua dominância e evidenciando os fatores limitativos da participação das mulheres na política como os modelos discursivos que são, construindo as estruturas do pensamento que formam essas relações de poder, assim como possibilitando perceber o enquadramento desses sujeitos nas relações de poder.

Esse quadro, entretanto, não é amenizado pelo fato de as mulheres ocuparem posições na estrutura midiática, de maneira que não se identifica uma postura representativa, fato que demonstra a inexistência de um contrapoder de uma maioria feminina que seja capaz de desafiar essa dominância, situação que acaba por influenciar a política institucional.

4.2 As representações das mulheres na política pelo discurso midiático

Não fossem bastantes as influências discursivas estruturais incidentes sobre o discurso midiático acerca da mulher, observa-se que as representações das mulheres na política pelo discurso midiático contribuem para seu afastamento das instituições representativas. Como informa Sodré (2006), as possibilidades de, por meio da relação comunicativa, estabelecer níveis de afeto entre o leitor e os sujeitos retratados na mídia impressa, precisam ser pensadas como (SODRÉ, 2006, p. 11) “[...] atos políticos discursivamente construídos. Necessário para além da leitura dos enunciados, reconhecer as relações de sentido entre as subjetividades de quem produz o discurso, e de quem o consome”.

Sodré (2006) analisa a assimilação de imagens como poderes que incidem sobre os corpos e os espíritos, administrando um tipo de afeto coletivo que influencia no encaminhamento político das emoções, fazazedo parte do processo civilizatório. O

agir ético-político se baseia no entendimento pessoal/coletivo da trama das relações sociais.

De acordo com Pinto (2006), os públicos-alvo da imprensa podem ser classificados de várias formas, como o público que se espera que consuma determinada mídia, o público que se almeja atingir com a construção jornalística discursiva e por fim, a quais públicos busca-se privilegiar ou desprezar na lógica editorial. O papel de um grupo em detrimento de outro resulta da disputa de poder, intrínseco ao discurso político.

Todo o discurso pretende impor verdades em um determinado assunto, essa é uma forma de demonstração de poder. O discurso político particulariza-se dos demais devido à explicitação de seu desejo de poder constituir seu próprio discurso. Pinto (2006) aponta ser esta característica a que o distingue do discurso da mídia, na medida que esta última se “opõe” ao poder sob a denominação de objetividade da investigação. A disputa discursiva entre a mídia e a política, assim, dá-se pela forma com que operam.

Nesse contexto, conforme Pinto (2006, p. 92), a mídia, para enfrentar a política, “[...] constrói um discurso do saber muito próximo das regras que regem o discurso científico. O discurso jornalístico é um bom exemplo de um discurso, que passa por um discurso objetivo, mas é um discurso político”. Em sentido oposto, “[...] o discurso político tem lados, é um discurso de visões de mundo. É um discurso que tem como princípio básico a polêmica, ou seja, ele vive através da polêmica, vive através da desconstrução do outro. Essa é uma questão fundamental para entendê-lo, porque o que ele faz é desconstruir o outro, para se construir”.

Até porque, de acordo com Pinto (2006, p. 92), caso desconstrua o outro, não tem condições de construir a si próprio. Por isso é que o *marketing* e o discurso político estão próximos: “[...] os diversos discursos na arena política estão buscando o mesmo espaço, ao contrário, por exemplo, do discurso científico, onde as pessoas estão produzindo a sua própria pesquisa e a pesquisa do outro não a impede de acontecer, o espaço não está em disputa”. Essa disputa entre os discursos científicos, entretanto, não se destaca no contexto midiático, pois o discurso da mídia não é dissociado do discurso político.

Isso porque não há diferenças nas formas com que operam, conforme Pinto (2006), mas, sim, uma complementação. A mídia promove a política, enquanto a política faz da mídia um meio de propagação de poder de certos grupos em detrimento

de outros. O discurso político é visto por Pinto (2006, p. 89) como o discurso do sujeito, sendo que sua constituição “[...] obedece às mesmas regras do discurso, ele não é anterior nem tampouco essencial, derivado de leis da história ou da própria natureza”.

Os sujeitos têm, ao longo da vida, várias posicionalidades, que os tornam, assim “sujeitos de múltiplos discursos”. A sobrevivência na arena política tem como condição a imposição que o sujeito faz de sua posição e verdade a muitos. Trata-se de um trabalho árduo, pois a verdade desse discurso está sempre ameaçada pelo jogo das significações. As posições que cada sujeito ocupa são potencialmente interpeláveis, pois a disputa pela construção de si depende da desconstrução do outro.

Trata-se, portanto, de uma situação dinâmica e frágil e, por isso, provisória. O discurso midiático pode trabalhar em posicionar os sujeitos, e também pode ser perverso. Como exemplifica Pinto (2006), os casos do jornalismo estadunidense (que são referência para o jornalismo brasileiro), legitimam-se por reivindicarem-se como objetivos, mas não o são, e escondem seus interesses discursivos atrás da máscara de colaborarem para a publicização de uma verdade objetiva.

A “busca da verdade e objetividade” é um recurso que valida socialmente a forma com que a mídia investiga e publica, tanto que, no Brasil, a caracterização mais evidente desta natureza da mídia é a “imparcialidade”. Vários jornais tomam para si essa característica para uma atribuição de legitimação de suas leituras sobre a realidade que apresentam, especialmente em relação às mulheres que adentram a política.

Para Hirata e Kergoat (2009), esse tipo de estruturação é fruto da materialização da divisão sexual do trabalho baseada em dois princípios: alguns trabalhos são atribuídos ao masculino e outros ao feminino, sendo que os primeiros acabam por ser mais valorizados do que os últimos. Nesse mesmo sentido, Miguel e Feitosa (2009) relembram as categorias úteis na ciência política norte-americana para dividir os núcleos duros, mais ambientados por homens, como *hard* e os de menor prestígio como *soft*, em que as mulheres quando participam, são enquadradas.

O caráter político da posição que a mulher ocupa na mídia também é alvo dos estudos de Biroli e Miguel (2009), que levantam a presença reduzida delas em espaços de prestígio e a posse de recursos materiais, políticos e simbólicos com maior potencial para intervir na sociedade. Para os autores, o crescimento do número de

mulheres no campo político ou jornalístico, não necessariamente determinará o aumento das práticas que levam à maior autonomia e empoderamento femininos.

Essa ausência, entretanto, é um alerta que demonstra como tendem a exclusão de diferentes indivíduos e grupo sociais nesses espaços, de modo a incidir distintamente sobre homens e mulheres. Conforme Biroli e Miguel (2009, p. 271), “[...] esses obstáculos, por sua vez, podem estar relacionados, de maneira complexa, ao silenciamento e à estigmatização de perspectivas e experiências socialmente relevantes”.

Redes de apoio são pontos relevantes para qualquer candidatura, o que destoa a referência da herança familiar feminina é colocá-la com peso maior do que a masculina, negando mais uma vez a elas o caráter de autonomia política e capacidade. Miguel e Biroli (2010) realizaram pesquisa sobre as bem-sucedidas candidaturas femininas a deputado federal, de 1987 a 2002, e concluíram que o capital familiar foi o que teve mais peso na origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras, no referido período.

Devido à ausência de estudos comparativos, Miguel e Biroli (2010) destacam que não é possível avaliar o quanto o fenômeno é uma particularidade feminina.

Mais do que isso, as formas com que veículos midiáticos fazem predominar em seus conteúdos certos enquadramentos em detrimento de outros, podem ter diversas motivações. Nesse sentido, a pesquisa de Porto (2002) quanto à produção e recepção dos enquadramentos do Jornal Nacional, percebeu, por meio de entrevistas com a equipe do referido telejornal, que nesse processo são determinantes as rotinas desses profissionais; como a escassez de tempo, e as fontes que são mais acessíveis, bem como as características da audiência e as posições políticas dos jornalistas, da própria empresa e dos anunciantes que patrocinam sua estrutura empresarial. Mesmo apresentando uma certa diversidade de enquadramentos, as mídias veiculam o que privilegia determinadas interpretações hegemônicas da realidade.

A partir da implantação de cotas políticas no Brasil em 1996, Araújo (2010) fez pesquisas quanto aos partidos políticos e a inclusão de mulheres nos pleitos, entrevistando membros dos partidos políticos, como presidentes, secretários gerais, tesoureiros, deputados e deputadas federais em exercício ou que já estiveram no cargo, representantes de organizações de mulheres ligadas a legendas partidárias.

Araújo (2010, p. 572) constatou que esse não é um caminho exclusivo das mulheres, demonstrando como a política nacional tem caráter pessoalizado e de

acesso pouco democratizado. Nesse sentido, “[...] as mulheres tenderiam a entrar mais por essa rota, fato que expressaria, também, a sua dificuldade de formar outros capitais, a sua menor inserção em canais sociais geradores de recursos políticos, bem como as dificuldades estruturais que marcam suas possibilidades de realizar projetos políticos”.

Além disso, “[...] 9 mulheres (todas deputadas) tinham algum parentesco forte com políticos: maridos e pai, sobretudo, mas, também, irmãos” (ARAÚJO, 2010, p. 572), de modo que a relevância das relações de parentesco é um indicativo de como a política brasileira é socialmente constituída como propriedade familiar. Além disso, Araújo (2010, p. 579) sugere que há um sistema de “feudos políticos”.

Nesses feudos políticos, “[...] o patriarca ou o líder decide se candidatar a um cargo considerado mais importante e necessita assegurar o espaço já conquistado - de lealdade, de confiança e de poder – e ‘opta’ pela indicação de alguém que o substitua”. Nestas circunstâncias Araújo (2010, p. 579) nota como as mulheres que entrevistou introjetam para si esses valores: “[...] esse traço foi mais forte nas falas das mulheres brasileiras que explicam como e por que foram ‘alçadas’ à condição de candidatas por seus familiares”. Todos esses fatores acabam por ser corroborados pela estrutura midiática, que colabora para manter a política institucional brasileira da forma como se encontra: uma infinita sucessão de homens, seus descendentes e os descendentes de seus descendentes, todos, preferencialmente, do sexo masculino.

Para Lavallo (2010, p. 59) os homens, entretanto, não assumem tão claramente essa relação: “[...] a família entra como um capital que facilitou a sua intenção, o seu projeto”. Trata-se, assim, de um problema para as mulheres, pois os meios de comunicação são pontuados pelo poder decisivo de replicar mensagens e por tenderem a reproduzir discursos que restringem os direitos das mulheres.

A legitimação que as redes de mulheres, mencionadas acima, prestam às que estão na arena política constitui uma forma de resistência a toda uma estrutura, como elenca Lavallo (2010, p. 59) que promove discursos “limitadores institucionais” à participação política de mulheres. Nesse sentido, os que interessam a esta pesquisa são: os meios de comunicação e os partidos políticos. A autora os caracteriza como disseminadores de esteriótipos que prejudicam a visão social do enquadramento de ações femininas no geral, tanto no engessado papel de cuidadora, sem desejos próprios e autonomia quanto na restrição ao protagonismo, mediante a imposição de

papéis secundários na enunciação, como na menor incidência de participação como especialista e comentarista de referência.

Os partidos políticos, para Lavallo (2010), atuam diretamente nas posições ocupadas pelas mulheres nas eleições, visto que são ativos no recrutamento das candidaturas e da formulação da agenda política. Os degraus que as mulheres precisam galgar para chegar a posições na hierarquia política passam por ao menos três obstáculos gerados pelos estereótipos ligados a seu gênero: lidar com as expectativas sociais de seus colegas na política (em sua maioria do sexo masculino); com a autoimagem que criam de si mesmas enquanto autoridade; e com as subjetivações do eleitorado/comunidade que dão a elas legitimidade ou não.

A possibilidade de mulheres que estão consolidando sua autoimagem no poder, utilizarem de discursos sobre a maternidade e cuidados familiares, por exemplo, pode ser uma vantagem potente ao recorrer de modelos cognitivos culturalmente aprovados. É o caso do conceito de Rol mãe-esposa, apresentado por Lavallo (2010) como modelo de adequada liderança feminina, por estar conectado com valores tradicionais de assistencialismo e cuidado. A resistência masculina é fator relevante na participação das mulheres na arena política. Holtz-Bacha (2013) e Lavallo (2010) também elencam formas de manifestação dessa concepção masculina.

Na campanha de Dilma Rousseff à Presidência, conforme Pires (2011), foi utilizada a estratégia política de associá-la à figura de “mãe do povo”, fator de vantagem em relação à formação da legitimidade pública, ampliando a identificação junto às mulheres, pois o desafio era assegurar maior margem de votos válidos entre mulheres e deslocar o enfrentamento homem-mulher como o principal adversário, pois o homem não disputa com uma “mãe”.

Além disso, visava à continuidade da imagem de Lula como Pai do povo, seguindo a noção de criador/criatura, bem como amplificar sua imagem carismática e o fator de extraordinaridade, por ter potencial de tornar-se a primeira mulher presidenta do Brasil. Ocorre que, de acordo com Pires (2011), reafirmar essa condição poderia ser limitante quanto à atuação política de Rousseff, sendo que, quando fosse preciso desempenhar papel de liderança contrário à docilidade materna, poderia sofrer resistências e ressignificações negativas.

Observa-se, assim, que o agir ético-político da mídia se baseia no entendimento pessoal/coletivo da trama das relações sociais, fazendo com que opere como mecanismo de influência instrumental, promovendo visibilidade a sujeitos

titulares de certos tipos de capital. Ocorre que esses discursos se modificam de forma a possibilitar a manutenção desses indivíduos na arena política, apesar das inevitáveis contradições entre os posicionamentos, fazendo surgir a necessidade de utilização da “busca da verdade e objetividade” para validar socialmente os procedimentos midiáticos, especialmente por meio de uma “imparcialidade” artificial.

4.3 A mídia como instrumento de manutenção do poder político masculino: o caso de Dilma Rousseff

O fato de as características associadas ao masculino serem tradicionalmente mais valorizadas no âmbito político se deve ao fato de que os homens ocupam tradicionalmente ao longo da história posições na política. Assim, tiveram muito tempo para estabelecer as regras do jogo, naturalizando a percepção de que as mulheres não seriam sujeitos capazes de participar na arena política por não trazerem consigo atributos masculinos úteis a negociação política, como as habilidades burocráticas e de gestão. Além disso, quanto mais alto o cargo, maior a resistência e ser ocupado por mulheres.

Esse *caminho da essencialização biológica* é discursivamente comum nas mídias. Assim, Holtz-Bacha (2013) observa que as mulheres que estão na política têm que lidar com esse obstáculo, devido a enquadramentos em assuntos alheios ao sistema institucional, como a aparência física e a vida privada, assim como o desprezo pelas suas preocupações e atuações políticas.

Diante dessa estruturação da representação midiática da mulher na política, Holtz-Bacha (2013) demonstra que se estrutura para elas a opção de “lançar mão da cartada de gênero” que significa tentar promover sua autoimagem a partir da reafirmação positiva das expectativas sociais consolidadas sobre as candidaturas e papéis de mulheres no poder.

Assim (HOLTZ-BACHA, 2013, p. 47), quando as mulheres estão iniciando uma carreira política têm que prevalecer na competição com os homens, mas, também, têm que lidar com os estereótipos sociais. Os eleitores têm uma imagem específica dos políticos, acerca de seus dos atributos e traços e do comportamento mais adequado. Essas imagens possuem muitas das características que são normalmente

atribuídas aos homens, e não se ajustam muito bem àquelas tipicamente associadas às mulheres.

Os homens são normalmente vistos como fortes, agressivos, racionais, ativos, autoconfiantes e assertivos, enquanto que as mulheres são tidas como emotivas, calorosas, compassivas, gentis e cautelosas. Essas imagens se ligam à atribuição de competências diferentes a mulheres e homens, as quais parecem, ainda, direcioná-los a diferentes campos da política: para os homens, política internacional, segurança, militarismo e economia; para as mulheres, bem-estar social, saúde, educação e meio ambiente.

Nesse contexto (HOLTZ-BACHA, 2013, p. 47), não é surpresa que situações políticas específicas precedentes a eleições tenham influenciado os eleitores a destinarem seu voto a uma candidata ou preferirem um candidato, de acordo com as questões em tela. Uma economia que vai mal, conflitos internacionais, ameaças militares ou terroristas jogam mais votos nas mãos de candidatos homens que de concorrentes mulheres. Desse modo as mulheres são levadas a lidar com situações, denominadas *double mind* (HOLTZ-BACHA, 2012), definidas como circunstâncias nas quais não há possibilidade de serem vencedoras. Se uma mulher se apresenta como fria, calculista e agressiva, como é esperado nos negócios políticos, ela corre o risco de ser rejeitada como uma mulher masculinizada. Se, por outro lado, ela se apresenta sob traços explicitamente femininos, ela pode ser vista como inapta para os desafios dos negócios políticos. Assim, de acordo com Holtz-Bacha (2013, p. 48), a interrelação entre os estereótipos sociais de gênero e as imagens de como a política é feita e, ainda, as características que devem envolver um sujeito político estão presentes nos *media* e entre aqueles que trabalham com os *media*.

Dependendo do enquadramento, conforme Holtz-Bacha (2013, p. 49), a mensagem discursiva propagada é do não profissionalismo das mulheres políticas em relação aos homens em igual função, o que significa que “[...] mulheres na política são avaliadas sob critérios que não vêm do campo da política e que não aparecem na avaliação de políticos do sexo masculino. Essas diferenças se jogam, particularmente, contra mulheres que estão começando a progredir politicamente”.

Holtz-Bacha (2013, p. 49) aponta que o ingresso de mulheres em altas posições pela primeira vez também é fator de descrédito a sua imagem política, visto que o caráter de ineditismo dá a ela uma atenção especial midiática, que a posiciona como novata e por isso digna de avaliação constante quanto a seu comportamento em um

negócio masculino, e que ela precisa se familiarizar para não ser julgada como “fora do lugar”.

Nesse sentido, Holtz-Bacha (2013, p. 51), afirma que “[...] desafiar a competência de uma mulher é geralmente associado a dúvidas em relação a ela ter trilhado seu caminho rumo ao topo da política por quem ela é ou por suas realizações”. O papel de “criador” que possibilita a presença de mulheres na arena política não é apenas restrito a lideranças políticas, como também familiares.

O fator herança familiar é relevante para Holtz-Bacha (2013), pois candidaturas com apoio de nomes populares e de prestígio político têm maior potencial a serem bem-sucedidas em pleitos eleitorais. A tendência a atribuir a carreira política de uma mulher a seu nome e sua família salienta as dúvidas sobre sua competência política e insinua, também, que as mulheres traçam seu caminho nessa esfera sem especialidade adequada (HOLTZ-BACHA, 2013, p. 52). Estereótipos sociais de gênero estão conectados a imagens e expectativas específicas sobre comportamento, competências e aparência adequados. Essas expectativas são dependentes da cultura.

É, no entanto, um desafio encontrar estratégias adequadas, pois o campo da política ainda é amplamente dominado pelos homens, e mulheres em posições elevadas na política ainda são mais exceção do que regra (HOLTZ-BACHA, 2013, p. 54). Em consequência, as mulheres dificilmente estabelecem estratégias válidas quando iniciam suas campanhas. Então, embarcam em uma caminhada na corda bamba entre expectativas divergentes que seguem a partir da perspectiva do *double bind*.

Uma das marcas de herança de capital político familiar são os sobrenomes, que, muitas vezes, são fator de distinção social, a demonstrar origem e linhagem familiar. Chamar pelo primeiro nome é uma forma de desmerecimento e impessoalidade. Como explica Holtz-Bacha (2013), é comum, no formato do discurso midiático, agir distintamente com homens e mulher políticos nesse quesito: mulheres tendem a ser nomeadas apenas pelo primeiro nome, enquanto homens são chamados pelo sobrenome.

Esse formato é um indicativo de pouca autoridade, além de as marcar enquanto “o outro” do discurso, sendo que “[...] mulheres não pertencem à esfera da política e não são levadas a sério em ambientes de negócios políticos, masculinos” (HOLTZ-BACHA, 2013, p. 56). A menor incidência dessas mulheres em cargos políticos em

citações diretas é mais um dado que revela a tendência à invisibilidade das mulheres na imprensa tradicional.

Nesse sentido, os veículos de comunicação e os partidos são também tipos de dispositivos foucaultianos, nos pontos que levanta Agambem (2009), quanto às linhas de enunciação e formações discursivas que incidem no processo de subjetivação. Os obstáculos levantados por Lavallo (2010), juntamente com os disseminadores de tais discursos limitantes quanto às capacidades de mulheres de atuarem em arenas de decisão política, demonstram claramente a relação de discursos e dispositivos.

A proteção do masculino como premissa para a circunscrição a arena política é para Holtz-Bacha (2013) justificado pelo fato de como eles tradicionalmente ocupam tais espaços, nisso são eles a estabelecerem as regras do jogo. Os modelos cognitivos que estabelecem o masculino como liderança, fazem com que ao feminino caiba o papel de “outro”, que é alheio a esse padrão.

As imagens produzidas conforme o gênero dos sujeitos, na arena política, gera expectativas sociais que colocam nas mulheres maiores dificuldades do que nos homens, como a diferença de acesso a cargos conforme seu grau de visibilidade e recursos. Tal generificação dos papéis políticos, para Holtz-Bacha (2013), deve-se aos estereótipos ligados ao feminino/masculino, que além de dar aos homens maior relevância, também lhes concede a possibilidade de cometer erros, com certo grau de tolerância à imagem pública que carregam.

De acordo com Holtz-Bacha (2013, p. 58), na construção do perfil político dos candidatos ou ingressantes na arena política institucional (como as ministras), as formações enunciativas midiáticas são estruturantes de sua legitimidade, devido às poucas oportunidades de contato direto entre os políticos e a comunidade, ficando reféns da produção discursiva da mídia: a forma como a mulher política se apresenta é uma coisa e a cobertura dos media é outra. Fica a seu critério enfatizar certos aspectos, eventos e traços.

O comportamento equilibrado de um político, pois, não necessariamente aparece como tal nos *media*. O que conta, no entanto, é a imagem que é passada deles. As escolhas de criar preferências nos leitores fazem com que mesmo os políticos que ocupam o mesmo cargo, podem ter graus de visibilidade midiática distintos. Como adverte Miguel (2014, p. 105), “[...] o acesso a posições formais na estrutura de poder não significa que se esteja, automaticamente, em posição de igualdade em relação a outros agentes que lá se encontram”, situação notável no

ingresso das mulheres em ministérios de diferentes envergaduras, como o que ocorre nas pastas referentes a áreas sociais e às de estrutura de governo.

A destituição de Dilma Rousseff do cargo de presidência em 2016, exemplifica essa negação do espaço político da mulher. Para Araújo (2018), esse processo foi fortemente marcado pelo discurso midiático desqualificador da imagem da presidenta enquanto pessoa política, a construindo como sujeito “fora do lugar”. A autora, aponta que este artifício de deslegitimação foi orientado por um projeto de poder que tem como imperativo a descaracterização da mulher na política. Assim, o posicionamento midiático da mulher enquanto inédita desempenhando algum papel a fragiliza mais do que a prestigia.

Nesse sentido, Araújo (2018) afirma que Rousseff, por ser a primeira presidente eleita no Brasil, constantemente, foi alvo de dúvidas quanto a sua capacidade política de ocupar o referido cargo, pois a imprensa sempre enfatizou traços que a fizessem parecer desqualificada, mesmo com a trajetória de militância desde sua adolescência e suas experiências partidárias e institucionais.

Como um ser “fora do lugar”, Dilma Rousseff parece surgir como aquela sem habilidades e apetite para governar, características marcadas por um estereótipo de feminino ou de masculino, a depender de quem as tenha. Ao mesmo tempo, Dilma Rousseff é retratada como alguém de natureza autoritária e perigosa, ora sem condição de exercer uma agência de poder, ora ambiciosa em excesso, a ponto de achar que poderia direcionar essa agência prescindindo das práticas institucionalizadas da política brasileira. Assim, sobre Dilma Rousseff, transitou-se e transita-se entre excessos e faltas, nunca com equilíbrio (ARAÚJO, 2018, p. 45).

Desse modo, cabe questionar acerca da possibilidade de apropriação dos estereótipos preexistentes, alheios à vontade das mulheres, a seu favor. Pode ser uma saída razoável ao *double mind* imposto a elas, a exemplo de Dilma Rousseff, que promoveu sua candidatura presidencial com o discurso de “a mãe do PAC” brasileiro (ARGOLO, 2014, p. 110). O estudo do discurso jornalístico demonstra a existência de traços repetitivos nos veículos de mídia, indicando os direcionamentos editoriais que embasam essas publicações e o enquadramento intencional de sujeitos e ações.

Argolo (2018) ao analisar revistas nacionais de ampla circulação, constatou a tendência do reforço de estereótipos e expectativas tradicionais de gênero, com menor incidência de matérias com as mulheres como protagonistas em relação aos homens. Desse modo, a autora concluiu que os principais enquadramentos

associados ao feminino têm foco excessivo na aparência e na sua vida particular, o abuso e a informalidade do uso do primeiro nome, a associação a características pouco profissionais (como sentimentalismos), além de colocar fim à reafirmação contínua da mulher enquanto novidade no cargo político que ocupa.

Argolo (2018) afirma que é sobre os rituais discursivos dos veículos midiáticos que surgem os apadrinhamentos políticos, colocados sob a noção de criador e criatura. Assim, as construções discursivas estereotipadas quanto ao gênero feminino no parlamento acabam negando a autoridade de mulheres já incluídas no sistema político, reafirmando a viabilidade de poder e a autoridade masculinas, ao evidenciar os méritos políticos delas como atrelados aos seus padrinhos políticos, que viabilizaram seu acesso e permanência.

Argolo (2019) criou esse arquétipo a partir da análise de capas e reportagens das revistas semanais de política *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital* quanto à construção discursiva da imagem de Dilma Rousseff como “pupila”. A relação discursiva entre criatura e criador foi diagnosticada pela constante representação da Presidente como extensão de Lula da Silva, determinando certo esvaziamento da presença dela enquanto poder político e reafirmando a permanência indireta dele no poder, como se o papel dela fosse restrito à manutenção do legado masculino de seu avalista e porta-voz.

Demonstra-se, portanto, que a atuação feminina na política se encontra sujeita ao discurso midiático, corporificado pelo *estereótipo*, voltado, assim, à manutenção da dominação masculina no campo político institucional. Esses padrões acabam por ser reproduzidos por homens e mulheres e, especialmente pelas mídias, assim como se observou em relação ao caso de Dilma Rousseff, cujos atributos políticos para governar foram apontados como inadequados, em comparação com os padrões masculinos pré-estabelecidos pelos procedimentos midiáticos consolidados.

Conclui-se, assim, que a influência midiática no fluxo da cadeia semântica acaba por impactar a possibilidade de ocupação de posições políticas institucionais pelas mulheres, fato que não é sequer amenizado pelas operadoras dos instrumentos de mídia, que, por sua vez, corroboram o discurso voltado a visibilizar os sujeitos titulares de determinados tipos de capital, sob o pálio da “imparcialidade” artificial, produzindo e reproduzindo os mesmos estereótipos que se voltam a manter a dominação masculina, como foi observado no tratamento midiático dado a Dilma Rousseff.

Esta segunda parte demonstrou que o discurso é capaz de construir subjetivações relacionadas ao saber e ao poder, que, são capazes de reforçar a necessidade do aumento quantitativos de mulheres nas instituições ou distanciá-las da participação política, apesar de a mídia se organizar discursivamente para corroborar a estrutura patriarcal. Além disso, mostrou-se que a influência midiática impacta a possibilidade de ocupação de posições políticas institucionais pelas mulheres, em que pese a alegada imparcialidade de seus profissionais, assim como se deu no caso de Dilma Rousseff.

Desse modo, faz-se imperioso passar à parte empírica a pesquisa, na terceira parte da presente tese, na qual serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados, as biografias das Ministras que atuaram junto aos Governos do PT, antes de sua posse e, por fim, o tratamento excludente dado às mulheres no interior de determinado contexto midiático dominante, a partir das categorias de análise que emergem do discurso presente neste último.

Parte 3 - Estudo empírico-categórico

Nesta parte será feito o estudo empírico, voltado a corroborar as considerações teóricas expostas nos capítulos anteriores, de maneira a aferir se o Jornal O Globo foi, por intermédio de suas matérias, capaz de contribuir para a difusão e a consolidação da estrutura patriarcal no que se relaciona às Ministras empossadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Para tanto, será tratada a proposta metodológica voltada à análise das referidas matérias e as biografias das Ministras, destacando-se os capitais que adquiriram antes de sua posse nos respectivos Ministérios. Após, será feita a análise dos textos, enquadrando-os em categorias discursivas pré-determinadas e examinadas por intermédio do software qualitativo *NVivo*.

Capítulo 5 - Proposta metodológica

No presente capítulo são explanados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, bem como será justificada a exposição teórica feita na primeira parte, correspondente aos Capítulos 1 a 4. No mesmo sentido, será justificada a escolha das matérias publicadas no Jornal O Globo, assim como restarão expostos os resultados esperados.

Além disso, será apresentado o histórico das Ministras dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, de maneira a observar qual era o reconhecimento social e profissional que possuíam em suas áreas de atuação, tratando-se a questão dos capitais a partir de Bourdieu, de forma a possibilitar o enquadramento das experiências políticas, acadêmicas e profissionais respectivas das Ministras, demonstrando-se aquilo que acumulavam antes do início do exercício ministerial.

Para auxiliar na análise das fontes documentais, optou-se por realizar uma breve descrição da trajetória política dessas mulheres antes da posse ministerial. Foram lançadas algumas informações quanto à sua respectiva atuação como ministras, exclusivamente para situar alguns apontamentos dos discursos jornalísticos para, então, determinar como *O Globo* se posicionou discursivamente.

A relação da trajetória feminina com a representação política já foi ponto de partida da pesquisa de Pinto e Silveira (2018), que investigaram 62 deputadas, escolhidas por terem sido eleitas três ou mais vezes nos legislativos estaduais, e que também ao menos uma vez para o federal de 1951 a 2015. As autoras buscaram perceber, diante da restrita participação feminina na política institucional, o que seria necessário como requisito para mulheres serem exceção e obterem êxito no pleito eleitoral.

Embora nesta tese não sejam tratados cargos que dependam das urnas, levantar os caminhos profissionais que percorreram e como essas trajetórias são discursivamente retratadas no Jornal *O Globo* faz referência ao fator de qualificação da *capacidade política* das Ministras. A forma como a estruturação ministerial dos governos petistas foi genericadamente apresentada na mídia pode ser vista como um tipo de experiência prática de como são percebidas as mulheres como sujeito político.

Pelas apresentações das trajetórias, é possível notar o que é visto como relevante pelo jornal em questão, como também o que é silenciado. Ao final da segunda parte do presente capítulo será apresentado um quadro composto pelas características que demonstram, dentro das biografias das Ministras, seu capital social, intelectual e político.

5.1 Referencial teórico-metodológico

A pesquisa ora apresentada propõe-se a determinar se quais são as categorias discursivas utilizadas pelo Jornal *O Globo* na análise das capacidades políticas das Ministras empossadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, para desvendar a relação de poder estabelecida pelos enquadramentos das mulheres no Executivo fez surgir a necessidade de se construir categorias de análise, por duas vias: através da teoria e de forma indutiva, a partir da leitura densa dos artigos.

Assim, se fez uma análise teórica das categorias discursivas passíveis de dar conta do tratamento dado às mulheres dos altos escalões da estrutura política brasileira, por uma parte da mídia hegemônica. Isso porque o processo cognitivo que orienta a produção jornalística, como expressa Van Dijk (1986), tem posturas

decisivas na construção de ideologias assim como na formação das opiniões dos leitores, gerando modelos mentais que legitimam poderes, reafirmam estereótipos e enquadram sujeitos em expectativas de ação.

Dessa forma, para a compreensão do discurso midiático, é preciso atentar-se para a representação dos conteúdos do texto em vários níveis e por meio da ação de vários processos. A ação cognitiva e as estruturas de enunciação são sutis. Van Dijk (1986) propõe captar, para além das análises interpretativas, as estruturas de poder e subjetivação que os sujeitos processam e mediante as quais interagem a partir das reproduções discursivas.

O favoritismo da mídia pelos grupos hegemônicos na seleção de assuntos e tópicos tratados nos veículos de comunicação é concomitante ao silenciamento dos interesses das minorias nas pautas jornalísticas, a exemplo da miséria, o racismo, a homofobia e a precarização do trabalho. Van Dijk (1998, p. 92) enuncia que “[...] a falta de acesso das minorias ao discurso jornalístico é uma das mais fortes propriedades do poder simbólico das elites”.

Assim, não é possível desconsiderar o potencial poder da mídia quanto à reorganização simbólica, por meio de sugestões acerca das representações sociais sobre as mulheres, assim como sua capacidade de reproduzir estereótipos e simbologias que atuam na manutenção de papéis sociais tradicionais de gênero, pois trata-se de questão essencial para se entender como a *generificação* (ser homem ou ser mulher) no campo político se relaciona ao campo midiático.

A pesquisa se concentra em desvelar como poder e gênero são construídos no discurso jornalístico, partindo-se do pressuposto de que os discursos são formados por enunciações e formulações, promovendo relações de poder específicas (FOUCAULT, 2000), fazendo-se imperioso relacionar as estruturas de poder mediadas pelo discurso, como entendem Falcone (2003, 2005), Bourdieu (1989), Fairclough (1989, 2001) Foucault (1986, 1996, 2000, 2004, 2010), Pinto (2006) e van Dijk (1991, 1995, 2005), com os discursos limitantes da atuação política de mulheres, como vimos em Argolo (2019), Grossi e Miguel (2001), Holtz-Bacha (2013) e Lavallo (2010).

No que concerne à *expressão e reprodução discursiva*, as ideologias e atitudes de determinados grupos podem ser organizadas e incidirem diretamente no modo com que são expressos os discursos. A mídia, como promotora da circulação massiva de alguns discursos, potencializa as ideologias das instituições que os governam

(patrocinadores, donos dos jornais), assim como o caráter ideológico dos que operam nessas instituições (os jornalistas).

Ocorre que não apenas o gênero é fator determinante para a exclusão midiática discursiva. Isso porque, em regra, as mulheres ocupam, precipuamente, posições de *soft politics*, e os homens, *hard politics*. Grossi e Miguel (2001) constaram essa tendência na política nacional como uma das formas de enquadrar de forma menos valorizada a mulher na política, pois muitas parlamentares demonstram preocupação especial com projetos na “área social”.

A cultura política brasileira deriva de uma teoria generalista, de matriz ocidental, enfatizando questões econômicas em detrimento das sociais. Trata-se, contudo, do ponto neurálgico do exercício da política feita por mulheres (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 188), pois a grande maioria das eleitas tem uma sólida competência em áreas como saúde, educação, assistência social, as quais são justamente desvalorizadas na política brasileira

Mais do que isso, a relação entre comunicação e processos políticos é mediada pela noção de enquadramento: como se apresenta um fato, assim como as escolhas do que será visto ou não nos veículos de comunicação são modos que a mídia estabelece diante das arenas de poder e decisão. Porto (2002) indica três passos como aprimoramento metodológico para captar os enquadramentos midiáticos: a especificação dos níveis de análise do conceito; a identificação das principais controvérsias e os enquadramentos a elas relacionados; e ,por fim, o desenvolvimento de critérios para sistematizar a análise de conteúdo.

Além disso, Porto (2002, p. 15) aponta que por esse caminho pode-se notar que os enquadramentos noticiosos têm “[...] padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”, que podem ser considerados como “ângulos da notícia”, que, de forma sutil, proporcionam indicações quanto ao ponto de vista adotado pelos jornalistas na formulação das matérias.

O que distingue os eventos políticos no conceito de enquadramento, é que há intrinsecamente uma disputa de qual interpretação irá predominar na formação, desenvolvimento e por fim, na resolução de controvérsias políticas. Portanto, “[...] o conceito permite ainda ressaltar como estas controvérsias se desenvolvem não através da apresentação de ‘fatos’ ou ‘informação’, mas sim através de interpretações que são utilizadas para avaliar estes eventos ou temas políticos” (PORTO, 2002, p. 17).

As interpretações que as formações discursivas dos jornais passam a seus leitores, não podem ser consideradas uma via de mão única de manipulação das elites, visto que enquadramentos são necessários em qualquer processo comunicativo, os sujeitos para transmitirem alguma informação inevitavelmente fazem escolhas de sentido para suas experiências.

As múltiplas plataformas comunicativas propagam diversos *processos de subjetivação* (AGAMBEM, 2009). Esses dispositivos componentes da empresa são úteis na sociedade disciplinar que se observa. Assim, ao produzirem práticas e saberes pela formação discursiva, criam corpos dóceis que se assujeitam às suas concepções.

Ocorre que as pastas ministeriais regem diferentes temas políticos, como economia, projetos sociais e saúde. Miguel e Feitosa (2009) apontam uma distinção importante sobre tais subdivisões, a partir da ciência política norte-americana, dividindo-os em algumas categorias: *hard politics* correspondente ao núcleo do processo político, como a gestão da economia; *soft politics*, relacionada a assuntos voltados para o social; *middle politics*, concernente a temas considerados *mistos* (como a previdência social), incluindo tanto preocupações com os pensionistas quanto com as contas públicas.

Ocorre que os discursos recorrentes identificados por Lavallo (2010) atuam como percalços para a atuação política das mulheres de modo que a primeira ferramenta de análise a ser utilizada será a *perspectiva de gênero*, dirigida a determinar, essencialmente: a) quais as dificuldades que resultam na construção social de gênero que reduzem as possibilidades das mulheres participarem de cargos de tomada de decisão política; e b) quais são esses fatores limitantes que inibem a participação política das mulheres.

A autora mexicana, conceitua a categoria de análise perspectiva de gênero, como “[...] uma ferramenta conceitual, que visa reconhecer que as diferenças entre as mulheres e os homens se expressam através de estereótipos e de relacionamentos assimétricos e hierárquicos que impactam as mulheres de maneira diferente e negativa em sua vida social, tanto no campo da esfera pública quanto na privada”. (LAVALLE, 2010, p. 51).

O uso dessa ferramenta analítica auxiliou a autora a descrever os obstáculos concretos impostos as mulheres para exercerem seus direitos políticos, nesse sentido, Lavallo (2010) orientou sua pesquisa pelas seguintes indagações: quais as dificuldades

que resultam na construção social de gênero que reduzem as possibilidades das mulheres participarem de cargos de tomada de decisão política? Quais são esses fatores limitantes que inibem a participação política das mulheres?

Nesse mesmo sentido, García (2018) analisou a cobertura jornalística em mídias impressas sobre Ministras na Espanha, de 1982 a 2011, na tentativa de perceber, para além das desvantagens discursivas e de visibilidade esperadas das Ministras em relação aos Ministros, se a variável de prestígio das pastas ocupadas por homens e mulheres influencia na forma como são abordados os sujeitos políticos envolvidos, bem como se há diferenças atreladas à sua ocupação por homens ou mulheres.

Concluiu que no cenário espanhol, a pasta ocupada interfere na visibilidade e na forma de abordagem dos sujeitos políticos. Além disso, identificou que o gênero importa na apresentação das Ministras recém-nomeadas, porém, não pode ser considerado como a única variável, nem ser entendida em separado da temática do respectivo Ministério (GARCÍA, 2018). Desse modo não apenas o gênero deve incidir como fator de análise, como, também, o prestígio da pasta.

Uma série de enquadramentos estereotipados fundamentados em papéis de gênero já foi evidenciada em investigações como a de Argolo (2019), com o silenciamento e menor visibilidade da mulher política na mídia, a associação de mérito aos padrinhos políticos homens, a partir do enquadramento “criador e criatura”, ou, ainda, às remissões à aparência, às relações familiares e de natureza privada, como também as referências quanto a inabilidade política e da ausência de liderança feminina, o que constitui o discurso da mulher “fora de lugar”.

Dessa forma, as discussões feitas na parte teórica se voltam desvendar como as relações de poder permeiam os discursos e revelam as circunstâncias experimentadas pelas Ministras, de maneira que se fez necessário considerar as estruturas ideológicas que constituem essa relação, de maneira a se demonstrar como a capacidade política pode ser discursivamente desautorizada no processo de contestação de pessoas públicas quanto às suas opiniões ou performances pelo uso do testemunho de especialistas ou autoridades anônimas

5.2 A escolha do Jornal *O Globo*

As linhas editoriais dos jornais, atuam conforme determinam as empresas de mídia, que servem como mecanismo institucional de controle. A relação entre as diversas mídias e a política partidária no Brasil é estreita, tendo se mostrado, no decorrer dos anos, uma fonte inesgotável de desequilíbrio das forças abstratas que incidem sobre uma infinidade de pautas legislativas, executivas e judiciárias.

São conhecidos os escândalos relacionados à compra de votos de parlamentares, obnubilados pela possibilidade de instalação de retransmissoras de televisão (RTVs) por meio do Decreto 1.720. Até 1997, entretanto,, o critério de distribuição das quase 2000 outorgas de estações retransmissoras privilegiou os amigos do Presidente candidato à reeleição, da seguinte forma: 268 para políticos; 342 ao Grupo SBT; 219 à Rede Globo; 310 à Rede Vida; 252 à Bandeirantes; 151 à Rede Record; e 125 às TVs educativas (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 56).

A fonte de referências eleita para a pesquisa empírica foi o Jornal *O Globo*, por se tratar do segundo jornal em tiragem diária no Brasil, após a Folha de São Paulo, conforme os índices IVC, bem como pelo fato de compor o principal órgão de imprensa do maior conglomerado de mídia do país, fato constatado pelo fato de ser a única empresa latino-americana a entrar no *ranking* elaborado pela empresa alemã *Zenith*, que elenca as maiores empresas midiáticas do mundo, a partir dos dados de receita publicitárias, denominado *Top 30 Global Media Owners* (ZENITHOPTIMEDIA, 2017, n.p.).

De acordo com quatro relatórios, realizados em 2010, 2014, 2015 e 2017, a empresa brasileira figurou, nos últimos três, na 20^a, 17^a e 19^a posições, respectivamente, em decorrência de sua receita publicitária. A presença da Globo no relatório da Zenith é, para a empresa ranqueadora informação significativa quanto à ascensão das economias dos BRICs, sigla que se refere aos cinco maiores países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China.

O Grupo Globo é avaliado como maior proprietário de mídia do Brasil, distante do segundo colocado, por compor significativo conglomerado, composto por rede televisiva, serviço de TV paga, jornais impressos e digitais, revistas, estações de rádio e sites cibernéticos, de modo que, em decorrência do fato de a referida empresa se encontrar entre as trinta maiores em publicidade, o país cresce em visibilidade midiática global, até porque o Grupo Globo, “[...] está a caminho de ultrapassar o Reino

Unido para se tornar o quinto maior mercado de anúncios do mundo este ano e está crescendo cerca de 9% ao ano” (ZENITHOPTIMEDIA, 2013, n.p.).

A queda em duas posições, entre 2015 e 2017, é justificada pela a mudança de metodologia da *Zenith*, voltada a “[...] focar exclusivamente nas receitas de publicidade dos proprietários de mídia, excluindo as receitas de todas as outras atividades” (ZENITHOPTIMEDIA, 2017, n.p.). Apesar disso, o Grupo Globo ainda se encontra dentre os mais valiosos conglomerados midiáticos do mundo. A colocação do Grupo Globo entre as 30 maiores empresas de comunicação do mundo em receita publicitária aponta o valor global e o poder que a empresa brasileira representa, assim como a consistência do mercado que promove por meio de seu conteúdo de publicidade.

O conglomerado midiático que o Grupo Globo desenvolveu teve como passo inicial os jornais impressos. Trata-se da primeira incursão da família Marinho no campo midiático, com o impresso *A Noite*, lançado em 1911, seguido de *O Globo*, de 1925. A produção impressa teve exclusividade até 1944, quando foi fundada a Rádio Globo do Rio de Janeiro, a primeira expansão dos negócios para outros segmentos.

Assim, a história das Organizações Globo tem mais de setenta anos, tendo sido fundado por Irineu Marinho, sucedido por Roberto Marinho como seu Presidente, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho como vice-presidentes e Paulo Marinho, Roberto Marinho Neto, José Nóbrega e Pedro Carvalho como conselheiros. Dessa forma, apenas outros dois conselheiros não fazem parte da mesma família (GRUPO GLOBO, 2019, n.p.). Assim, o conglomerado midiático, é gerido de forma unificada, seguindo a mesma lógica familiar e empresarial.

O jornal *O Globo* fez parte do início da empresa, e segue com ampla circulação nacional, demonstrando-se relevante e mostrando quais as crenças e formações discursivas ideológicas que o grupo busca legitimar; com alinhamentos de produção de verdade que se expandem para outros dispositivos de mídia componentes da empresa. Assim, fica evidenciada a importância de perscrutar qual o seu alinhamento em relação à capacidade política das Ministras dos governos petistas.

O portal oficial da Globo dispõe de uma seção chamada *Essência Globo*, que apresenta quais os valores regentes da corporação, a partir de uma “visão” e de uma “missão”: aquela afirma que “[...] queremos ser o ambiente onde todos se encontram. E encontram informação, diversão e cultura, instrumentos essenciais para uma sociedade que busca a felicidade de todos e de cada um”; esta, por sua vez,

determina-se como “[...] Criar, produzir e distribuir conteúdos de qualidade que informem, divirtam, contribuam para a educação e permitam aos indivíduos e comunidades construir relações que tornem a vida melhor”.

A “essência” da corporação Globo preza por manter uma estrutura de ação não mutável diante das circunstâncias da vida cotidiana, como o contexto político, econômico e social, afirmação que pode ser entendida como uma *fidelidade ideológica* que contagia todas as plataformas que convergem no referido conglomerado. O jornal *O Globo* elaborou um documento que descreve seus princípios editoriais, afirmando “valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo”, afirmando-se:

[...] sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza.

Em sentido similar, afirma que: “[...] os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva”, bem como determinando sua missão de “[...] cobrir tudo aquilo que possa pôr em perigo os valores sem os quais o homem, em síntese, fica tolhido na sua busca por felicidade. Essa postura está absolutamente em linha com o que rege as ações do Grupo Globo”. O referido documento expressa que os intuitos da objetividade e busca da verdade, para o jornal *O Globo*, são norteadores de seus princípios.

Trata-se, assim, de um periódico não apenas economicamente poderoso e politicamente influente, como, também, de um instrumento de mídia que, conceitualmente, segue princípios dirigidos à autocontenção ideológica de seus profissionais que, assim, deveriam permear as matérias por eles produzidas. Desse modo, em que pese não ser o periódico impresso mais lido do país é aquele que reúne o maior número de predicados ideais para a análise ora proposta.

5.3 Metodologia de análise empírica e resultados esperados

A pesar da proposta metodológica relacionar-se com uma análise discursiva, não se trata de uma análise crítica do discurso, pois não se busca, a partir das concatenações entre discurso e sociedade, reconhecer como são tratados temas relevantes ao cenário social, político e cultural na produção discursiva. Pela mesma razão, não é utilizada a Análise da Prática Discursiva (APD), tendo em vista que o foco da investigação é a mídia escrita, especificamente, o Jornal *O Globo* e suas matérias durante o período dos governos do PT concernentes às Ministras nomeadas nas referidas Administrações.

As estratégias de orientação da leitura interferem na compreensão do assunto, de maneira que as enunciações discursivas serão analisadas essencialmente seguindo os pontos de análise delimitados por Falcone (2003) e Van Dijk (1991, 1995, 1992 e 1997), selecionando-se as formulações mais relevantes para os autores, visto que nelas se centralizam as informações que o corpo editorial percebe como de maior destaque. O lugar em que são tratadas diferentes formulações discursivas respeita o grau de importância dada pelos produtores da notícia. Em decorrência disso é que será analisado somente o primeiro caderno do Jornal *O Globo*.

Além disso, as matérias que apresentam as Ministras e traçam seus perfis políticos e de atuação foram publicadas durante o primeiro mês após suas respectivas nomeações, bem como estabelecem comparações em relação aos Ministros que foram sucedidos, de forma que a pesquisa ora apresentada se concentrará em compreender se a incidência desses discursos sobre as mulheres é comparativamente diversa.

Para estabelecer comparações, algumas matérias a respeito dos ministros também foram coletadas, para descobrir se a construção discursiva, como afirmou García (2018), incide diferentemente quanto à variável de prestígio das pastas que ocuparam homens e mulheres, para que o fator gênero não seja considerada como variável única, mas, também, se há diferenças relacionadas ao fato de a pasta respectivamente ocupada ser caracterizada por *hard* ou *soft politics*, como visto por Miguel e Feitosa (2009).

Quanto às formulações ideológicas relacionadas, estas serão analisadas a partir das considerações de Argolo (2019), Grossi e Miguel (2001) Lavallo (2010) e Holtz-Bacha (2013), que contextualizaram a aplicação de pontos que constroem

limitações enunciativas quanto à viabilidade de mulheres na arena de decisão política, tais como o silenciamento, o não-protagonismo, as referências ligadas a aparência, vida doméstica e familiar, e as desqualificações pelo uso do primeiro nome, do caráter de ineditismo e de referências a relações de apadrinhamento.

De forma a determinar se as Ministras sob análise demonstravam predicados técnicos e políticos antecedentes à sua nomeação, procedeu-se a uma exposição das respectivas biografias, destacando-se históricos acadêmicos, profissionais, de ocupação de posições político-institucionais anteriores e de militância político-partidária. Referidos dados foram extraídos de verbetes produzidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que constam no Centro de Pesquisa e Documentação de História contemporânea do Brasil (CPDOC), enquanto a descrição de sua atuação política partirá de dados presentes no portal da Câmara do Deputados. De maneira a se possibilitar a concentração da análise em questões discursivas, referida exposição biográfica não compreenderá as relações afetivas, familiares e partidárias. A partir desses dados foram reconstruídos os capitais culturais, ativista-sociais e políticos das ministras, antes de assumirem as respectivas pastas, e que pudessem ser contrastados com as formas de tratamento dadas a elas pelo Jornal “O Globo”.

Foram pesquisadas as matérias publicadas no Jornal O Globo no que concerne ao período cronologicamente delimitado (administrações Lula da Silva e Dilma Rousseff), procedendo-se a uma análise qualitativa, partindo-se dos pressupostos teóricos acima descritos. Percebeu-se, a partir da referida análise, que, nos primeiros trinta dias de mandato há maior concentração de conteúdo sobre o corpo ministerial, razão pela qual a pesquisa se concentrou nesse período.

Da leitura das referidas matérias foram extraídas indutivamente determinadas categorias discursivas, em diálogo com os pressupostos teóricos expostos na parte teórica da tese. Após, as referidas categorias foram agrupadas em dimensões, para análise quantitativa, no software *NVivo*, um dos mais utilizados no ambiente acadêmico brasileiro, especialmente pelas grandes universidades (LAGE, 2011, p. 2010), pese ao número de pesquisas qualitativas feitas mediante sua operacionalização ainda seja proporcionalmente diminuto.

O referido software não analisa os dados por si, “[...] mas apenas auxilia esse processo” (AMES, 2013, p. 293), por meio de um ambiente que possibilita criar, gerenciar e explorar ideias e categorias, minimizando rotinas de trabalho e maximizando a flexibilidade da análise, de modo a descobrir novas ideias e

desenvolvê-las. Trata-se de um processo de criação e exploração de categorias utilizável por meio da codificação dos textos e da exploração de ideias sobre as informações disponíveis.

Antes de iniciar a codificação do material por meio do NVivo, “[...] o pesquisador deve ter em mente quais são as perguntas que pretende responder através de sua pesquisa, quais são seus objetivos e hipóteses. Além disso, deve conhecer os recursos básicos do NVivo, e a maneira como eles podem ser utilizados” (AMES, 2013, p. 293). Após, delimitado e organizado o material de pesquisa, inclusive matérias de jornais, este pode ser importado para o programa, codificado e analisado

Quanto à sua operacionalização, “[...] o programa tem sua interface baseada nas diretrizes da Microsoft, o que facilita o uso devido à familiaridade. No processo de organização dos dados o pesquisador inicia reunindo os textos/áudio/imagens/vídeo em ‘nós/nodes’”, organizados em pastas, estabelecendo uma hierarquização do projeto (ALVES; FIGUEIREDO FILHO; HENRIQUE, 2015, p. 125). Esses “nós” funcionam como variáveis que reúnem informações descritivas, possibilitando a identificação de tendências.

Em que pese facilitar o trabalho, “[...] o processo de introdução e codificação dos dados é demorado. Segundo, mesmo utilizando o software, a maior parte do trabalho é desenvolvida pelo próprio pesquisador e não pelo programa” (ALVES; FIGUEIREDO FILHO; HENRIQUE, 2015, p. 126), de modo que não é capaz de resolver todos os problemas, até porque o desenho de pesquisa deve estar bem estruturado antes do início do processo de análise. A partir dos resultados obtidos por intermédio da referida análise é que se pode chegar a respostas quanto aos questionamentos componentes da problemática da presente pesquisa, assim como acerca das hipóteses das quais partiu a pesquisa ora apresentada.

Nesse sentido é que o NVivo foi utilizado como ferramenta de mapeamento das categorias, de maneira essencial para a análise dos dados, isso porque, de modo a facilitar o processo de leitura da ferramenta, foram separadas todas as matérias, em arquivos únicos, com a extensão *.pdf*. Após, cada um foi nomeado, fazendo-se constar a data de publicação e o nome da(s) Ministra(s) e/ou do(s) Ministro(s) citado(s). Após, foram introduzidas no programa as categorias a serem analisadas. O programa, então, sinalizou e destacou as referidas categorias no interior das matérias. Nesse sentido, o NVivo identificou, algumas vezes, que a mesma expressão pode se enquadrar em mais de uma categoria. Além disso, o *software* foi capaz de delimitar

as matérias nas quais as categorias ocorreram, bem como a quantidade de referências em cada uma delas, respectivamente. Essa operação visou facilitar a visualização das construções discursivas em cada uma das matérias.

Espera-se, mediante a utilização das ferramentas metodológicas acima descritas, aplicadas ao contexto empírico descrito, identificar se o Jornal *O Globo*, nas matérias selecionadas, efetivamente reproduz um discurso de diferenciação de gênero, que acaba por cristalizar estereótipos e noções discriminantes que inferiorizam as mulheres em comparação aos homens no exercício de atividades político-institucionais.

5.4 Os capitais em Bourdieu

As experiências das Ministras no decorrer de suas vidas se acumulam na forma de uma ampla gama de *capitais*, que, na sociologia de Bourdieu, equivalem a poderes, consistindo em *ativos* econômicos, culturais ou sociais, voltados à reprodução e à promoção de uma mobilidade social, no contexto de uma sociedade estratificada. Dividem-se, basicamente, em três categorias de capital: *econômico*, *social* e *cultural*.

Além delas, há o *simbólico*, correspondente às formas gerais de capital, entretanto, apresentados em um contexto social. O primeiro, o *capital econômico*, equivale a um comando relacionado a recursos econômicos, a exemplo de dinheiro e propriedades, correspondente ao trabalho acumulado, diferindo, portanto, do conceito econômico de capital, apesar de ser dominante, encontrando-se nas raízes das demais formas, podendo nelas se transformar por meio de ações tomadas pelos agentes sociais (BOURDIEU, 1986).

O segundo, o *capital social*, é a matriz de uma rede de obrigações sociais, denominada contatos, que pode ser convertida em capital econômico. Corresponde a um conjunto de recursos presentes ou futuros, ligados à operacionalização de uma rede durável de contatos institucionalizados pela familiaridade e pelo reconhecimento, equivalendo, portanto, ao pertencimento a determinado grupo. Sua posse produz e reproduz relacionamentos úteis, que, por sua vez, podem assegurar ganhos materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 1986).

O terceiro, *cultural*, relaciona-se a ativos sociais conectados a alguém, a exemplo da educação, do intelecto, da fala, das vestimentas, entre outros. Sua

característica comum é a promoção de mobilidade social no contexto de uma sociedade estratificada. Esta, por sua vez, divide-se em: incorporado; objetificado; e institucionalizado. O capital cultural *incorporado* conecta-se a um vir a ser, por intermédio de um trabalhoso processo de incorporação e acumulação, obtendo-se por intermédio da socialização, da educação, da cultura e da tradição. Não se transmite imediatamente, mas, sim, pode ser adquirido no decorrer do tempo (BOURDIEU, 1973).

O capital cultural objetivado, por sua vez, compõe-se de bens materiais transmissíveis por meio de ganhos econômicos que evidenciam, de forma simbólica, o detentor de um capital cultural, a exemplo de obras de artes, equipamentos científicos e coleções de livros. Já o capital cultural institucionalizado expressa-se por intermédio da detenção de qualificações acadêmicas, inclusive, a partir do processo de seleção institucional (BOURDIEU, 1973). A quarta espécie, o capital *simbólico*, refere-se à forma mediante a qual as três formas de capital podem ser simbolicamente apreendidos, no contexto de uma relação de reconhecimento e não-reconhecimento (BOURDIEU, 1986). Desses tipos básicos de capital, notadamente do social, é possível extrair outros. Para nosso estudo, fizemos uma releitura dos diversos tipos de capital apresentados por Bourdieu, na análise dos diversos ativos acumulados pelas mulheres que ocuparam cargos de ministras de governo no período indicado.

No caso das Ministras, este pode ser classificado em: *político*, relacionado, especificamente, aos cargos eletivos exercidos por cada uma; *laboral*, concernente às funções mais relevantes, exercidas no mundo do trabalho, notadamente, no serviço público, enquanto servidoras efetivas; *ativista/social*, que toca às funções exercidas em órgãos ou entidades representativas de interesses coletivos ou de categorias específicas, a exemplo de sindicatos ou partidos políticos; e *cultural*, relativo às pesquisas científicas e títulos acadêmicos obtidos pelas Ministras. Nesse sentido, passam a ser tratadas as biografias das referidas Ministras, destacando-se as atividades por elas exercidas, de conformidade com os capitais acima expostos.

5.5 As biografias das Ministras nomeadas por Luiz Inácio Lula da Silva, em seus mandatos (2003-2010)

As ministras que foram nomeadas quando Lula da Silva ingressou na Presidência foram Benedita Souza da Silva Sampaio, no Secretária da Assistência Social; Dilma Vana Rousseff, no Ministério das Minas e Energia e da Casa Civil; Marina Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, no Ministério do Meio Ambiente e Emília Therezinha Xavier Fernandes, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. As que tomaram posse após seu primeiro mês como presidente, em ordem cronológica, foram: Matilde Ribeiro, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Nilcéa Freire na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Marta Teresa Suplicy no Ministério do Turismo; Erenice Alves Guerra na Casa Civil; Izabella Mônica Vieira Teixeira no Ministério do Meio Ambiente; e por fim Márcia Helena Carvalho Lopes no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Serão, assim, apresentadas nessa ordem.

5.5.1 Benedita Souza da Silva Sampaio: ministra da Assistência Social de 2003 a 2004

A primeira eleição em que foi bem sucedida ocorreu em 1976, na qual chegou à presidência da Associação de Moradores do Morro do Chapéu (Mangueira), com a participação no movimento de mulheres. Fundou o departamento feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferia (CEMUF). Em 1980 compôs o núcleo fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), e nessa legenda conseguiu eleger-se no Rio de Janeiro vereadora em 1982. Sua campanha eleitoral tinha como bordão “negra, mulher e favelada”, reafirmando suas origens e postulando sua luta contra as discriminações racial, de gênero e social. Em 1984, formou-se em Serviço Social.

A terceira eleição da qual participou a tornou em, 1986, deputada federal. Na Assembleia Nacional Constituinte, foi Titular da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas e Minorias e, também, suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Seguiu atuando por direitos de grupos vulneráveis

socialmente, como os indígenas, quilombolas, empregadas domésticas, negros, crianças e adolescentes. Em 1990, reelegeu-se deputada federal e passou a integrar a Comissão de Seguridade Social e Família, atuando na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A quarta eleição que venceu foi para a prefeitura do Rio de Janeiro, em 1992, porém, dessa vez, não foi eleita. No ano seguinte, foi titular da Comissão de Relações Exteriores. Em 1994, concorreu e conseguiu chegar à primeira vaga no Senado pelo Rio de Janeiro, tornando-se titular das comissões de Assuntos Sociais e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Porém, como o mandato seria de oito anos, abdicou do cargo ao eleger-se vice-governadora na chapa do PT com o PDT (Partido Democrático Trabalhista), com Anthony Garotinho, em 1999.

Devido a denúncias de corrupção de Garotinho, em 2000, Benedita da Silva saiu candidata à prefeita do Rio de Janeiro pelo PT, em coligação com o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Seu vice foi o ator Francisco Milani. Não chegaram ao segundo turno. Em 2002, ela assumiu o governo do RJ, substituindo, por nove meses, Garotinho, que concorria à Presidência da República. Na tentativa de reeleição para governadora, perdeu para Rosinha Garotinho, do PSB.

Em seguida, em 2003, tomou posse na Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social, com status ministerial. A pasta coordenava a área social, com o terceiro maior orçamento em custeio e investimento no Ministério, perfazendo cinco bilhões de reais, superado somente pelos orçamentos dos Ministérios da Saúde e da Educação. Entretanto, o Fome Zero, programa de maior impacto do programa de governo de Lula, foi atribuído ao Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sob o comando do economista José Graziano. A saída de Benedita da Silva do Ministério ocorreu em janeiro de 2004, na primeira reforma ministerial do governo Lula da Silva, quando a Secretária pela qual era responsável e a de Graziano se aglutinaram no Ministério do Desenvolvimento Social, ocupado por Patrus Ananias (PT).

5.5.2 Dilma Vana Rousseff: Ministério de Minas e Energia de 2003 a 2005 e Casa Civil de 2005 a 2010

Dilma iniciou ainda na adolescência sua atuação política, quando cursava o ensino médio, em 1964, na ditadura militar. Fez parte da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), que se alinhava ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1967, passou a integrar o grupo guerrilheiro Comando de Libertação Nacional (COLINA) e, posteriormente a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR) - Palmares. Foi presa em 1970, passou por sessões de tortura, permaneceu por quase três anos nas dependências da 36ª Delegacia de Polícia, sede da OBAN (Operação Bandeirante) e no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo.

Após ser liberada, concluiu, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a faculdade de ciências econômicas, em 1973. Também cumpriu créditos de mestrado e doutorado em economia monetária e financeira na UNICAMP. Ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT), trabalhando de 1980 a 1985 como assessora do partido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Tornou-se Secretária Municipal da Fazenda, atuando de 1986 a 1988, na gestão do pedetista Alceu Collares na Prefeitura da capital gaúcha.

Em 1989, com o novo prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi, por um ano, diretora geral da Câmara dos Vereadores. De 1993 a 1994, ocupou a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do governo estadual. Rousseff retornou à pasta em 1999 e permaneceu até 2003. Passou a integrar o PT em março de 2001. No ano seguinte, após as eleições presidenciais, em que o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, venceu, convidou-a para o Ministério das Minas e Energia.

Dilma Rousseff, ao ser empossada, teve como desafio impedir que se repetisse a crise energética de 2001. Para isso, apresentou uma nova regulamentação do setor elétrico. Em 2003, lançou o programa “Luz Para Todos”, com o intuito de ampliar o fornecimento de energia elétrica no país, inclusive para áreas rurais. Em 2005, foi convidada pelo presidente Lula da Silva a migrar para a Casa Civil, tornando-se a primeira mulher a ocupar a pasta.

Com ela, foram desenvolvidos vários projetos ligados ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que era composto por áreas de infraestrutura, transportes, habitação e geração de energia, para levar condições de desenvolvimento econômico a comunidades com restrito acesso a serviços públicos essenciais. Em 2010, foi

indicada como pré-candidata do PT à presidência da República, afastando-se do cargo de chefe da Casa Civil, que foi assumido por Erenice Guerra.

5.5.3 Maria Osmarina Silva de Souza: Ministério do Meio Ambiente de 2003 a 2008

Quando atuava como professora de história da rede pública estadual do Acre, começou a participar do movimento sindical dos professores. Adepta da Teologia da Libertação era amiga próxima do líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, o seringueiro Chico Mendes. Em 1984, fundou com Mendes a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Acre. Pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1986, candidatou-se a deputada federal, porém, devido ao entrave partidário do quociente eleitoral, mesmo tendo sido bem votada, não foi eleita.

Dois anos depois, conseguiu ser a vereadora mais votada de Rio Branco, tornando-se, também, relatora da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, em 1990. Já em 1991, renunciou ao mandato de vereadora para assumir o cargo de deputada estadual, tornando-se membro da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações. Foi, em 1994, a candidata mais votada para o Senado pelo Acre e se tornou, aos 36 anos, a mais jovem senadora que o Brasil já havia elegido até então.

A ligação que estabeleceu com pautas ambientais a levaram, em 1995, a tornar-se Secretária Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, cargo no qual permaneceria até 1997. Em 2002, novamente eleita senadora pelo Acre. Não completou o mandato, contudo, por ter sido nomeada Ministra do Meio ambiente no governo Lula da Silva, em 2003. Uma das maiores preocupações da pasta seria reduzir o desmatamento da Amazônia. Sobre isso, Marina Silva elaborou o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, reunindo quatorze ministérios para sua implantação mais eficiente.

Além do aperfeiçoamento do sistema de monitoramento por satélite, nomeado Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Sistema DETER), que passou a integrar o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), conseguiu a aprovação da Lei da Mata Atlântica, em 2006, que propunha a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e a Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, que regularizou o uso sustentável de florestas públicas brasileiras, juntamente com o

sistema de fiscalização Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Em 2008, Marina Silva pediu demissão, passando o cargo para Carlos Minc, na época deputado estadual (PT-RJ) e também militante da causa ambiental.

5.5.4 Emília Therezinha Xavier Fernandes: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de 2003 a 2004

Professora, formada em pedagogia em 1978, foi também diretora escolar e concluiu pós-graduação em planejamento educacional no ano de 1981. Começou sua carreira política elegendo-se vereadora em 1982, em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Reeleita em 1988, passou a integrar o Conselho Legislativo Internacional. Dois anos depois, foi eleita presidente do diretório municipal do PTB de Santana do Livramento, cargo em que se manteve até 1992. Também neste período foi diretora do 23º Núcleo do Sindicato Cpers, em que atuaria até 1996. No pleito de outubro de 1994, tornou-se Senadora da República pelo PTB do Rio Grande do Sul. Participou da Comissão de Assuntos Sociais e foi vice-presidente da Comissão de Educação do Senado.

Emília Fernandes, em 1999, candidatou-se ao governo do Rio Grande do Sul pela coligação Frente Trabalhista Rio-Grandense, constituída pelo PDT e pelos partidos Social Trabalhista (PST) e da Mobilização Nacional (PMN). Não chegou ao segundo turno e decidiu apoiar a candidatura de Olívio Dutra (PT), que saiu vitorioso no pleito. Após essa experiência, ela retoma seu mandato no Senado, vindo a ser membro, em 1999, da Subcomissão de Rádio e TV (CESRTV). Foi a primeira mulher a presidir uma Comissão Permanente do Senado Federal, quanto a Infraestrutura, entre os anos de 1999 e 2000.

Em 2000, chegou a ser vice-presidente da Comissão Mista de Educação. A tentativa de reeleição no Senado do Rio Grande do Sul em 2000 foi frustrada, mesmo com significativos votos foi superada por Sérgio Zambiasi, do PTB, e por Paulo Paim, do PT. Não chegou a concluir seu mandato de Senadora, ao assumir em 2003, o cargo de Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), no Governo Luis Inácio Lula da Silva.

A pasta recém-criada teria a força e *status* de Ministério, e aglutinaria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), até então atrelado ao Ministério da Justiça (como vista no capítulo um). Enquanto ministra implantou o Disque Mulher, para atender denúncias de violência contra as mulheres. Exerceu o cargo até o ano seguinte, quando foi substituída por Nilcéa Freire.

5.5.5 Matilde Ribeiro: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 2003 a 2008

Graduada em serviço social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde também fez o mestrado em psicologia social e o doutorado na mesma linha. No período de 1984 a 2002, atuou na sua área de formação nas Prefeituras de Osasco e São Paulo, na Sempre Viva Organização Feminista (SOF), no Instituto Cajamar, na Prefeitura de Santo André, nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e no Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdades.

Foi membro ativo da coordenação da campanha de governo Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2002. Com a vitória, Ribeiro participou da equipe de transição, na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT). Passou a compor a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, defendendo as cotas raciais como forma de democratizar o acesso ao ensino superior. Em 2008, pediu demissão do cargo. A pasta passou a ser coordenada por uma administração interina.

5.5.6 Nilcéa Freire: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de 2004 a 2011

Formada em medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCM-UERJ), em 1978, ingressou, ainda universitária, no Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, nesta fase, se encontrava na ilegalidade. Nilcéa Freire, ao ser ameaçada pelos órgãos de repressão em decorrência de sua atuação em combate à ditadura militar, exilou-se no México, de 1975 a 1977.

Ao regressar ao Brasil, participou dos movimentos pela redemocratização do país. Em 1980, começou a atuar como professora do Departamento de Patologia e Laboratório da UERJ. Em 1987, fez mestrado em zoologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dois anos depois, filiou-se ao PT. Além de desempenhar o papel de professora universitária, também foi assessora da sub-reitoria de pós-graduação e pesquisa, diretora de planejamento e orçamento, de 1992 a 1995, e vice-reitora de 1996 a 1999.

No mesmo ano, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de reitora de uma Universidade pública no Estado do Rio de Janeiro. Em sua gestão, presidiu o Conselho Estadual de Educação, em 2001, e assumiu a responsabilidade de tornar a instituição pioneira na instalação do sistema de cotas para estudantes de escolas públicas e afrodescendentes, que causou intensa discussão em todo o país. Deixou o cargo de reitora em 2003, para assumir a chefia da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Passou a responder como Ministra em janeiro de 2004, com o intuito de implementar de forma transversal com ações no âmbito de programas e projetos de outros ministérios, como os da Justiça, do Trabalho, da Educação, da Cultura e das Secretarias Especiais.

Auxiliou na organização da I Conferência Nacional realizada em Brasília, em julho de 2004, para instituir neste espaço o debate nacional para formular um plano de ação em políticas públicas voltadas para mulheres, voltado a aprimorar pautas como a autonomia, a igualdade de acesso ao trabalho e cidadania, a educação inclusiva e não sexista, a saúde das mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos e o combate às violências contra a mulher. Em sua gestão, foi implantada a Lei Maria da Penha, para coibir e prevenir a violência doméstica contra as mulheres. No término do governo Lula da Silva, em janeiro de 2011, deixou a secretaria, sendo sucedida por Iriny Lopes.

5.5.7 Marta Teresa Suplicy: ministra do turismo de 2007 a 2008

Psicóloga graduada pela Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) desde 1975 e Mestre na mesma área pela Universidade de Michigan, no período de 1973 a 1986, trabalhou como professora e terapeuta na capital paulista. Quatro anos depois, passou a ser apresentadora do

quadro diário “Comportamento sexual”, no programa TV Mulher, da TV Globo, que passou a ser exibido na TV Manchete, de 1987 a 1988.

Filiou-se no Partido dos Trabalhadores em 1981. Fez parte da organização do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, auxiliando na elaboração e na implantação do programa de orientação sexual nas escolas do Município de São Paulo, entre 1989 e 1992, durante a administração da prefeita Luísa Erundina, do PT, ocasião na qual o educador Paulo Freire ocupava a Secretaria Municipal de Educação. Militante de movimentos feministas, reivindicava liberdade sexual e direitos reprodutivos.

Em 1994, atuou no Projeto Brasil, financiado pelo Ministério da Saúde, com o Grupo de Trabalhos Reprodutivos e Pesquisa em Orientação Sexual, produzindo programas de orientação sexual. Sua primeira candidatura ocorreu no mesmo ano, elegendo-se Deputada Federal, mandato no qual integrou a Comissão de Seguridade Social e Família, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão sobre Violência contra a Mulher, e suplente das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Desempenhou assim, papel de liderança na reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que reuniu parlamentares do PT, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Suas pautas eram diversas, como a descaracterização do adultério como crime, o combate ao assédio sexual e união civil entre pessoas do mesmo sexo. O primeiro projeto de cota eleitoral para mulheres aprovado foi de Marta Suplicy que, em junho de 1996, conseguiu instalar na Câmara a reserva, para as mulheres, de 20% das vagas de candidatos de cada partido ou coligação.

Dessa forma, as chapas de vereadores concorrentes às eleições municipais daquele ano que não chegassem a essa porcentagem mínima teriam que registrar 20% de candidatos a menos, como descrito anteriormente. Em 1997, participou da articulação na Câmara para regulamentar o aborto na rede pública de hospitais, em casos de estupro e risco de vida para a mãe. Candidatou-se ao Governo de São Paulo pelo PT, nas eleições de 1998, obtendo, porém, a terceira melhor votação e, portanto, não prosseguindo para o segundo turno do pleito.

Em 2000, foi eleita Prefeita de São Paulo. Em sua gestão, foram iniciados os trabalhos dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), complexos voltados à educação, à cultura e ao entretenimento de alto nível. Também Marta Suplicy,

enquanto prefeita, reestruturou o sistema municipal de transportes, com apoio complementar de micro-ônibus em trajetos específicos, bem como a construção de vias exclusivas para transporte público, sem barreiras físicas, conhecidos como *Passa Rápido*.

Além disso, implantou o Bilhete Único, que permitia integrações por até duas horas utilizando um único bilhete. Em sua administração a capital paulista lançou o programa Renda Mínima, de complementação salarial as famílias com filhos matriculados no sistema escolar até os 14 anos e o Orçamento Participativo, inspirado no exemplo de Porto Alegre. Mesmo com as iniciativas citadas, não conseguiu reeleger-se prefeita em 2004.

Nos dois anos seguintes, não seria escolhida pelo partido para concorrer ao Governo do Estado de São Paulo, assumindo a função de coordenadora da campanha de reeleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva no Estado de São Paulo. Ao ser bem sucedido nas urnas, convidou Marta Suplicy para o Ministério do Turismo, em 2007 que, por sua vez, demonstrou interesse em administrar a pasta para conseguir levar desenvolvimento territorial por meio da geração de empregos no âmbito da indústria do turismo.

Para tanto, implantou o Plano Nacional de Turismo, com programas setorializados, como o de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil, visando desenvolver o turismo interno, e o Viaja Mais Melhor Idade, com tarifas promocionais para viagens de pessoas com mais de 65 anos. Em junho de 2008, resolveu abdicar da pasta para disputar a Prefeitura de São Paulo, contudo, não se elegeu. Na gestão presidencial seguinte, de Dilma Rousseff, foi nomeada ministra da cultura de 2012, permanecendo por dois anos.

Durante sua coordenação, a pasta implantou várias iniciativas, como o Vale-cultura, que oferecia ao trabalhador cinquenta reais para adquirir ingressos ou itens culturais (cds, dvds, livros), o Sistema Nacional de Cultura para ampliar o orçamento para o setor cultural, bem como a Lei Cultura Viva, que fornece maior autonomia financeira para organizações culturais e facilita a prestação de contas das atividades executadas. No início do segundo mandato de Rousseff, Suplicy pede demissão por meio de carta.

5.5.8 Erenice Alves Guerra: chefe da Casa Civil em 2010

Graduada em direito e especialista em Direito Sanitário, ambos pela Universidade de Brasília (UnB) e filiada ao PT desde 1981, começou assessorando juridicamente o PT no Distrito Federal. Chefiou o Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) e também exerceu cargo de gerência no Metrô do Distrito Federal. Em seguida, passou para o departamento jurídico da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB).

Desempenhou, também, funções na Administração Pública Federal, atuando como gerente da Eletronorte. Outro de seus trabalhos relevantes foi o de procuradora-geral da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Posteriormente, trabalhou como assessora jurídica na Câmara dos Deputados, e, posteriormente, com o então Senador Cristovam Buarque. Logo após, atuou como consultora jurídica do ministério de Minas e Energia, de 2003 a 2005. Também já esteve nessa mesma função na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Geralmente com trabalhos burocráticos de gestões públicas, foi consultora jurídica do ministério de Minas e Energia, de 2003 a 2005, apoiando a gestão da pasta de Rousseff. Guerra tornou-se secretária executiva quando acompanhou a ministra na transferência para a pasta da Casa Civil. Permaneceu no cargo, em substituição de Dilma Rousseff, que dele abdicou para disputar as eleições presidenciais. Deixou a pasta em menos de seis meses, que passou a ser administrada por gestor interino.

5.5.9 Izabella Mônica Vieira Teixeira: Ministério do Meio Ambiente de 2010 a 2016

Graduada em biologia pela Universidade de Brasília (UNB), mestre e doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi a primeira analista ambiental a ser titular do Ministério do Meio Ambiente. Ingressou em 1985 no SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) e, depois, foi analista ambiental do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Também chegou a ser Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente, de 2008 a 2010, para, então, ser convidada para ser Ministra da referida pasta.

Quando Ministra, teve como desafio coordenar medidas socioambientais exigidas no âmbito global, como o aprimoramento do Código Florestal e a elaboração

do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis, que foi referenciado pela ONU (Organização das Nações Unidas). Também criou viabilizou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), assim como a Estratégia Nacional de Monitoramento de Biomas Brasileiros. Deixou o cargo para aposentar-se.

5.5.10 Márcia Helena Carvalho Lopes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2010 a 2011

Participou do Movimento estudantil quando universitária do curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina. Em 1981, passou a lecionar em sua Universidade de origem, desempenhando essa atividade por 30 anos. Filiou-se ao PT em 1982. Especialista na área de Criança e Adolescente pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1990, seguido, nove anos após, pelo mestrado em Serviço Social, também pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Iniciou sua atuação na Administração Pública em 1993, como Secretária Municipal de Assistência Social, implantando programas de atenção à população em condição de miséria. Desempenhou, também, papéis como o de Conselheira Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselheira Estadual de Assistência Social, Conselheira Municipal de Assistência Social e, por fim, Conselheira dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA).

O primeiro pleito disputado em 2000, a tornou vereadora em Londrina, sendo a mais votada do Partido dos Trabalhadores. Entre 2005 a 2007 ocupou a coordenação da Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Foi coordenadora no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) na temática referente a Rede de Pobreza e Proteção Social dos países da América Latina e Caribe. Em 2010, é nomeada Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo presidente Lula da Silva. O terceiro maior ministério em recursos financeiros do Governo Federal, contando com 40 bilhões de reais em seu orçamento.

5.6 Biografias das Ministras nomeadas por DILMA VANA ROUSSEFF em seus mandatos (2011-2016)

As Ministras nomeadas por Dilma Rousseff na Presidência foram: Ana Maria Buarque de Hollanda, no Ministério da Cultura; Helena Maria de Freitas Chagas, na Secretaria de Comunicação Social; Ideli Salvatti, que esteve em três pastas, sucessivamente: Ministério da Pesca e Aquicultura; Secretaria de Relações Institucionais; e Secretaria de Direitos Humanos; Iriny Nicolau Corres Lopes, na Secretaria de Políticas para as Mulheres; Luiza Helena de Bairros, na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Maria do Rosário Nunes, na Secretaria de Direitos Humanos; Miriam Aparecida Belchior, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e por fim, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A Ministra do meio ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira foi nomeada no governo de Lula da Silva e permaneceu por toda a gestão Rousseff, já tendo sido apresentada anteriormente. Marta Teresa Suplicy foi nomeada também nas duas gestões, de Lula da Silva, como Ministra do Turismo, e na de Rousseff, como Ministra da Cultura, também já tendo sido apresentada.

As ministras que tomaram posse após seu primeiro mês como Presidenta, cronologicamente, foram: Gleisi Helena Hoffmann, na Casa Civil; Eleonora Menicucci de Oliveira, na Secretaria de Políticas para as Mulheres; Kátia Regina de Abreu, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Nilma Lino Gomes, na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e, por fim, Inês Da Silva Magalhães, no Ministério das Cidades.

Assim, serão apresentadas na referida ordem, sob o mesmo formato do tópico anterior, primeiramente, com a descrição das trajetórias das Ministras, de acordo com os dados presentes em dois portais oficiais: o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas; e os perfis apresentados no site oficial Câmara do Deputados.

5.6.1 Ana Maria Buarque De Hollanda: Ministério da Cultura de 2011 a 2012

Atuante em diversas atividades culturais, produzindo desde canções, galerias de arte a peças de teatro. Foi diretora, de 2003 a 2007 do Centro de Música da Funarte, setor designado as políticas para produção de música do Ministério da Cultura. Foi também vice-presidente do Museu da Imagem e do Som, de 2007 a 2010, no Rio de Janeiro, e por fim Ministra da Cultura no governo Rousseff.

A carreira de artista foi marcada pela participação do III Festival Internacional da Canção, em 1968, em que foi interprete do frevo "Dança das Rosas" de Chico Maranhão. Fez parcerias em obras de diversos artistas do cenário nacional, como Milton Nascimento, Toquinho, Tom Jobim, Fafá de Belém e Vinícius de Moraes. Lançou três álbuns próprios em 1980, 1995, 2001 e 2009. Durante o período da ditadura militar articulou coletivamente pelas "Diretas Já", posteriormente integrou o Fórum Permanente de Cultura para debater políticas culturais que promovessem a redemocratização.

Participou da Secretária de Cultura do município de Osasco, interior de São Paulo, de 1986 a 1988, na gestão de Humberto Parro (PMDB). Quando ingressa no Ministério da Cultura, propõem reformulações estruturais, como a criação da Secretaria de Economia Criativa, para a dinamização e sustentabilidade da cultura, com esse propósito elabora o Plano Brasil Criativo, para garantir aos criadores seus direitos autorais. Também por meio do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) fortaleceu investimentos em programas de construção e modernização de bibliotecas, assim como editais para residência de tradutores estrangeiros e apoio para as viagens e divulgação dos autores nacionais no exterior. Em setembro de 2012, Ana de Hollanda foi substituída na pasta pela então senadora Marta Suplicy.

5.6.2 Helena Maria De Freitas Chagas: Secretaria de Comunicação Social de 2011 a 2014

Jornalista com experiência em diversas empresas de comunicação, públicas e privadas, graduou-se pela Universidade de Brasília (UnB). Começou, em 1982, sua carreira no jornal *O Globo*. Logo após, tornou-se servidora efetiva, atuando como repórter e produtora do canal do Senado. Em 1995, voltou como Coordenadora de

Política e Chefe de Redação no Jornal *O Globo*. Mantinha, concomitantemente, colunas nos jornais *O Globo* e no jornal *Diário de São Paulo*, além de manter *blog* de análise política no portal *Globo.com*.

Atuou na área jornalística, com ênfase na política, também no SBT, na TV Brasil, na Agência Brasil e no sistema de rádio da Empresa Brasileira de Comunicação. Em 2010, foi convidada a se tornar coordenadora de imprensa da campanha de Dilma Roussef, que, ao vencer o pleito, nomeou Helena Chagas como Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, cabendo a ela manter a imagem da presidenta e gerenciar os repasses de verbas de publicidade do Governo Federal em mídias diversas. Em 2014, foi substituída por Thomas Traumann.

5.6.3 Ideli Salvatti: Ministra da Pesca e Aquicultura em 2011, Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, em 2011 a 2014; e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a partir de abril de 2014

Salvatti começou sua trajetória no movimento estudantil secundarista enquanto cursava a faculdade de Física da Universidade Federal do Paraná. Enquanto estudante, atuou em projetos de alfabetização de adultos (EJA). Participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da periferia da capital paranaense. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Joinville (SC), em 1980, como membro do diretório e da executiva regional. Também desempenhou o cargo de Tesoureira da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e exerceu o cargo de Presidente das três instituições: no Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTE); no Centro dos Direitos Humanos (CDDH) em Joinville; e na Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina (ALISC).

O primeiro cargo eletivo ao qual concorreu foi o de Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 1986, não tendo sido eleita, porém, conseguindo a suplência, pelo PT. No ano seguinte, tornou-se Presidente da Associação dos Licenciados em Santa Catarina (Alisc), que deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores na Educação (Sinte).

Nesse período, foi docente de matemática na rede estadual catarinense, de 1983 até 1994, filiando-se ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE/SC),

e eleita sua presidente por dois mandatos, em 1989 e em 1992. Em 1993, também iniciou sua militância no movimento sindical na Associação dos Professores de Joinville (APJ). Foi uma das fundadoras da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC), responsável pela tesouraria na gestão 1988-1991.

Em 1994, teve êxito nas urnas e se tornou Deputada Estadual, compondo quatro Comissões Permanentes. Presidiu as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação de Leis e foi vice-presidenta das Comissões do Trabalho, Administração e Serviço Público e de Educação, Cultura e Desporto. Reelegeu-se Deputada Estadual em 1998, pelo PT, e seguiu com as mesmas atribuições nas comissões permanentes.

Foi a primeira mulher a se eleger Senadora por Santa Catarina, em 2003, como conseguiu a primeira cadeira, ficou por oito anos no cargo. Integrou como titular as comissões de Meio Ambiente; Educação, cultura e Esporte; e Ciência e Tecnologia. Em 2010, concorreu à Governadora do Estado de Santa Catarina, mas não foi eleita. Durante a presidência de Dilma Rousseff, assumiu três pastas ministeriais, em ordem cronológica: Pesca e Aquicultura, de janeiro a junho de 2011; Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, em 2011; e Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a partir de abril de 2014. Não há registros no verbete pesquisado do CPDOC quanto as atividades ministeriais executadas por Ideli Salvatti.

5.6.4. Iriny Nicolau Corres Lopes: Secretaria de Políticas para as Mulheres de 2011 a 2012

Começou em cargos de representação como Presidente da Associação Capixaba de Mutuários (ASCAM), de 1982 a 1986, no Sistema Financiamento da Habitação, em Vitória, Espírito Santo. Ligava suas atividades partidárias e sindicais à busca por garantia de direitos humanos, entre as décadas de 1980 e 1990. Filiada ao PT desde 1983, foi sua fundadora, no Estado em que residia, compôs o grupo de Formação Política de Movimentos Populares do partido, como integrante do Diretório Nacional.

Foi diretora estadual do partido por três mandatos, de 1990 a 1992 e de 1997 a 2001. No ano seguinte à sua saída da presidência da ASCAM, foi Secretária Geral

do Conselho Comunitário da cidade de Vila Velha. Escolhida como Presidente do Diretório Estadual do PT-ES, de 1990 a 1992, em 1997 retornou ao cargo por dois mandatos consecutivos. No ano de 1999, passou a ser membro do Movimento Nacional de Direitos Humanos e do Fórum “Reage Espírito Santo” contra a Violência, a Impunidade e a Corrupção, ambos sediados na capital capixaba.

Candidatou-se, em 2000, à prefeitura de Vitória, mas não venceu o pleito. Em 2002, elegeu-se Deputada Federal pelo Espírito Santo, tornando-se vice-líder do partido. Pautou sua atuação no atendimento a grupos em vulnerabilidade, como as demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), participando da conhecida “bancada agrária”. Em 2005, foi presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias e titular da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em 2006, foi reeleita deputada federal pelo Espírito Santo, sendo titular, de outras três comissões permanentes: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Viação e Transporte; Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. O Partido dos Trabalhadores, em seu pleito interno, a escolheu como vice-presidente do partido. Em 2010, novamente eleita como Deputada Federal, pediu licença do cargo para se tornar como Ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em janeiro de 2011, substituindo Nilceia Freire, permanecendo no cargo até fevereiro de 2012, quando o transmitiu para a socióloga Eleonora Menicucci de Oliveira.

6.3.5. Luiza Helena de Bairros: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 2011 a 2015

Graduada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1975, especialista em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará, em 1979, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Sociologia pela *Michigan State University*, em 1997, escreveu diversos livros e artigos que fortaleceram os estudos raciais e de gênero no país.

A militância no movimento negro tornou-a integrante do Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1979, em Salvador, Bahia. Elegeu-se como coordenadora nacional do MNU, exercendo mandato de 1991 a 1994. Nesse período, realizou diversas pesquisas que contribuíram para o combate ao racismo, propostas de políticas públicas e equidade racial e de gênero no Brasil, desempenhando a

docência na Universidade Católica de Salvador (PUC-Salvador) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA) além de compor, desde 2001, o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo uma das organizadoras da III Conferência Mundial Contra o Racismo.

Auxiliou na implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional para os Estados de Pernambuco e da Bahia, de 2003 a 2005, dialogando com o Ministério do Governo Britânico para alinhar o projeto do Desenvolvimento Internacional (DFID). Articulou programas no PNUD, para o combate ao racismo institucional nas Prefeituras do Recife e de Salvador, entre 2005 e 2008. Tornando-se, em 2008, titular da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (SEPROMI).

Nomeada ministra, em 2011, para a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), que, em sua gestão, instalou o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), para implementar políticas públicas de promoção da igualdade de oportunidades, combatendo a discriminação e a intolerância. A partir dessa estrutura, conseguiu aprovar a Lei nº 12.711/2012, que estabeleceu os critérios de ação afirmativa para o acesso ao ensino superior a estudantes negros em todo o país pelas cotas raciais. Na mesma linha, implementou reserva de vagas em concursos públicos e editais culturais. Deixou a pasta em 2015, sucedida por Nilma Lino Gomes.

5.6.5 Maria Do Rosário Nunes: Secretaria de Direitos Humanos de 2011 a 2014

Enquanto universitária, foi militante e filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido pelo qual se elegeria vereadora em Porto Alegre, em 1992. Formou-se pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) no ano seguinte. Docente nas redes estadual e municipal no Rio Grande do Sul, especialista em violência doméstica pelo Laboratório de Estudo da Criança, da Universidade de São Paulo (USP), é também mestre em educação e violência infantil pela UFRGS.

Em 1994 migrou de filiação, do PCdoB, para o Partido dos Trabalhadores (PT), legenda pela qual se reelegeu vereadora em 1996. Venceu nas urnas em 1998 para o cargo de Deputada Estadual, tornando-se vice-presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Nas eleições seguintes, sagrou-se deputada federal, assumindo o papel de relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) quanto à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, bem como de coordenadora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Na capital gaúcha, candidatou-se ao cargo de vice-prefeita em 2004, juntamente com Raul Pont (PT), mas não se elegeram. Em 2005, foi vice-presidente do PT, enquanto Ricardo Berzoini presidia o partido. No ano seguinte, reelegeu-se Deputada Federal. Voltou a se candidatar à prefeitura de Porto Alegre, sem êxito em 2008. Foi presidente, em 2009, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

Após, auxiliou na elaboração da campanha e do programa de governo de Dilma Rousseff (PT), em sua candidatura à Presidência da República. Em 2011, reelegeu-se pela terceira vez deputada federal, porém, não ocupou o cargo, para assumir como Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos no governo Rousseff. Quando deixou a pasta, em 2014, foi substituída por Ideli Salvatti e retornou ao posto de Deputada Federal.

5.6.6 Miriam Aparecida Belchior: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2011 a 2015

Engenheira de alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, de 1997 a 2002, assumiu a Secretaria Municipal de Administração e Modernização Administrativa e, logo depois a Secretaria Municipal de Inclusão Social e Habitação, de Santo André, São Paulo. Coordenou, nessas pastas, o Programa de Modernização Administrativa, premiado pela ONU, em 2000.

Concomitantemente, assumiu a docência, em 1999 na Universidade de São Marcos, em São Paulo e, em 2001, na Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento de Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE), ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto, na qual permaneceu até 2009.

Foi membro da equipe de campanha e do programa de governo de Lula da Silva que, ao sair vencedor nas urnas, escolheu Belchior para ser assessora especial do Presidente da República, cargo no qual permanece até 2004, tornando-se, após,

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, executando a função de Secretária Executiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que visava implantar obras para melhoria de infraestrutura social, urbana, logística e energética.

Promovida em 2010 a coordenadora do PAC, geriu programas como o Minha Casa, Minha Vida e o Luz para Todos, que atendiam pessoas em situação de vulnerabilidade quanto a habitação e acesso à energia elétrica, respectivamente. A partir dessa experiência, Rousseff a nomeou para a pasta do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2011, assim que assumiu a Presidência da República. Como ministra, Belchior atuou para promover o controle fiscal dos programas sociais, melhorias na malha de rodovias e ferrovias, reformas em aeroportos, ampliação do sistema elétrico, melhorias em habitação e nas condições de trabalho do funcionalismo público. Permaneceu na pasta até 2015, substituída por Nelson Barbosa.

5.6.7 Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2011 a 2015

Economista graduada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), enquanto universitária participou dos movimentos estudantis e auxiliou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade. Ao concluir a graduação, estabeleceu-se como professora no Rio Grande do Sul, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo. Atuou como coordenadora do Gabinete de Planejamento e Orçamento Participativo na gestão de Olívio Dutra, na Prefeitura de Porto Alegre, de 1989 a 1993.

No referido cargo, promoveu a reforma tributária municipal, negociando com os servidores novos formatos de reajustes salariais. Seguiu com Dutra no governo estadual, de 1999 a 2002, como Secretária substituta e Coordenadora da Secretaria Geral de Governo. Foi integrante da equipe de transição para o primeiro período de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, nomeada subchefe adjunta de Articulação e Monitoramento do Gabinete Civil da Presidência da República.

Campello foi Coordenadora da equipe que construiu o formato do Programa Bolsa Família que, na época, integrava o Programa Fome Zero, do Governo Federal,

bem como assessorou projetos na Casa Civil, a exemplo da Produção de Biodiesel e Etanol, do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e do Mutirão Arco Verde. Este prestava serviços públicos voltados à regularização fundiária e estruturava o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Após participar ativamente dos ministérios de Lula da Silva em seus dois mandatos, foi nomeada por Rousseff, assim que assumiu a Presidência, para a pasta do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em substituição a Márcia Lopes. Enquanto Ministra, coordenou o Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Bolsa Família e articulou políticas nacionais de assistência social, ligadas à segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade. Manteve-se na pasta nos dois mandatos da Presidenta, até maio de 2016, quando a Câmara dos Deputados retirou a Chefe do Executivo do governo, que foi substituída por Michel Temer (PMDB), até então vice-presidente.

5.6.8 Gleisi Helena Hoffmann: Chefe da Casa Civil de 2011 a 2014

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, desde 1992, com MBA em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), concluído em 2002 e com especialização em gestão pública e administração financeira, pelo Instituto do Fundo Monetário Internacional, de Brasília- DF, desde 2000.

Enquanto estudante secundarista, aproximou-se da Teologia da Libertação. Coursou Eletrotécnica no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR). Sua atuação na militância estudantil começou já nesse período, tendo sido eleita Presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMESC). Depois, foi Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e, ainda, assumiu a direção da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Atuou para a reorganização do Grêmio Estudantil no processo de redemocratização do Brasil. Filiou-se ao PT em 1989. Profissionalmente, de 1988 a 1989, assessorou a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), em seguida seguiu para a Câmara Municipal de Curitiba, por quatro anos e, por fim, assessorou, de 1993 a 1998, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, em Brasília.

Em 1999, exerceu a direção no setor de Administração e Finanças na Secretária Executiva de Gestão Financeira do Estado do Mato Grosso do Sul, permanecendo no cargo até o ano de 2000 e, ainda no mesmo estado, foi nomeada pelo governador Zeca do Partido dos Trabalhadores para a Secretaria Extraordinária Estadual de Reestruturação e Ajuste.

Na referida função, reduziu gastos na revisão de cargos comissionados. Em 2001, passou a comandar a Secretaria Municipal de Gestão Pública da prefeitura de Londrina, Paraná. Nesta cidade remodelou o plano de carreira dos servidores da prefeitura e implantou o Pregão Eletrônico, reduzindo gastos municipais. No ano seguinte, participou da transição do governo do presidente Lula e se consolidou como diretora financeira da Hidrelétrica de Itaipu.

Disputou para Senadora no Paraná, em 2006, e para Prefeita de Curitiba, em 2008, mas não foi eleita em nenhum dos pleitos. Escolhida para presidir o partido no Estado, em 2008, foi eleita Senadora em 2010. Nesse cargo, cortou o 14º e o 15º salários dos parlamentares. Em 2011, após a saída de Antônio Palocci, foi indicada Ministra Chefe da Casa Civil por Dilma Rousseff, deixando para o suplente assumir seu cargo no Senado. Permaneceu na pasta por dois anos, sendo sucedida por Aloizio Mercadante.

5.6.9 Eleonora Menicucci De Oliveira: Secretária de Políticas para as Mulheres de 2012 a 2015

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutora pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Universidade de Milão e professora universitária na área de saúde coletiva na Universidade de São Paulo, participou de organizações de esquerda após a ditadura ser implantada no Brasil, tendo sido presa por três anos em São Paulo, onde conheceu Dilma Rousseff.

Após ser libertada, começou a lecionar na Universidade federal da Paraíba (UFPE), e iniciou sua militância enquanto feminista, tornando mulheres protagonistas de suas pesquisas. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 80, pautou sua participação pelo feminismo. Participou da 1º Secretaria Nacional de

Mulheres do Partido dos Trabalhadores e, em 1983, compôs o Grupo de trabalho de elaboração do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

Atuou como assessora especial da Comissão Nacional de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1984, foi nomeada coordenadora do Grupo de Trabalho de Gênero da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Foi uma das fundadoras da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexuais, em 1991, e também atuou no Conselho Nacional de Saúde, vinculado ao Ministério da Saúde, instância máxima de deliberação do Sistema Único de Saúde (SUS), representando a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivo, em 1994.

Cofundou, em 1998, a Casa de Saúde da Mulher Domingos Delascio da, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que cuida de mulheres vítimas de violência sexual. Em seu currículo também está a atuação no Grupo de Trabalho de Gênero da Abrasco (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva), de 2006 a 2011, período no qual produziu conhecimentos sobre os impactos das desigualdades sociais entre homens e mulheres na saúde.

Finalmente, a partir de 2008, participou do Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Nomeada por Rousseff em 2012, passou a responder pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, combatendo, em diversas instâncias, as violências e desigualdades de gênero no país. O acervo do jornal *O Globo*, entretanto, não faz referência ao primeiro mês de Menicucci na referida Secretaria, correspondente ao período de 10 de janeiro a 9 de fevereiro de 2012.

5.6.10 Kátia Regina De Abreu: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2015 a 2016

Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG), desde 1988, e produtora rural, inovou ao implantar a tecnologia de inseminação artificial em sua propriedade, na produção agropecuária. Destacando-se no setor, foi convidada a se candidatar-se a Presidente do Sindicato Rural de Gurupi. Eleita, foi a primeira mulher a presidir uma entidade rural no Brasil. Sua gestão promoveu a modernização do sindicato e implementou, o projeto social Sindicato no Campo.

Filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) em 1995. Após, foi eleita por quatro mandatos consecutivos à Presidência da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, permanecendo até 2005. Em 1998, transferiu sua filiação para o Partido da Frente Liberal (PFL) e saiu candidata a Deputada Federal pelo Tocantins, sagrando-se suplente. Em 2002, elegeu-se, efetivamente, para a Câmara Federal, tornando-se a primeira vice-líder do PFL na Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, participou das Comissões Permanentes de Agricultura e Política Rural; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Também fez parte da Bancada Feminina no Congresso e da Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública. De 2005 a 2008 elegeu-se vice-presidente de Secretaria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Elegeu-se Senadora em 2006 pelo PFL, mas migrou para o Democratas (DEM), reelegendo-se em 2014.

Foi a primeira mulher vice-líder da nova legenda no Senado Federal e titular das seguintes comissões: Infraestrutura; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Constituição, Justiça e Cidadania; e Agricultura e Reforma Agrária. Em 2008 chegou à presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), implantando projetos de capacitação digital e trabalhista no campo. Foi convidada a integrar a equipe ministerial de Rousseff da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, permanecendo até seu impedimento.

5.6.11 Nilma Lino Gomes: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2015

Graduada em Pedagogia, em 1988, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em educação pela UFMG, em 1994, e doutora em Antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP), em 2002, no ano de 2006, iniciou o pós-doutorado em Sociologia na Universidade de Coimbra. Professora titular, desde 1995, no Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG, e coordenadora-geral do Programa Ações Afirmativas da universidade e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Ações Afirmativas (Nera), de 2002 a 2013. Escreveu diversos livros e foi premiada por sua contribuição no combate ao racismo em suas obras.

Conselheira, entre 2010 e 2014, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, função na qual denunciou o livro de Monteiro Lobato, *Caçadas de Pedrinho*, à Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), opinando que o livro abordava os sujeitos negros e o universo africano de forma a construir estereótipos que naturalizavam o racismo no Brasil.

Em 2013, foi a primeira mulher negra a ser eleita reitora de uma universidade pública federal, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Exerceu somente um mandato para, em 2015, integrar a equipe ministerial como responsável pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Mesmo com a reestruturação do número de ministérios, no final de 2015, continuou em uma nova pasta: o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Permaneceu no cargo até o afastamento de Rousseff pela Câmara dos Deputados, com a abertura do processo de *impeachment*, em maio de 2016. Assim, Gomes ingressou na pasta no momento no qual a discussão midiática sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff protagonizava o discurso jornalístico, de maneira que não há matérias que a posicionem enquanto sujeito político, impossibilitando essa análise em específico.

5.6.12 Inês Da Silva Magalhães: Ministério das Cidades em 2016

Formada em Ciências Sociais e especialista em planejamento, era servidora efetiva, trabalhando na avaliação de projetos nas áreas de Habitação, Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Institucional. Foi nomeada Ministra após exercer, por três dias, a mesma função, como interina. Desempenhou, de 2003 a 2005, o cargo de diretora do Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários.

Acompanhou, a partir de 2009, o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Permaneceu no cargo até a destituição da Presidenta Dilma Rousseff. Tendo em vista que a posse de Magalhães ocorreu no último período de Rousseff na presidência, o processo de *impeachment* protagonizava as matérias do Jornal *O Globo*, que, portanto, não publicou matérias voltadas a descrever o perfil político da Ministra, impossibilitando, assim, a competente análise.

5.7 Análise das biografias das Ministras a partir dos capitais

Conforme as biografias apresentadas acima, foram identificados, em relação a cada uma das Ministras, os capitais específicos que elas tinham acumulado, adaptando o modelo bourdesiano original, antes de tomar posse no maior cargo de cada pasta. O objetivo, justamente, é analisar em que medida o discurso elaborado pelo Jornal O globo contrasta (ou não) com os capitais adquiridos até aquele momento por essas mulheres. A seguir, observa-se no Quadro 2 como se apresentam esses capitais em cada uma das ministras.

Quadro 2: Capitais acumulados pelas Ministras dos Governos do Partido dos Trabalhadores antes de sua posse

Ministra	Capital cultural	Capital laboral	Capital político (cargos exercidos)	Capital ativista/social
Benedita da Silva	Auxiliar de Enfermagem e Assistente Social		Vereadora, Prefeita Municipal, Deputada Federal e Governadora	Militante social e partidária
Dilma Rousseff	Economista, com créditos de mestrado e doutorado		Secretária Municipal	Militante partidária
Marina Silva	Historiadora, pedagoga	Professora	Vereadora, Deputada Estadual e Senadora	Militante partidária
Emília Xavier	Pedagoga, diretora escolar, especialista em planejamento escolar		Vereadora e Senadora	Militante partidária e sindicalista
Matilde Ribeiro	Assistente social, mestre e doutora em psicologia social	Servidora pública		Militante partidária
Nilcéa Freire	Médica, mestre em Zoologia	Servidora Pública, Professora Universitária		Militante partidária

Marta Suplicy	Psicóloga e mestre	Apresentadora de TV, terapeuta,	Prefeita Municipal	Militante partidária
Erenice Guerra	Graduação em direito, especialização em direito sanitário	Servidora pública		Militante partidária
Izabella Teixeira	Bióloga, mestre e doutora	Servidora pública		
Márcia Lopes	Assistente social, especialista e mestre em serviço social	Professora universitária	Secretária Municipal	
Ana de Hollanda	Artista	Promotora cultural	Secretária Municipal	
Helena Chagas	Jornalista	Servidora Pública e Jornalista da Rede Globo e do SBT		
Ideli Salvatti	Física	Servidora pública e Professora	Deputada Estadual e Senadora	Militante partidária e Sindicalista,
Iriny Lopes			Secretária Municipal e Deputada Federal,	Sindicalista e militante
Luiza Bairros	Administradora, mestre em ciências sociais e doutora em sociologia	Pesquisadora, servidora pública e professora universitária		Militante partidária
Maria do Rosário	Pedagoga	Servidora pública e professora	Deputada Federal e Senadora	Militante partidária
Miriam Belchior	Engenheira de alimentos, mestre em Administração Pública	Servidora pública, professora universitária e pesquisadora	Coordenadora do PAC	Militante partidária
Tereza Campello	Economista	Professora universitária	Secretária Municipal e Secretária de Estado,	Militante partidária
Gleisi Hoffmann	Graduada em Direito, especialização e		Secretária Municipal, Secretária Estadual,	Militante partidária

	MBA em Gestão Pública		Diretora de Itaipu e Senadora	
Eleonora Menicucci	Cientista social, mestre e doutora em sociologia, com pós-doutorado	Professora universitária e pesquisadora		Militante partidária
Kátia Abreu	Psicóloga	Produtora rural	Deputada Federal e Senadora	Militante partidária e sindicalista
Nilma Gomes	Pedagoga, mestre em educação, doutora em antropologia social, com pós-doutorado	Servidora Pública, Professora Titular, Pesquisadora, Conselheira e Reitora		
Inês Magalhães	Cientista social, especialista em planejamento	Servidora Pública e pesquisadora		

A partir dos capitais acima expostos, demonstra-se que todas as Ministras tinham, em maior ou menor medida, preparo para os cargos que ocuparam. A esmagadora maioria delas detinha título de pós-graduação *stricto sensu*. Nesse mesmo sentido, nove tinham mestrado e cinco eram doutoras. Quanto às suas atividades no mundo do trabalho, a maioria tinha capitais relevantes, tendo atuado como servidoras públicas de carreira e nove (9) ocuparam posições acadêmicas. No concernente ao capital político, quase todas apresentavam experiência em cargos eletivos ou de confiança.

Assim, de forma geral, as Ministras acumulavam diversos capitais superiores ao da maior parte da população brasileira e dos membros do sistema político, homens ou mulheres, pois praticamente todas têm formação superior, trabalharam na Administração Pública, são professoras universitárias e demonstram um alto capital político e relacionado ao ativismo. Aliás, a maior parte delas acumula, de uma forma ou de outra, todos os referidos capitais. É compreensível, portanto, que tenham chegado a exercer funções relevantes na estrutura governamental.

No mesmo sentido, a esmagadora maioria detinha experiência no ativismo partidário e social, demonstrando, portanto, sua vocação para a política. Após a descrição profissional, política, acadêmica e ativista das ministras, cronologicamente,

bem como seu respectivo enquadramento em uma das espécies de capital, a partir da teorização feita por Bourdieu, serão tratados os dados obtidos por intermédio da aplicação do *NVivo* às matérias do Jornal *O Globo* selecionadas para observar se, efetivamente, verifica-se tratamento incapacitante no desempenho das mulheres que ocuparam cargos ministeriais, apesar de apresentarem capitais políticos, laborais, ativista-sociais e culturais, antes mesmo de assumirem os respectivos cargos ministeriais.

Capítulo 6 - Análise das categorias discursivas midiáticas encontradas no Jornal *O globo* quanto às Ministras dos governos do PT

O objetivo do presente capítulo é a análise pormenorizada das categorias referentes às mulheres em relação à política institucional, identificadas a partir das teorias estudadas nos tópicos anteriores e na análise indutiva do material empírico utilizando o software de análise qualitativa *N-Vivo*. Na primeira seção são apresentadas as dimensões e as categorias identificadas no decorrer dessa análise.

Na segunda seção, passa-se efetivamente a análise da ocorrência das categorias nas matérias publicadas pelo Jornal *O Globo* acerca das Ministras nomeadas durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Trata-se, dessa forma, da parte mais importante da pesquisa, tendo em vista que a partir das categorias identificadas com o auxílio do software *N-Vivo*, é possível verificar a hipótese central deste trabalho, acerca do discurso midiático relacionado às mulheres em relação à arena político-institucional.

6.1 Análise das dimensões e das categorias de análise que descrevem a forma como o jornal *O Globo* trata das mulheres ministras nos governos do PT

A pesquisa feita nas matérias relacionadas às Ministras das Administrações Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff permitiu identificar quatro grandes dimensões de análise, compostas cada uma delas por um conjunto de categorias. As dimensões identificadas, a partir de uma análise dupla, teórica e indutiva, do material foram: “relacionamentos”; “deslocamento”; “comparações de gênero”; e “idiosincrasias”.

A construção das referidas categorias deu-se por intermédio dos padrões discursivos trabalhados nas primeiras duas partes da pesquisa, naquilo que se relaciona ao teor semântico dos questionamentos efetuados pelo movimento feminista, notadamente no que concerne aos efeitos deletérios resultantes da divisão sexual do trabalho. Estes foram utilizados para a formatação das expressões e seu enquadramento posterior em cada uma das dimensões formuladas. A leitura desses materiais permitiu o refinamento indutivo das categorias e, conseqüentemente, das dimensões nas quais se enquadram.

A primeira, *relacionamentos*, que capta relações afetivas, familiares e profissionais, reunindo as seguintes categorias: “apadrinhamento”; “descrédito por laços”; “falta de apoio”; e “mãe e esposa”. A dimensão *deslocamento* é composta pelas categorias: “apelidos pejorativos”; “emoção”; “equivoco”; “anonimato”; “autoestima”; “ineditismo”; “inflexibilidade” e “*double mind*”. A dimensão *comparações de gênero* abarca as categorias: “piada”; “não protagonismo”; “requisito de qualidade”; e “guerrilha”. Por último, a dimensão *idiosincrasias* é formada pelas seguintes categorias: “cuidado”; “elogio”; e “estética”. As grandes dimensões com as categorias correspondentes perfazem o seguinte quadro:

Quadro 3: Dimensões e categorias de análise elaboradas com o Software N-Vivo

Dimensão:	Categorias(nós)	Descrição das categorias
<u>Relacionamentos</u>	<i>Apadrinhamento</i>	Tutor como avalista da mulher enquanto sujeito político
	<i>Descrédito por laços</i>	Redução de mérito do papel político por relações familiares e políticas
	<i>Falta de apoio</i>	Ênfase na dificuldade de aprovação do direcionamento da pasta para os demais ministros
<u>Deslocamento</u>	<i>Mãe e esposa</i>	Papéis do âmbito privado que estão presentes no enquadramento de mulheres
	<i>Apelidos</i>	Desvalorização diante da hierarquia política, assim e demarcação de sujeito como estranho
	<i>Emoção</i>	Afetos e sentimentos enfatizados em detrimento de valores racionais
	<i>Equívoco</i>	Posicionamentos e ações das ministras que foram discursivamente reprovadas pelo editorial ou outros sujeitos políticos
	<i>Anonimato</i>	Utilização de sujeitos ocultos para criticar a capacidade política das ministras
	<i>Autoestima</i>	Construção simbólica de que a própria ministra não se vê com os atributos necessários para o cargo e por isso sente-se insegura
	<i>Ineditismo</i>	Descrédito da imagem política, por ser novata, sendo necessária a avaliação constante quanto a seu comportamento
	<i>Inflexibilidade</i>	Característica não compatível com o âmbito de negociação intrínseco a política
	<i>Double mind</i>	Independente da postura possível que a mulher tome será posicionada de forma pejorativa ou negativa, com críticas desqualificadoras
	<u>Comparações de gênero</u>	<i>Piada</i>
<i>Não protagonismo</i>		Ministra não é citada ou é colocada em segundo plano, mesmo em seu momento de posse e prestígio.
<i>Requisito de qualidade</i>		Falta de atributos para ter o necessário para compor a arena política
<i>Guerrilha</i>		O enquadramento de gênero diante da atuação militante no período histórico da ditadura.
<u>Idiossincrasias</u>	<i>Cuidado</i>	Valor culturalmente intrínseco ao feminino que centraliza nelas o papel de cuidadora maternal
	<i>Elogio</i>	Pontuações positivas como justificativas para sua nomeação

<i>Estética</i>	Característica externa ao âmbito político em que a mulher é constantemente avaliada
-----------------	---

Foram analisadas, no total, sessenta e duas matérias (M01 a M26), que constam do Anexo, sendo apresentadas a continuação as incidências de cada dimensão e de suas respectivas categorias.

6.2 A dimensão *relacionamentos*

A dimensão *relacionamentos* concerne às relações afetivas, familiares e profissionais da mulher. O *apadrinhamento*, primeira categoria desta dimensão, também pode ser chamado de *relação criador/criatura*. Seu pressuposto é que a mulher apenas conseguiu galgar sua posição política destacada por indicação, apoio ou apadrinhamento de um outro indivíduo, geralmente homem; o qual, por sua vez, torna-se seu tutor e, especialmente, seu avalista. A mulher, então, passa a depender de seu “padrinho” enquanto sujeito político.

Em segundo lugar se encontra o *descrédito por laços*, que tende a reduzir o mérito do papel político da mulher, em decorrência de relações afetivas, familiares e profissionais, especialmente no âmbito político-institucional. Já em sentido oposto se encontra a terceira categoria da dimensão relacionamentos, *falta de apoio*, que corresponde à situação na qual, em decorrência de ser mulher, o sujeito político encontra obstáculos pessoais quanto à aprovação do direcionamento que deseja dar à instituição sob seu comando.

A quarta categoria desta dimensão, *mãe e esposa*, também pode ser chamada de *rol mãe-esposa*, correspondendo ao modelo estrutural-patriarcal que determina que a mulher deve passar por uma socialização de gênero, submetendo-se a um controle masculino, familiar e social próprio. Essa estrutura é capaz de negar a ela a perspectiva de realização de projetos, necessidades ou desejos próprios, para além daqueles derivados de seu papel de mãe-esposa, restringindo o papel da mulher à divisão sexual do trabalho que a posiciona como agente reprodutor e cuidador do lar. Nesse sentido, para os homens inseridos na política, a família representaria apoio, enquanto, para as mulheres, seria um fardo. A partir daqui passamos para a análise empírica das categorias desta dimensão no corpus de documentos.

6.2.1 A categoria *apadrinhamento*

Dentre as matérias analisadas, foram encontradas dezoito (18) nas quais a referida categoria aparece, em um total de quarenta e uma (41) referências. Na análise desta categoria, foram selecionados alguns trechos mais significativos que, por sua vez, foram agrupados de acordo com as características do “padrinho”: em algumas ocasiões, é referenciado um familiar; em outras, lideranças políticas ou a máquina política do partido; e em outros, é referida a própria figura do Presidente da República. Contudo, há matérias nas quais as subcategorias ocorrem simultaneamente.

Por exemplo, na M38-04-01-11, identifica-se a referida subcategoria nos trechos “[...] ministra chora ao citar Lula e Celso Daniel” e “[...] mencionou Lula e o ex-marido Celso Daniel”. Nesse caso, portanto, verificam-se as subcategorias de apadrinhamento familiar, político-partidário e presidencial, de modo que a delimitação ocorrerá pela ênfase dada a cada uma delas em detrimento das outras que, eventualmente, estão presentes nas mesmas reportagens.

O primeiro grupo de referências da categoria *apadrinhamento* diz respeito a familiares que atuam como “fiadores políticos” das mulheres que ascendem a posições político-institucionais de destaque. Na M27-01-04-10, a categoria se encontra no título (“irmã de Carvalho vira ministra”) e “[...] irmã do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho [...]”. Na M44-09-06-11, destaca-se o seguinte trecho:

[...] Paulo Bernardo disse que Gleisi recebeu orientações de Dilma para focar sua gestão na coordenação dos programas do governo. Defendeu as habilidades políticas dela: - Acham que a Gleisi tem quatro meses de experiência, mas ela milita no movimento estudantil desde os 14 anos. Fez três campanhas. Tem experiência. Não vai fazer articulação política porque não é sua atribuição. É disciplinada. Se receber orientação para se concentrar na área administrativa, vai fazer. Não vai se meter em área para a qual não seja designada pela presidente - disse ele, explicando que Dilma a conhece desde 2002 e gosta do seu trabalho.

No mesmo sentido se encontra o trecho “[...] de ‘trator’, ‘pitbull’ ou ‘esquentadinha’, Paulo Bernardo defendeu: - Que trator, está mais para bicicleta. E se a Casa Civil rejeitar um projeto seu? - Ela vai ficar sem macarronada”. Na M46-11-06-11, observa-se a subcategoria no trecho “[...] era um choro de gratidão. Afinal, o marido ajudou-a a conspirar contra Palocci [...]”. Já na M51-12-06-11, as referências

se encontram nos trechos “[...] Paulo Bernardo é um articulador político experimentado e orientará sua mulher nessa área [...]”, referindo-se ao então marido da Ministra e “[...] da República serão feitos na mesa de café do casal.

O segundo grupo de referências relacionadas à categoria apadrinhamento reúne matérias que citam lideranças políticas que exercem a função de apadrinhar e, até mesmo, tutelar as Ministras. Na M02-03-01-03, identificam-se os trechos “[...] emocionada, ministra cita Chico Mendes [...]” e “[...] com voz embargada, lembrou o ambientalista Chico Mendes”. Já na M18-21-06-05, encontra-se essa subcategoria no próprio título e nas expressões “[...] apoiou a escolha da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para a chefia da Casa Civil no lugar de José Dirceu [...]”, “[...] não economizou elogios ao falar da Ministra [...]”, “[...] Dilma é uma gestora de primeira, com grandes qualidades políticas. Se ela for indicada [...] tenho a sensação que estaremos muito bem servidos”. Na M21-22-06-05, identifica-se a subcategoria no trecho “[...] Dilma foi chamada de “camarada de armas” pelo amigo e antecessor José Dirceu [...]” e “[...] encerrado seu pronunciamento, o ex-ministro cumprimentou Dilma com um forte abraço [...]”.

Na M44-09-06-11, a subcategoria é identificada nos trechos “[...] aqueles que falaram, infelizmente, por dor de cotovelo ou por falta de espaço, dizendo que a senhora tem pouca experiência na vida política, quero dizer a essas pessoas que não estamos em busca de macacos velhos ou de bananeira que já deu cacho” e “[...] a presidenta Dilma lhe deu a função da gestão, mas, neste gesto, ela começa a acertar também na articulação política. Parabéns, senadora Gleisi! Estamos na torcida e vamos ser seus aliados aqui de toda hora - disse Lindbergh Farias (PT-RJ)”. Na M46-11-06-11, observa-se a subcategoria nos trechos: “[...] convém traduzir aos desavisados: ‘gestora’, agora, significa militante partidária que ganhou cargos na burocracia [...]”; “[...] é célula do PT na máquina pública, é desconhecida, não tem relevância política e, acima de tudo, é mulher [...]”; “[...] por trás dos fetiches feministas e slogans reciclados [...]”.

O terceiro grupo de referências reúne as figuras presidências, especificamente, Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente, como “fiadores” das mulheres ocupantes de posições ministeriais. Na M-48-11-06-11, identifica-se essa subcategoria nos trechos: “[...] Dilma se cerca de mulheres no Planalto e “o Planalto virou o Palácio das mulheres da presidente Dilma Rousseff. Na M61-06-01-15, identifica-se a subcategoria no trecho “[...] mas ter dado a seu partido, o PMDB - que

a considera da cota pessoal da presidente Dilma Rousseff -, Kátia agradeceu à sigla em seu discurso. Citou o vice-presidente Michel Temer e o presidente do PMDB [...].

Já na M17-21-06-05, identifica-se a categoria no trecho “[...] estilo de Dilma foi elogiado por Gilberto Gil: “Ela tem um lado macho na forma de imprimir gestão. Ao mesmo tempo, é uma mulher [...]”. Na M19-21-06-05, identifica-se essa subcategoria nos trechos “[...] ela foi escolhida porque o presidente viu nela os atributos necessários para chefiar o novo Gabinete Civil, de natureza eminentemente técnica” [...].

Na M20-21-06-05, identifica-se a subcategoria no trecho “[...] Lula argumentou que ela reúne qualidades como boa gestora, perfil ético. E ressaltou o fato de ser a primeira mulher a assumir um cargo desse porte no país. Na avaliação de Lula, isso ajudaria a blindar o Planalto em momento de crise política [...]”. Na M21-22-06-05, identifica-se a subcategoria nos trechos “[...] embora sua escolha tenha indicado a intenção do presidente Lula de dar perfil eminentemente técnico à Casa Civil [...]”.

Na M22-23-06-05, encontra-se a subcategoria no trecho “[...] se minha escolha ajuda a romper barreiras, devo compartilhar esta graça com todas as mulheres brasileiras, louvando a sensibilidade do presidente Lula [...]”. Na M46-11-06-11, observa-se a subcategoria nos trechos: “[...] o lucrativo investimento no fetiche das mulheres no poder [...]”; “[...] unha e carne com Dilma, Erenice era classificada como ‘gestora’ [...]”; “[...] dizem que ela chega à Casa Civil para ser a Dilma da Dilma. Não poderia haver definição mais exata. É a invenção da invenção [...]”.

Da análise da primeira categoria da dimensão relacionamento, pode se concluir que as ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais foram especialmente destacadas pelo Jornal *O Globo*. Já Hoffman e Salvatti, “apadrinhadas” por Rousseff após sua eleição para a presidência da República, foram indicadas em detrimento de sua pretensa agressividade em relação aos membros do Parlamento. Em todos os casos, restou subentendido que as nomeações ocorreram apenas em decorrência da vontade politicamente injustificável dos Presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente.

6.2.2 A categoria *descrédito por laços*

A categoria *descrédito por laços* apareceu em dez (10) matérias, em um total de vinte e duas (22) referências. Na M38-04-01-11 observa-se uma ocorrência. Já na

M27-01-04-10, observam-se seis (6) referências, especificamente nas expressões “irmã de Carvalho vira ministra”, “estou aqui há sete anos e nunca tive uma promoção”, “irmã do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho [...]”, “Gilberto Carvalho disse a mim e a Márcia que estava muito feliz, porque o ministério estava passando de um Irmão para uma irmã - discursou Patrus”, Gilberto Carvalho estava na plateia. Ao chegar, ele brincou com fato de ver a irmã prestigiada por Lula” e “agora transforma a minha irmã em ministra”.

Na M13-22-01-04, encontram-se 2 referências, correspondentes às expressões “Eduardo Campos é o único entre os filhos e netos a seguir os passos do avô Miguel Arraes” e “Único entre os filhos e netos a seguir os passos do avô Miguel Arraes, a vocação pela política manifestou-se desde cedo para Eduardo Campos. Ele conta que desde criança a mãe preocupava-se com seu interesse por assuntos de gente grande e da política”.⁵

Na M51-12-06-11, foram encontradas três (3) referências, nas expressões “Qual dos dois seria o convidado? - O que atender - disse Dilma”, “Paulo Bernardo é um articulador político experimentado e Orientará sua mulher nessa área” e “[...] da República serão feitos na mesa de café do casal”. Na M44-09-06-11, foi encontrada uma referência, na seguinte expressão “Sobre os apelidos dados à nova ministra de ‘trator’, ‘pitbull’ ou ‘esquentadinha’, Paulo Bernardo defendeu: - Que trator, está mais para bicicleta. E se a Casa Civil rejeitar um projeto seu? - Ela vai ficar sem macarronada”.

Na M46-11-06-11, foram encontradas cinco (5) referências, nas expressões “[...] o lucrativo investimento no fetiche das mulheres no poder”, “Antes da escolha de Palocci, esse cargo estava reservado à inesquecível Erenice Guerra - que com seu instinto maternal acolhera parentes e amigos no banquete da Casa Civil”, “Convém traduzir aos desavisados: ‘gestora’, agora, significa militante partidária que ganhou cargos na burocracia[...]”, “Dizem que ela chega à Casa Civil para ser a Dilma da Dilma. Não poderia haver definição mais exata. É a invenção da invenção” e “Quando Lula tentava bancar a permanência do ex-ministro, o casal buzinou no ouvido do ex-presidente que Palocci era um homem morto. A causa era nobre: nunca antes na história deste país houve um casal de ministros. Mais uma bonita lenda deste

⁵ Demonstra-se, com isso, as diferenças de tratamento discursivo observáveis entre homens e mulheres pelo Jornal *O Globo*, especificamente quanto à tradição familiar na política.

governo”. Na M61-06-01-15, foi encontrada uma referência, na expressão “Nem sempre, mas ter dado a seu partido, o PMDB - que a considera da cota pessoal da presidente Dilma Rousseff -, Kátia agradeceu à sigla em seu discurso. Citou o vice-presidente Michel Temer e o presidente do o PMDB”. Na M19-21-06-05, foi encontrada uma referência, na expressão:

Como o antecessor, José Dirceu, participou (até mais diretamente) da luta armada contra a guerrilha, o que valia ontem a piada de que a pasta é cota deste segmento do PT. Só piada. Ela foi escolhida porque o presidente viu nela os atributos necessários para chefiar o novo Gabinete Civil, de natureza eminentemente técnica. Para aceitar, ela mesma fez questão de retirar da pasta algumas atribuições que acabariam exigindo alguma forma de relacionamento com o Congresso. Ela não quer confusão com esta gente. Seu negócio será mesmo coordenar a gestão e funcionar como elo entre os demais ministros e o presidente. A reputação de boa administradora ela construiu como ministra das Minas e Energia.

Em sentido similar (e até complementar) à categoria *apadrinhamento*, o *descrédito por laços* aparece no Jornal *O Globo* como uma forma de descrédito atribuído às Ministras, que somente teriam ascendido aos Ministérios em decorrência das relações familiares, sanguíneas, amorosas ou de amizade com os Presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff. Note-se, além disso, que os Ministros, ao contrário, tiveram suas tradições familiares na política exaltadas, exemplo de Eduardo Campos.

6.2.3 A categoria *falta de apoio*

A *falta de apoio*, ocorreu em seis (6) das matérias analisadas, em um total de dezenove (19) referências. Na M15-18-01-05, foram encontradas três (3) referências, nas expressões “No fim do dia, porém, começaram as reações. Antes de embarcar para São Paulo, o presidente ouviu ponderações sobre as consequências de adotar um perfil técnico para a Casa Civil [seria o caso de Dilma Rousseff assumir a pasta]. Homem forte do Planalto no primeiro ano do governo Lula, Dirceu perdeu poder com o escândalo Waldomiro Diniz - seu ex-assessor, flagrado cobrando propina de um empresário de jogos eletrônicos - e acabou deixando o governo agora, em meio à pior crise política do governo Lula, provocada pelas denúncias de corrupção em estatais e pelo suposto pagamento de mesada a deputados do PP e do PL em troca de apoio no Congresso”, “[...] Dilma é criticada por parlamentares por não retornar as ligações

e não atender pedidos de audiência. Outro desafeto de Dilma é o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), que teve o nome de um afilhado barrado por ela para uma diretoria de estatal - citada por ele como a diretoria “que fura poço e acha petróleo” e “Mas a pressão contrária partiu de ministros da área política, que não querem deixar os cargos na Esplanada, e de setores do PT que torciam para [...]”.

Na M18-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “em Brasília, escolha provoca reações contrárias do PT”. Na M20-21-06-05, foram encontradas duas referências, nos trechos “Seu nome foi oficializado apesar das resistências dentro do governo, do PT e entre partidos da base aliada” e “A confirmação do nome de Dilma Rousseff seria feita hoje, mas foi antecipada para evitar desgaste prévio da ministra, que vinha sendo criticada por petistas e aliados devido ao seu temperamento forte e sua pouca disposição para relações com o Congresso[...]”.

Na M16-20-06-11, foram encontradas sete (7) referências, nos trechos “[...] petistas resistiam ontem à escolha de Dilma e ainda tentavam convencer o presidente a mudar de ideia. Sabendo disso, Dilma chegou a dizer a Lula que não gostaria de mudar de pasta”, “No PT, alguns insistiam em uma opção que não esvaziasse a Casa Civil politicamente”, “diante das pressões, a ministra teria dito que não quer a Casa Civil”, “[...] apesar das pressões de aliados e ministros. Lula continuaria decidido a adotar um perfil técnico para a Casa Civil”, “Se aceitar a Casa Civil, Dilma terá de contornar essas pressões. Alguns ministros e interlocutores alertaram o presidente de que o cargo cuida de projetos e medidas provisórias e que isso exige uma certa flexibilidade para negociar com o Congresso”, “[...] a ministra é respeitada por Lula por sua capacidade técnica [...] Mas ela é muito criticada por parlamentares, principalmente do PMDB, por sua falta de habilidade para negociar” e “Dilma é uma excelente ministra e uma pessoa séria mas não tem vida partidária nem relacionamento com o partido - disse um cacique petista”.

Na M43-04-06-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “Para aliados e oposição, Ideli na articulação é um bombeiro com gasolina num incêndio”, “Ficar em cima do muro não é com ela. Alvo de adjetivos irônicos ao longo dos anos em que passou por Brasília e especialmente nos últimos dias, a nova ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, é uma camaleoa”, “Nos embates em plenário, viraram folclore as trocas de farpas com os ex-senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e José Jorge (DEM-PE), que se divertiam ao implicar com a senadora”.

Assim como em relação às categorias anteriores, a ascensão aos respectivos Ministérios, na forma tratada pelo Jornal *O Globo*, não encontrou apoio nas bases partidárias ou nos órgãos de poder potencialmente mais afetados por suas funções.

6.2.4 A categoria *mãe e esposa*

Quanto à categoria *mãe e esposa* foram encontradas doze (12) matérias, com trinta (30) referências. Na M38-04-01-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “mencionou Lula e o ex-marido Celso Daniel”, “[...] se Daniel estivesse vivo, talvez ocupasse o cargo que ela assumia naquele momento. Na M03-03-01-03, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “[...] fez juras de amor ao marido” e “[...] minha paixão e dedicação a esse homem maravilhoso – disse”. Na M-48-11-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho “Dilma seria uma verdadeira mãe [...]”.

Na M04-03-01-03, foram encontradas três referências, nos trechos “[...] infelizmente, a vida política me ausentou durante dez anos da minha família, da minha cidade natal [...]”, “[...] esposa e companheira Maria Rita, pelo apoio que tem me dado esses anos todos [...]”, “[...] agradeço a elas por terem me suportado na ausência todos esses anos. Tenho procurado ser um bom pai, mas reconheço que a vida política tem nos afastado muito delas”.

Na M13-22-01-04, encontraram-se três (3) referências, nos trechos “Mas a opção acaba prejudicando outro lado do pernambucano: ficar mais com a família, a mulher Renata e os três filhos”, “Para compensar a ausência, leva os filhos ao colégio quando está na cidade” e “foi com a família para a casa de praia, mas antes comprou com eles o material escolar para o ano letivo”.

Na M51-12-06-11, foi encontrada uma referência, nos trechos “[...] da República serão feitas na mesa de café do casal”. Na M44-09-06-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “Paulo Bernardo mandou os filhos subirem para beijar a mãe[...]”, “Sobre os apelidos dados à nova ministra de de “trator”, “pitbull” ou “esquentadinha”, Paulo Bernardo defendeu: - Que trator, está mais para bicicleta. E se a Casa Civil rejeitar um projeto seu? - Ela vai ficar sem macarronada”, “‘Dizem que vou ser muito mandado’ Paulo Bemardo brinca e ameaça deixar Gleisi sem macarronada”.

Na M46-11-06-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “Antes da escolha de Palocci, esse cargo estava reservado à inesquecível Erenice Guerra - que com seu instinto maternal acolhera parentes e amigos no banquete da Casa Civil”, “Gleisi já começou fazendo tudo certo. Na posse, chorou ao citar o marido, Paulo Bernardo, que é ministro das Comunicações”, “Era um choro de gratidão. Afinal, o marido ajudou-a à conspirar contra Palocci” e “Quando Lula tentava bancar a permanência do ex-ministro, o casal buzinou no ouvido do ex-presidente que Palocci era um homem morto. A causa era nobre: nunca antes na história deste país houve um casal de ministros. Mais uma bonita lenda deste governo”.

Na M01-02-01-03 foi encontrada uma referência, no trecho “A secretária de Assistência Social, Benedita da Silva, também foi muito aplaudida, Seu marido, Antonio Pitanga, e sua enteada, Camila Pitanga, eram os mais animados. Os dois gritavam sem parar os nomes dos ministros”. Na M43-04-06-11 2 referências, nos trechos “Quando precisa, uma leoa. Aos 59 anos, na vida doméstica ou na política [...] quando se trata das coisas do coração ou de defender um lado, mesmo que tenha de abraçar o diabo” e “[...] para emagrecer e ficar bonita”. Na M53-13-06-11, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “Ela é líder, comanda, mas não deixa de ser mãezona” e:

Os homens não têm o direito de se assustar com mulher (risos). Eles sabem muito bem, até porque todos eles respeitam suas respectivas mães, que mulher tem essa sensibilidade, quando precisa ser dura é dura, quando precisa ser carinhosa é carinhosa. Diferentemente de boa parte dos homens, conseguimos não só fazer várias coisas diferentes ao mesmo tempo, como também fazemos de forma diferente várias coisas.

Tendo em vista ser especificamente dirigida às mulheres, é impossível estabelecer comparativos com os Ministros, salvo na normalidade atribuída pelo Jornal *O Globo* àqueles que, a exemplo de José Dirceu, admitiram que suas funções políticas os distanciaram de sua família, enquanto que, no tocante às Ministras, misturavam-se suas vidas públicas e domésticas ou se atribuía destaque às qualidades atribuídas estruturalmente à maternidade.

6.2.5 Síntese dos resultados encontrados na dimensão *relacionamentos*

Demonstra-se a concatenação entre a dimensão *relacionamentos* com as relações afetivas, familiares e profissionais da mulher, notadamente em decorrência de suas categorias *apadrinhamento*, *relação criador/criatura*, *descrédito por laços*, *falta de apoio* e *mãe e esposa*, relacionadas aos obstáculos estruturalmente impostos às mulheres quanto à concretização das perspectivas pessoais e profissionais das mulheres. Em relação às ocupantes da Casa Civil e do Ministério das Relações Institucionais tais categorias foram especialmente referidas quanto às suas relações com os respectivos Presidentes, familiares, cônjuges ou colegas de partido.

Em sentido paralelo se encontra a categoria *descrédito por laços*, que, entretanto, parece não se referir aos Ministros de forma detrimetosa, a exemplo do que se observou quanto à tradição política familiar do Ministro Eduardo Campos. A *falta de apoio* também se demonstrou fator digno de destaque, a demonstrar os entraves apresentados às nomeações das Ministras Rousseff e Hoffman pelas bases do Governo e pelo próprio Partido dos Trabalhadores.

Já a categoria *mãe e esposa* é constante em relação à maior parte das Ministras, observável, entretanto, a contradição entre os predicados estruturalmente impostos às mulheres e aos homens, notadamente em comparação ao José Dirceu, que admitiu, expressamente, o afastamento de sua família provocado pelo exercício de funções políticas.

6.3 A dimensão *deslocamento*

A segunda dimensão, do *deslocamento*, representa as construções discursivas que expressam que as posições político-institucionais não deveriam ser ocupadas por mulheres. Nesse contexto, a primeira categoria desta dimensão, *apelidos pejorativos*, refere-se às alcunhas e epítetos voltados a abalar a autoestima da mulher e, por meio dessas ofensas, reforçam as impressões sociais acerca de sua incapacidade política, desvalorizando-a perante a estrutura político-institucional na qual ela busca se inserir, e demarcando-a, portanto, como sujeito estranho a esse contexto.

Já a segunda categoria, *emoção* ou *expressões de emoção sobre a razão*, define que os afetos e sentimentos não são caros ao âmbito político, no qual a

racionalidade e a burocracia são valores primários, de modo que, em decorrência do seu papel de mãe/esposa, a mulher não seria capaz de agir de forma racional, especialmente, sob a pressão exercida sobre o titular de uma posição política de destaque.

A terceira categoria, *autoestima*, tende a apontar para que as mulheres - socializadas para a abnegação, obediência e sacrifício e que, portanto, não tenham alcançado a autoconfiança em sua própria autoridade, - acabem por corroborar a desconfiança coletiva em relação às suas capacidades políticas, constringendo-as na disputa por posições políticas.

No mesmo sentido, encontra-se a quarta categoria, *equivoco*, na qual o homem aponta ou explica conceitos e situações, visando suprir uma suposta falta de capacidade da mulher, atribuindo reprovabilidade aos posicionamentos e às ações das mulheres ocupantes de posições político-institucionais. É nesse sentido que a quinta categoria, *anonimato*, se torne mais evidente, fazendo com que discursos excludentes sejam atribuídos a sujeitos masculinos, de modo a invisibilizar a capacidade política das mulheres.

O *ineditismo*, sexta categoria, consiste em apontar surpresa quanto à ascensão de uma mulher antes desconhecida ou pouco reconhecida no cenário político-institucional a uma posição de destaque. Ao contrário do que ocorre em relação aos homens, produz-se o descrédito da imagem política mulher em decorrência de ser novata, necessitando, portanto, de constante avaliação quanto a seu comportamento.

Já a sétima categoria, *inflexibilidade*, atribui o excessivo rigor de uma mulher ocupante de uma posição político-institucional, remarcando sua inflexibilidade quanto à sua função, característica que prejudicaria a formulação de acordos necessários; sendo, portanto, uma característica incompatível com a habilidade de negociação pressuposta em relação à política. A oitava categoria, *double mind*, descortina que, independentemente da postura tomada pela mulher, está será apontada de maneira negativa ou, até mesmo, pejorativa, mediante críticas desqualificadoras.

6.3.1 A categoria apelidos pejorativos

A categoria *apelidos pejorativos* foi encontrada em quinze (15) delas, com quarenta e uma (41) ocorrências. É possível separar a categoria apelidos pejorativos

em duas sub-categorias: apelidos *individuais*, que, por sua vez, podem ser divididos em *intempestivos*, como “chorona”, “esquentadinha”, “trator”, “briguenta” e *autoritários*, a como “mandona”, “camarada de armas”, “durona”; e *coletivos*, a exemplo de “Luluzinha” e “república de salto alto”. Na M-48-11-06-11, foram encontradas duas (2) ocorrências, nos trechos “de ouvir comentários sobre se é chorona ou durona” e “será mais ‘Jeitosa’ no trato com a mídia”.

Na M44-09-06-11, foram encontradas oito (8) ocorrências, nos trechos “Gleisi nega ser um trator”, “é chamada de “esquentadinha” ou “trator do governo” -, rebateu o apelido de ‘trator’”, “sobre a menção, por alguns opositores, de que sou um trator. Não considero esta a melhor metáfora para quem exerce a política e sempre se dispõe a debater, ouvir e construir consensos”, “comparando-a com a ex-senadora Ideli Salvatti e a chamando de ‘esquentadinha’”, “Também disse que V. Ex. é esquentadinha, como eu também sou”, “Sobre os apelidos dados à nova ministra de ‘trator’, ‘pitbull’ ou ‘esquentadinha’, Paulo Bernardo defendeu [...]”, “Que trator, está mais para bicicleta”, “‘Dizem que vou ser muito mandado’ Paulo Bernardo brinca e ameaça deixar Gleisi sem macarronada”, “tudo indica que o estilo trator da nova chefe da Casa Civil [...]” e “[...] quando deixou de ser o político maneiroso para se transformar num trator”.

Na M46-11-06-11, aparecem duas referências, nos trechos “abriu espaço precioso para a retirada de mais uma coelha da cartola” e “Dizem que ela chega à Casa Civil para ser a Dilma da Dilma”. Na M54-15-06-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “Dez de cada dez das raposas mais felpudas com assento ou trânsito livre no Congresso apostam no fracasso do que batizaram de a I República da Saia Justa”, “se a República do Salto Alto atravessar zonas de pesada turbulência”, “A República do Salto Alto marca o fim de um mito”.

Na M30-02-01-11, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] na geografia do poder do governo da presidente Dilma Rousseff, quatro ministros terão destaque especial e vão dividir as principais tarefas políticas [...]”. Na M21-22-06-05, foram encontradas duas (2) referências “[...] embora sua escolha tenha indicado a intenção do presidente Lula de dar perfil eminentemente técnico à Casa Civil [...]” e “[...] com o passado de guerrilheira [...]”.

Na M19-21-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] a fama de ousada [...]” e “[...] e mandona e mandona vem de longe”. Na M17-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] guerrilheira do cofre”. Na M20-21-06-05,

foram encontradas duas referências, nos trechos “[...] Dilma será uma ‘gerentona’ no comando da pasta ocupada até ontem pelo ex-todo-poderoso José Dirceu [...]” e “uma ‘gerentona’”.

Na M22-23-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] fama de mandona: ‘Parece até que vivo num mundo de homens suaves e meigos’. E negou que seja intransigente. ‘Tenho opiniões claras e brigo por elas. Mas se me convencerem, eu mudo. Não sou estúpida.’”, “Sua participação na luta armada ajudou a construir o mito da Dilma mandona? [...]”.

Na M43-04-06-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “Briguenta, mas fiel”, “[...] Alvo de adjetivos irônicos ao longo dos anos em que passou por Brasília e especialmente nos últimos dias, a nova ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, é uma camaleoa”. “Quando precisa, uma leoa”, “[...] adjetivos de brigona, arrogante, temperamental”. Na M53-13-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] a nova articuladora política do governo [...] parece disposta a deixar no passado a sua fama de trator”.

Assim como nas categorias anteriores, as ocupantes da Casa Civil no período foram especialmente referidas pelo manejo da categoria *apelidos pejorativos* pelo Jornal O Globo, especialmente no que concerne a destacar a verve das referidas Ministras, imputando-as de um comportamento agressivo e pouco gentil, portanto, estruturalmente impróprio para qualquer mulher.

6.3.2 A categoria *emoção*

A categoria *emoção* ou *expressões de emoção sobre a razão* apareceu em quinze (15) das matérias analisadas, com trinta e sete (37) referências. Na M33-04-01-11, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] e não resistiu, dançando diante deles [...]”. Na M38-04-01-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “As lágrimas de Miriam [...]”. “Ministra chora ao citar Lula e Celso Daniel” e “Belchior chorou quando [...]”. Na M03-03-01-03, foram encontradas sete (7) referências, nos trechos “[...] flores da ex-secretária de Ação Social [...]”, “[...] sentimentais a credenciam para ministério [...]”, “[...] por razões técnicas e sentimentais [...]”, “Benedita recebeu flores [...]”, “[...] fez juras de amor ao marido [...]” e “A minha paixão e dedicação a esse homem maravilhoso - disse”.

Na M08-05-01-03, foi encontrada uma referência, no trecho “O gabinete que ocupa no Ministério da Justiça está repleto de flores”. Na M12-28-01-04, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Não sou militante histórica de movimento feminista. Sou uma mulher absolutamente comum, que, portanto, sofre, ama, passa batom e dá a volta por cima todos os dias de manhã - disse Nilcéa” e “Uma pessoa que se emociona numa reunião e que tem dias que está de mau humor [...]”.

Na M44-09-06-11 foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] é chamada de ‘esquentadinha’ ou ‘trator do governo’ -, rebateu o apelido de ‘trator’ [...]”, “Paulo Bernardo, não escondia a satisfação na posse da mulher, a agora ministra da Casa Civil, Gleisi Hoifmann [...] Foi paparicado com tapinhas nas costas e pedidos de foto com ‘o marido da ministra’. - Estão me consolando [...]”.

Na M46-11-06-11, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “Na posse, chorou ao citar o marido, Paulo Bernardo, que é ministro das Comunicações [...]”, “Era um choro de gratidão. Afinal, o marido ajudou-a a conspirar contra Palocci”, Dilma também chorou ao se despedir do ‘amigo’ Palocci. Essas gestoras que choram são um sucesso. Em meio a tanta emoção, pode-se dizer que o governo Dilma teve o seu final feliz antes de começar [...]”.

Na M35-04-01-11, foi encontrada uma referência, no trecho “Nilcéa estava muito emocionada ao entregar o cargo a Iriny, chorando diversas vezes durante seu discurso [...]”. Na M61-06-01-15, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] ela sinalizou que não se afastará de suas origens e declarou ‘eterno amor’ ao agronegócio [...]”. Na M02-03-01-03, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “Marina faz discurso com o coração [...]”, “Emocionada, ministra cita Chico Mendes [...]”, “[...] falou de improviso, ‘com o coração’”, “Com voz embargada, lembrou o ambientalista Chico Mendes [...]” e “Marina emocionou os presentes com uma linguagem beirando a poesia [...]”.

Na M01-02-01-03, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “Gritos e abraços na posse [...]”, “Os momentos mais emocionantes para os quase mil convidados [...]”, “Marina foi ovacionada pelos convidados, que gritavam o seu nome. A nova ministra acenava e não escondia a felicidade [...]”, “Seu marido, Antônio Pitanga, e sua enteada, Camila Pitanga, eram os mais animados. Os dois gritavam sem parar os nomes dos ministros [...]”, “Não se trata apenas de assumir o poder, mas assumir um projeto de mudança e isso emociona”.

M21-22-06-05, foi encontrada uma (1) referência, no trecho “Encerrado seu pronunciamento, o ex-ministro cumprimentou Dilma com um forte abraço [...]. Na M-10-19-01-03, de 19 de janeiro de 2003, foi encontrada uma (1) referência, Na M16-20-06-11, foi encontrada uma (1) referência, no trecho “[...] petistas resistiam ontem à escolha de Dilma e ainda tentavam convencer o presidente a mudar de ideia. Sabendo disso, Dilma chegou a dizer a Lula que não gostaria de mudar de pasta [...]”

Na M16-20-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho: “Nesse momento de crise para o governo e para o partido, petistas resistiam ontem à escolha de Dilma e ainda tentavam convencer o presidente a mudar de ideia. Sabendo disso, Dilma chegou a dizer a Lula que não gostaria de mudar de pasta. Ao desembarcar em Assunção, ela manteve o mistério [...]”. Na M43-04-06-11, foram encontradas três (3) referências, no trecho “Quando precisa, uma leoa. Aos 59 anos, na vida doméstica ou na política a paulista-catarinense [...] quando se trata das coisas do coração ou de defender um lado, mesmo que tenha de abraçar o diabo”, “Nos embates em plenário, viraram folclore as trocas de farpas com os ex-senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e José Jorge (DEM-PE), que se divertiam ao implicar com a senadora [...]” e “Ideli é uma mulher apaixonada. que move mundos e fundos pelo coração [...]”.

A categoria *emoção* consta de maneira mais difusa nas matérias analisadas, referindo-se a uma maior gama de Ministras do que as anteriores, mais centradas em Rousseff e Hoffman. Em relação a estas e a Salvatti, entretanto, as emoções destacadas fazem referência a sentimentos que gravitam em torno de suas condutas apontadas como agressivas e pouco gentis, portanto, estruturalmente contraditórias com o comportamento esperado de uma mulher.

6.3.3 A categoria *equivocada* ou *equivoco*

A categoria *equivoco* ou *equivocada* foi encontrada em (6) matérias, com dezessete (17) referências. Na M44-09-06-11, foi encontrada um referência, no trecho “[...] O senador Aécio Neves (PSDB-MG), um dos primeiros a aparteá-la e com quem travou embates na Casa, concordou com a nova ministra, ressaltando a importância de a maioria respeitar a minoria [...] Eu gostaria apenas, se me permite, de acrescentar: mas não sem antes ouvir a minoria [...] a base de sustentação do governo não permitiu que nós criássemos aqui um ambiente mais fértil para debates

sobre os mais relevantes temas nacionais - lamentou Aécio, concluindo que tão importante quanto a maioria é também o papel da oposição”.

Na M45-09-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho “cuja tarefa prioritária no Senado foi [...] sem condicionantes”. Na M46-11-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] que não necessariamente sabe fazer conta, mas que se especializou no uso da máquina para mandar nos outros (à base de caneladas) e, eventualmente, fazer dossiês políticos [...]” e “Em meio a tanta emoção, pode-se dizer que o governo Dilma teve o seu final feliz antes de começar”.

Na M09-13-01-03, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] Palocci negou que o assunto esteja sendo estudado nesse momento, num claro recado para a ministra parar de falar sobre o assunto [...]”. Na M29-07-04-10, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Nova ministra do Meio Ambiente chega mudando diretoria do Ibama” e “[...] nem bem assumiu o posto e já imprimiu mudanças radicais no Ibama, principal órgão ligado ao ministério [...]”.

Na M43-04-06-11, foram encontradas oito (8) referências, nos trechos “Briguenta, mas fiel”, “[...] hesita quando se trata das coisas do coração ou de defender um lado, mesmo que tenha de -abraçar o diabo”, “Como quando, a mando do ex-presidente Lula, usou toda a força do seu cargo de líder do governo no Senado para impedir pedidos de cassação [...]”, “[...] os adjetivos de brigona, arrogante, temperamental”, “Na oposição, os adversários interpretam a ida de Ideli [...]”, “Aliados e adversários podem listar até uma lista de traços da difícil personalidade da ex-senadora”.

A categoria *equivocada* centrou-se mais em Hoffman e Salvatti do que em Rousseff, salvo no que concerne às referências a ela enquanto ocupante da Presidência da República em relação àquela. O equívoco, no entanto, faz referência direta não a atitudes ou atos pontuais das Ministras, mas, sim, de maneira muito mais destacada a um comportamento estruturalmente indevido.

6.3.4 A categoria *anonimato*

Quanto à categoria *anonimato*, foram encontradas cinco (5) matérias nas quais a categoria incidiu, com catorze (14) referências. [...]”. Na M20-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “foi antecipada para evitar desgaste prévio da

ministra, que vinha sendo criticada por petistas e aliados devido ao seu temperamento forte [...]”.

Na M16-20-06-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “[...] petistas resistiam ontem à escolha de Dilma e ainda tentavam convencer o presidente a mudar de ideia [...]”, “No PT, alguns insistiam em uma opção que não esvaziasse a Casa Civil politicamente [...]”, “Alguns ministros e interlocutores alertaram o presidente de que o cargo cuida de projetos e medidas provisórias e que isso exige uma certa flexibilidade para negociar com o Congresso” e “Dilma é uma excelente ministra e uma pessoa séria mas não tem vida partidária nem relacionamento com o partido - disse um cacique petista”. Na M43-04-06-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “[...] os adversários interpretam a ida de Ideli [...]”, “Aliados e adversários podem listar até uma lista de traços da difícil personalidade da ex-senador”.

A categoria anonimato fez referência, destacadamente, em relação a Rousseff quanto de sua ascensão à casa civil, tendo em vista seu salto gigantesco em relação à estrutura ministerial do Poder Executivo federal, deixando de ocupar uma pasta eminentemente técnica e passando a uma posição dotada de altíssimo poder de decisão e barganha econômica, financeira e política, que necessitaria de um ocupante dotado de um traquejo maior do que aquele atribuído a ela no momento da posse, situação que não ocorreu no que concerne a José Dirceu.

6.3.5 A categoria *autoestima*

Na categoria *autoestima* localizaram-se seis (6) matérias que contém a categoria, em dez (10) referências. Na M38-04-01-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] se Daniel estivesse vivo, talvez ocupasse o cargo que ela assumia naquele momento [...]”. Na M08-05-01-03, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] se define como feminista dos tempos modernos [...]”. Na M12-28-01-04, foram encontradas dois (2) referências, nos trechos “Sou uma mulher comum” e “Sou uma mulher absolutamente comum, que, portanto, sofre, ama, passa batom e dá a volta por cima todos os dias de manhã - disse Nilcéa”.

M20-21-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Lula convenceu a ministra de que era fundamental para o governo, principalmente neste momento, mudar a função da Casa Civil, adotando um perfil técnico” e “[...] ressaltou

o fato de ser a primeira mulher a assumir um cargo desse porte no país”. Na M16-20-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Dilma chegou a dizer a Lula que não gostaria de mudar de pasta” e “Diante das pressões, a ministra teria dito que não quer a Casa Civil”.

A categoria *autoestima* em que pese ter sido vinculada a Nilcéa, teve em Rousseff uma importante referência, tendo em vista que aventou declinar da indicação para a Casa Civil em decorrência dos protestos de lideranças do Partido dos Trabalhadores, que afirmavam, segundo o Jornal *O Globo*, sua incapacidade de manobra política para ocupar a referida posição.

6.3.6 A categoria *ineditismo*

A categoria *ineditismo* foi encontrada em oito (8) matérias, com onze (11) referências. Na M-27-01-04-10, foi encontrada uma referência, no trecho “Márcia Helena Carvalho Lopes, é a única dos dez ministros empossados ontem que não ocupava cargo no governo federal [...]”. Na M44-09-06-11, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “[...] aliados rebatem discurso de que ela tem pouca experiência [...]”, “[...] as críticas direcionadas à nova ministra por sua pouca experiência política [...]” e “Acham que a Gleisi tem quatro meses de experiência, mas ela milita no movimento estudantil desde os 14 anos”.

Na M39-08-01-11, foi encontrada uma referência, no trecho “Vamos ver. Ela é novata, Novatíssima. A relação política do governo com o Congresso estava muito ruim. A articulação política precisa melhorar”. Na M46-11-06-11, identificou-se uma referência, no trecho “Não se sabe se a gestora Gleisi Hoffmann tem toda a tecnologia de uma Erenice, mas cumpre os requisitos essenciais: é célula do PT na máquina pública, é desconhecida, não tem relevância política e, acima de tudo, é mulher”. M21-22-06-05, foi identificada uma referência, no trecho “Primeira mulher a assumir a [...]”.

Na M17-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “É a primeira mulher a ocupar o posto e tem o perfil técnico que o presidente quer para atuar como supergerente da administração [...]”. Na M20-21-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] É a primeira mulher a ocupar este cargo [...]” e “Primeira mulher a ocupar o cargo no país [...]”. Na M22-23-06-05, foi encontrada uma

referência, no trecho “Algum significado especial em ser a primeira mulher a ocupar a Casa Civil [...]”.

A categoria *ineditismo* apareceu de forma paralela ao *anonimato*, destacando, entretanto, o exercício de cargos executivos por Ministras que antes eram legisladoras ou, no caso de Rousseff, ocupavam posições técnicas. Destaca-se, entretanto, a ideia subjacente, que faz referência ao fato de serem mulheres em detrimento da impressão de que existiriam homens dotados de maiores capacidades para o exercício das mesmas funções.

6.3.7 A categoria *inflexibilidade*

Já a categoria *inflexibilidade*, também nomeada *inflexível*, foi encontrada em (13) matérias, em trinta e três (33) referências. Na M38-04-01-11, foi encontrada uma referência, no trecho “Apontada como ‘durona’ pelos colegas”. Na M-48-11-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho “luta mais pelo interesse dos outros”. Na M44-09-06-11, foram encontradas sete (7) referências, nos trechos “Gleisi nega ser um trator”, “é chamada de ‘esquentadinha’ ou ‘trator do governo’ -, rebateu o apelido de ‘trator’”, “Perguntaram-me o que teria a dizer sobre a menção, por alguns opositoristas, de que sou um trator [...]”, “[...] comparando-a com a ex-senadora Ideli Salvatti e a chamando de ‘esquentadinha’”, “Também disse que V. Exa. é esquentadinha, como eu também sou [...]”, “Sobre os apelidos dados à nova ministra de ‘trator’, ‘pitbull’ ou ‘esquentadinha’, Paulo Bernardo defendeu [...]” e, “Que trator, está mais para bicicleta”.

Na M45-09-06-11 foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “[...] tudo indica que o estilo trator da nova chefe da Casa Civil”, “[...] conviveram com Gleisi Hoffmann no Senado confirmam [...] que é Dilma pela maneira como interagia com os colegas”, “[...] aquela suavidade de falar esconderia, segundo esses relatos, uma atitude arrogante no trato com a divergência que lembra muito relatos sobre a atuação da própria presidente Dilma [...]”, “[...] no Senado foi a defesa do governo sem condicionantes” e “[...] quando deixou de ser o político maneiroso para se transformar num trator”.

Na M54-15-06-11 foram encontradas duas (2) referências codificadas nos trechos “Tem mais a ver com a personalidade arrogante e briguenta de suas titulares”

e “As três são mulheres que gostam de mandar”. Na M21-22-06-05, foi encontrada uma referência codificada nos trechos “[...] pode ter posições e externa-las em ambientes” e “[...] Com o passado de guerrilheira destacado por Dirceu [...]”. Na M19-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “Dilma Rousseff sempre soube mandar e comandar [...]”.

Na M20-21-06-05 foi encontrada uma referência, no trecho “[...] A confirmação do nome de Dilma Rousseff seria feita hoje. Mas foi antecipada para evitar desgaste prévio da ministra, que vinha sendo criticada por petistas e aliados devido ao seu temperamento forte e sua pouca disposição para relações com Congresso [...]”. Na M-10-19-01-03, foram encontradas três (3) referências, sendo dois deles “Como se fosse simples ligar para uma ministra e “economista assumiu ministério com mão-de-ferro [...]”. Na M16-20-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] interlocutores alertaram o presidente de que o cargo cuida de projetos e medidas provisórias e que isso exige uma certa flexibilidade [...]” e “[...] ela é muito criticada por parlamentares, principalmente do PMDB, por sua falta de habilidade para negociar”.

Na M22-23-06-05 encontram-se seis (6) referências, nos trechos “[...] “Vamos retirar a palavra embate [...]”, “Dizem que a senhora é intransigente, apegada a seus pontos de vista [...]”, “[...] fama de mandona [...]]autoritária no meio de tanta candura [...] Nunca vejo um jornalista descrever um integrante da República como mandão [...]”, “refutou a fama de mandona [...] negou que seja intransigente. ‘Tenho opiniões claras e brigo por elas. Mas se me convencem, eu mudo. Não sou estúpida’”, “Sua participação na luta armada ajudou a construir o mito da Dilma mandona? [...] Fui presa por combater uma guerrilha, em outro momento. Faz parte da minha vida [...]” e “Sou de fato uma pessoa de personalidade forte, tenho convicções formadas sobre assuntos que conheço. Sou franca, externo opiniões de forma absolutamente clara e direta, e brigo por elas. Mas só estúpidos são incapazes de mudar e não me acho estúpida [...]”.

Na M43-04-06-11 foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] adjetivos de brigona, arrogante, temperamental” e “[...] traços da difícil personalidade da ex-senadora [...]”. Na M53-13-06-11 encontram-se duas (2) referências, no trecho “[...] parece disposta a deixar no passado a sua fama de trator [...]”. A categoria *inflexibilidade* corrobora a forma como o *equivoco*, a *emoção* e os *apelidos pejorativos* foram parte do discurso do Jornal *O Globo*, novamente destacando as ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, mais uma vez apontando seu

comportamento tido como agressivo e pouco gentil, portanto, estruturalmente contraditória em relação àquilo que se espera das mulheres.

6.3.8 A categoria *double mind*

A categoria *double mind*, também denominada de *desqualificação*, foi encontrada em vinte e oito (28) matérias, em um total de noventa e oito (98) referências, sendo que oito (8) se encontram restritas à questão técnica, com dezenove (19) referências. Aponta-se, primeiro, a desqualificação em sentido geral. Na M34-04-01-11, encontra-se uma referência codificada no trecho “vou ficar aqui me elogiando”. Na M38-04-01-11, encontraram-se duas (2) referências, nos trechos, “Apontada como ‘durona’ pelos colegas” e “[...] se Daniel estivesse vivo, talvez ocupasse o cargo que ela assumia naquele momento”. Na M11-22-01-04, foi encontrada uma referência, no trecho “Para que o Rio de Janeiro não fique sem representantes, o presidente estuda sua transferência para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres”.

Na M-27-01-04-10, encontram-se cinco (5) referências, nos trechos “[...] irmã de Carvalho vira ministra [...]”, “[...] brinca sobre parentesco: ‘estou aqui há sete anos e nunca tive uma promoção’”, “Irmã do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho [...]”, “[...] ele brincou com fato de ver a irmã prestigiada por Lula [...]” “[...] agora transforma a minha irmã em ministra [...]”. Na M-48-11-06-11, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “[...] Palácio da Luluzinha [...]”, “O Planalto virou o parquinho das mulheres da presidente Dilma Rousseff” e “[...] de ouvir comentários sobre se é chorona ou durona”. Na M12-28-01-04, encontra-se uma referência no trecho “[...] Nilcéa disse que assumir o posto não era o que tinha planejado para sua vida neste momento e que não é uma militante histórica do feminismo”.

Na M51-12-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Qual dos dois seria o convidado? - O que atender - disse Dilma” e “Paulo Bernardo é um articulador político experimentado e Orientará sua mulher nessa área”. Na M44-09-06-11, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “[...] nem de longe refletiam as dúvidas e críticas que sua indicação [...]”, “Perguntaram-me o que teria a dizer sobre a menção, por alguns opositoristas, de que sou um trator [...]”,

“[...]dizendo que a senhora tem pouca experiência na vida política [...]” e “comparando-a com a ex-senadora Ideli Salvatti e a chamando de ‘esquentadinha’” [...].

Na M45-09-06-11, foram encontradas três (3) referências codificadas, nos trechos “[...] pondo no ministério algum político de mais peso e habilidade de negociação do que os exibidos nestes cinco [...]”, “[...] tarefa prioritária no Senado foi a defesa [...] sem condicionantes [...]” e “A crise continuará até que se ponha na coordenação política um ministro de peso reconhecido por aliados e oposição”. Na M39-08-01-11, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] Paulinho se mostrou reticente: - Vamos ver. Ela é novata, novatíssima [...]”.

Na M46-11-06-11, foram encontradas doze (12) referências, “[...] o lucrativo investimento no fetiche das mulheres no poder [...]”, “[...] esse cargo estava reservado à inesquecível Erenice Guerra - que com seu instinto maternal acolhera parentes e amigos no banquete da Casa Civil”, “Unha e carne com Dilma, Erenice era classificada como ‘gestora’”, , agora, significa militante partidária que ganhou cargos na burocracia [...]”, “[...] não necessariamente sabe fazer conta, mas que se especializou no uso da máquina para mandar nos outros (à base de caneladas) e, eventualmente, fazer dossiês políticos [...]”, “Não se sabe se a gestora Gleisi Hoffmann tem toda a tecnologia de uma Erenice, mas cumpre os requisitos essenciais: é célula do PT na máquina pública, é desconhecida, não tem relevância política e, acima de tudo, é mulher [...]”, “Dizem que ela chega à Casa Civil para ser a Dilma da Dilma. Não poderia haver definição mais exata. É a invenção da invenção [...]”, “Gleisi já começou fazendo tudo certo [...] Na posse, chorou ao citar o marido, Paulo Bernardo, que é ministro das Comunicações [...]”, “Era um choro de gratidão. Afinal, o marido ajudou-a a conspirar contra Palocci”, “[...] nunca antes na história deste país houve um casal de ministros. Mais uma bonita lenda deste governo [...]”, “Dilma também chorou ao se despedir do ‘amigo’ Palocci. Essas gestoras que choram são um sucesso. Em meio a tanta emoção, pode-se dizer que o governo Dilma teve o seu final feliz antes de começar [...]” e “[...] por trás dos fetiches feministas e *slogans* reciclados [...]”.

Na M54-15-06-11, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “Dez de cada dez das raposas mais felpudas com assento ou trânsito livre no Congresso apostam no fracasso do que batizaram de a I República da Saia Justa [...]”, “[...] na semana passada de a República do Salto Alto [...] Tem mais a ver com a personalidade arrogante e briguenta de suas titulares”, “Além do sexo, é isso que torna parecidas Dilma, Gleisi Hoffmann, a nova chefe da Casa Civil da Presidência da

República, e Ideli Salvatti [...] As três são mulheres que gostam de mandar”, Nunca antes na História deste país o núcleo foi feminino [...]” e “[...] se a República do Salto Alto atravessar zonas de pesada turbulência, Dilma voltará a ganhar reforçando a impressão [...]”.

Na M52-12-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho “Eram risos e piadas por conta da quantidade de mulheres no Planalto. Gilberto Carvalho até brincou: ‘Acho que agora vou ter de usar tranças’”. M09-13-01-03, foi encontrada uma referência, no trecho “O mal-estar foi superado, mas novos conflitos se anunciaram [...]”. Na M29-07-04-10, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] nem bem assumiu o posto e já imprimiu mudanças radicais no Ibama [...]”.

Na M61-06-01-15, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] Enfrentando forte resistência dos movimentos sociais e de seu próprio partido [...] Os principais líderes do PMDB no Congresso não foram à solenidade [...]”, “Apesar de sua nomeação ter desagradado [...]”. Na M15-18-01-05, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “A solução técnica [...]”, “quer Dilma Rousseff, mas ela já sofre reações [...]”, “[...] a pressão contrária partiu de ministros da área política, que não querem deixar os cargos na Esplanada [...]”, “Até a noite de ontem, a ideia de Lula era anunciar o nome de Dilma antes da reforma ministerial como forma de fortalecer politicamente a saída do ex-chefe da Casa Civil [...]”.

M21-22-06-05, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “[...]sua escolha tenha indicado a intenção do presidente Lula de dar perfil eminentemente técnico à Casa Civil [...] A função tem também seu lado político [...]”, “[...] afirma que também fará política [...]”, “[...] de poder ter posições e externa-las em ambientes que não te leve à prisão ou não te conduza ao exílio ou à morte [...]”. Na M19-21-06-05, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “[...] Só piada. Ela foi escolhida porque o presidente viu nela os atributos necessários para chefiar o novo Gabinete Civil, de natureza eminentemente técnica [...] Ela não quer confusão com esta gente [...]”, “[...] na luta armada, esteve à frente de uma ação das mais ousadas, o chamado ‘roubo do cofre do Adhemar’ [...]” e “[...] vai torturar ministros ineficientes [...]”.

Na M18-21-06-05, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “[...]diz que Dilma ‘tem um lado macho’ na forma de gerenciar [...]”, “Ela tem uma personalidade forte, um lado macho [...]”, “O líder do PSDB, Alberto Goldman (SP), acusou Dilma de gostar muito do poder [...]”, “[...] disse que a escolha ajuda o

presidente Lula”, mas resiste [...] Dilma é uma pessoa de perfil autocrático num momento em que o governo está fraco - disse”.

Na M17-21-06-05, foi constatada uma referência, no trecho “[...] o principal problema, a fragilidade da articulação política, continua [...]”. Na M20-21-06-05, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “[...] Dilma será uma “gerentona” no comando da pasta ocupada até ontem pelo ex-todo-poderoso José Dirceu [...]”, “Dilma: uma ‘gerentona’ [...]”, “[...] dar à Casa Civil perfil eminentemente técnico [...]”, “[...]desgaste prévio da ministra, que vinha sendo criticada por petistas e aliados devido ao seu temperamento forte e sua pouca disposição para relações com o Congresso [...]”. Na M-10-19-01-03, foram encontradas dez (10) referências, nos trechos “[...] poder de fogo de uma ex guerrilheira”, “Como se fosse simples ligar para uma ministra [...]”, “[...] economista assumiu ministério com mão-de-ferro e agora evita superexposição [...]”, “A capacidade de costurar é uma das virtudes [...]”.

M16-20-06-11, foram encontradas sete (7) referências, nos trechos “[...] petistas resistiam ontem à escolha de Dilma e ainda tentavam convencer o presidente a mudar de ideia [...]”, “No PT, alguns insistiam em uma opção que não esvaziasse a Casa Civil politicamente”, “Diante das pressões, a ministra teria dito que não quer a Casa Civil”, “Apesar das pressões de aliados e ministros [...]”, “[...] Se aceitar a Casa Civil, Dilma terá de contornar essas pressões [...]”, “[...] ela é muito criticada por parlamentares, principalmente do PMDB, por sua falta de habilidade para negociar [...]”, “[...] mas não tem vida partidária nem relacionamento com o partido - disse um cacique petista”.

Na M22-23-06-05, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “[...] O que a senhora quis dizer, ao tomar posse, que seu trabalho será também político e não meramente técnico? [...]”, “[...] fama de mandona [...]”, “Sua participação na luta armada ajudou a construir o mito da Dilma mandona? As evocações desta passagem de sua vida lhe incomodaram? [...]”, “A Casa Civil estará voltada para a coordenação gerencial [...]”.

Na M43-04-06-11, foram encontradas oito (8) referências codificadas, nos seguintes trechos “Briguenta, mas fiel”, “Para aliados e oposição, Ideli na articulação é um bombeiro com gasolina num incêndio”, “[...] Alvo de adjetivos irônicos ao longo dos anos em que passou por Brasília e especialmente nos últimos dias, a nova ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, é uma camaleoa [...]”. “[...] os adjetivos de brigona, arrogante, temperamental [...]”, “Na oposição, os adversários

interpretam a ida de Ideli [...] como a ida de um bombeiro para um incêndio levando baldes de gasolina [...], “[...] traços da difícil personalidade da ex-senadora [...]” e “[...] viraram folclore as trocas de farpas com os ex-senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e José Jorge (DEM-PE), que se divertiam ao implicar com a Senadora”. Na M53-13-06-11, foram encontradas três (3) referências, “[...] a sua fama de mandona [...] “[...] parece disposta a deixar no passado a sua fama de trator”, “O Palácio virou o Clube da Luluzinha, e os homens que se cuidem? [...] A gente cuida como mãe, como namorada, como esposa, como filha. Cuidar é conosco meso [...]”

Passa-se, agora, a falar da desqualificação técnica das ministras, o que representa uma subcategoria do *double mind*. Na M15-18-01-05, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “A solução técnica [...]”, “[...] o presidente ouviu ponderações sobre as consequências de adotar um perfil técnico para a Casa Civil [...]” e “[...] mas também evitou falar em nomes [...]”. Na M21-22-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] sua escolha tenha indicado a intenção do presidente Lula de dar perfil eminentemente técnico à Casa Civil [...]” e “[...] afirma que também fará política [...]”. Na M19-21-06-05, foi encontrada uma referência codificada, no trecho “[...] foi escolhida porque o presidente viu nela os atributos necessários para chefiar o novo Gabinete Civil, de natureza eminentemente técnica [...]”.⁶

Na M17-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] a fragilidade da articulação política, continua [...]”. Na M20-21-06-05, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “[...] Seu nome foi oficializado apesar das resistências dentro do governo, do PT e entre partidos da base aliada [...]”, “[...] das à Casa Civil perfil eminentemente técnico” e “[...] foi antecipada para evitar desgaste prévio da ministra, que vinha sendo criticada [...]”. M-10-19-01-03, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] Bonita Dilma propriamente não é [...]”.

M16-20-06-11, foram encontradas cinco (5) referências, “No PT, alguns insistiam em uma opção que não esvaziasse a Casa Civil politicamente [...]”, “[...] apesar das pressões de aliados e ministros [...]”, “[...] isso exige uma certa flexibilidade para negociar com o Congresso”, “[...] ela é muito criticada por parlamentares, principalmente do PMDB, por sua falta de habilidade para negociar”, “[...] mas não tem

⁶ A referência destaca, mais uma vez, que a Ministra Dilma teria evidente capacidade técnica, entretanto, não seria capaz de demonstrar o traquejo político necessário à Casa Civil.

vida partidária nem relacionamento com o partido [...]”. Na M22-23-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “O que a senhora quis dizer, ao tomar posse, que seu trabalho será também político e não meramente técnico? [...]”, “[...] gestão apolítica, embora a boa gestão tenha que estar subordinada aos requisitos técnicos [...]”.

Note-se que, apesar de muitas das referências parecerem elogiosas ou meras observações, é necessário observar que tais apontamentos não seriam feitos, em contextos similares, em relação a homens. A *desqualificação*, assim como a *inflexibilidade*, o *equivoco*, a *emoção* e os *apelidos pejorativos*, centrou-se na agressividade e na inabilidade política das ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, em detrimento dos elogios às capacidades de manobra de José Dirceu e Palocci. Em relação a este, chega-se a afirmar a existência de uma conspiração para removê-lo de sua posição.

6.3.10 Síntese dos resultados encontrados na dimensão *deslocamento*

A dimensão deslocamento, em sua totalidade, fez referência, especialmente, às ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, destacando a imputação de que as referidas Ministras seriam agressivas e pouco gentis, exceto no que tange à categoria *emoção*, que consta de forma mais difusa, apesar de também ter se concentrado nelas, não sublinhando condutas pontuais, mas, sim, um quadro de imputação simbólica específica, assim como o *equivoco*.

Já a categoria *autoestima*, apesar de ter tido como referência a Nilcéa Freire, apontou Rousseff de forma direta, assim como o *ineditismo* e o *anonimato*. Ocorre o Jornal *O Globo* concentra as categorias na *inflexibilidade* como objetivo final, apontando a conduta das ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais como agressiva e, conseqüentemente, contraditória em relação àquilo que, estruturalmente, espera-se de uma mulher, afirmação confirmada pelas representações feitas pelo referido periódico no concernente aos Ministros que ocuparam as mesmas posições, como José Dirceu e Palocci.

6.4 A dimensão *mulheres em relação aos homens* ou *comparações de gênero*

A dimensão denominada *mulheres em relação aos homens* expressa, de maneira, direta, as influências discursivas da estrutura patriarcal na exclusão das mulheres da política. A categoria *piada* guarda relação com as falas em tom jocoso, de escárnio ou de maldizer, que indicam a resistência masculina quanto ao acesso das mulheres às arenas do poder, consistindo de atitudes sexistas dirigidas a colocar em dúvida a capacidade e o talento das mulheres que atuam como lideranças políticas, prejudicando, portanto, a imagem feminina na política, mediante falas ofensivas e vulgares, a exemplo das objetificações sexuais.

O *não protagonismo* determina que, mesmo em momentos marcantes, como a posse em um cargo dos mais altos escalões da política institucional, as mulheres são colocadas em segundo plano ou, até mesmo, ignoradas. A categoria *requisitos de qualidade* concerne às expectativas e parâmetros estabelecidos acerca das mulheres que participam ou que desejam adentrar a arena política, que, por sua vez, são mais exigentes com elas do que com os homens, fazendo com que lhes seja mais trabalhoso e demorado em demonstrar competências políticas, pois parte-se da premissa de que as mulheres não são capazes de governar, a menos que provem o contrário. A categoria *guerrilha* resulta, também, da estrutura patriarcal, entretanto, quanto a determinado período histórico.

6.4.1 A categoria *piada*

A primeira categoria, *piada*, foi encontrada em seis (6) matérias, em um total de treze (13) referências. Na M51-12-06-11, foi encontrada uma referência, “[...] que passaria a participar das reuniões do Ministério em uniforme de campanha, por precaução [...]”. Na M44-09-06-11, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “[...] assédio e a paparicação [...] é chamada de ‘esquentadinha’ ou ‘trator do governo’ -, rebateu o apelido de ‘trator’ [...]”, “[...] Também disse que V. Ex? é esquentadinha, como eu também sou [...]”, “[...] Não sei o que muda na Casa Civil, sou [...]”, “Sobre os apelidos dados à nova ministra [...] ‘trator’, ‘pitbull’ ou ‘esquentadinha’ [...] Que trator, está mais para bicicleta [...] Ela vai ficar sem macarronada”, “Dizem que vou ser muito mandado [...]”, “[...]pedidos de foto com ‘o

marido da ministra' [...] Estão me consolando [...] A molecada não deixa a gente falar de política em casa [...]". Na M52-12-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho "[...] Eram risos e piadas por conta da quantidade de mulheres no Planalto. Gilberto Carvalho até brincou: 'Acho que agora vou ter de usar tranças'".

Na M40-15-01-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos "[...] como agora temos uma mulher presidente da República, todos os ministros homens vão ter que ter codinomes femininos - brincou Palocci" e "E quem falou mais? - Às ministras mulheres, lógico! A Ideli? Hummm! - alfinetou um colega que se absteve de falar e só ouviu". Na M-10-19-01-03 foi encontrada uma referência, no trecho "O poder de fogo de uma ex guerrilheira". Na M43-04-06-11, foram encontradas três (3) referências, nos trechos "Para aliados e oposição, Ideli na articulação é um bombeiro com gasolina num incêndio", "[...] adjetivos de brigona, arrogante, temperamental", "[...] que se divertiam ao implicar com a senadora".

Assim como as categorias anteriores, as *piadas* se encontram focadas nas características das ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, notadamente em relação àquilo que faz referência à sua indigitada agressividade e quanto às suas maneiras destacadas como sendo não gentis. Os referidos comportamentos, aparecem, também, destacados por homens, sejam eles membros do governo ou legisladores, especialmente senadores em exercício na época.

6.4.2 A categoria *não protagonismo*

A análise do *não protagonismo* se divide em duas subcategorias: não protagonismo em geral; e não protagonismo invisibilizante. A categoria foi identificada em oito (8) ocorrências, sendo duas (2) voltadas à invisibilização, em um total de doze (12) referências. Começando com a subcategoria *não protagonismo geral*, nota-se, na M05-04-01-03, uma referência, na qual as ministras responsáveis sequer são citadas, apesar de se tratar de tratar de um Ministério ocupado por uma mulher. Na M-27-01-04-10, foi encontrada uma referência, no trecho "[...] Eu disse ao presidente: estou aqui há sete anos e você não me deu nenhuma promoção. Agora transforma a minha irmã em ministra [...]". Na M51-12-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos "Paulo Bernardo é um articulador político experimentado e

orientará sua mulher nessa área [...]” e “[...] da República serão feitas na mesa de café do casal”.

Na M44-09-06-11 foram encontradas três (3) referências, nos trechos “Não sei o que muda na Casa Civil, sou [...]”, “[...] Paulo Bernardo disse que Gleisi recebeu orientações de Dilma para focar sua gestão na coordenação dos programas do governo. Defendeu as habilidades políticas dela [...]”, “[...] Foi paparicado com tapinhas nas costas e pedidos de foto com ‘o marido da ministra’. - Estão me consolando, porque dizem que vou ser muito mandado agora - brincava”.. Na M22-23-06-05 foi encontrada uma referência, no trecho “[...] A senhora será, como era Dirceu, uma defensora dos ministros setoriais no embate com a área econômica [...]”.

Continua-se agora com a segunda subcategoria “Não protagonismo invisibilizante”. Na M07-04-01-03, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] para que, como num time, invista na prioridade de seu governo: o Fome Zero [...]”. Na M46-11-06-11 foi encontrada uma referência, no trecho “[...] é célula do PT na máquina pública, é desconhecida, não tem relevância política e, acima de tudo, é mulher”. Nota-se, quanto à categoria *não protagonismo*, que as Ministras têm sua competência política ceifada, de forma notável, por homens ou por comparação a eles. Nos trechos identificados, registra-se esta categoria em relação a ministros homens: Palocci, Carvalho (este no concernente à sua própria irmã) e Paulo Bernardo (em relação à sua esposa na época), pois, em que pese serem Ministras, pressupondo-se que deveriam ser tratadas como protagonistas de suas próprias pastas, acabam aparecendo como meras coadjuvantes nas matérias que retratam temas de suas respectivas competências.

6.4.3 A categoria *requisitos de qualidade*

A terceira categoria, *requisitos de qualidade* foi encontrada em vinte e uma (21) matérias, com um total de cinquenta e uma (51) referências. Na M34-04-01-11, foram identificadas duas (2) referências, nos trechos “[...] sempre chamando a atenção da sua sucessora, Miriam Belchior [...]” e “Vou ficar aqui me elogiando”. Na M11-22-01-04, foi identificada uma referência, no trecho “Para que o Rio de Janeiro não fique sem representantes, o presidente estuda sua transferência para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres”. M-27-01-04-10, foram identificadas três (3) referências

codificadas nos trechos “[...] brinca sobre parentesco: ‘Estou aqui há sete anos e nunca tive uma promoção’”, “Gilberto Carvalho estava na plateia. Ao chegar, ele brincou com fato de ver a irmã prestigiada por Lula” e “[...] Agora transforma a minha irmã em ministra”. Na M08-05-01-03, foram encontradas seis (6) referências, nos trechos “[...] a feminista dos novos tempos”, “se define como feminista dos tempos modernos”, “Nunca integrou uma ONG feminista”, mas garante que a defesa da mulher sempre fez parte de sua atuação como professora do ensino fundamental”, “[...] mas nas nossas lutas sindicais, na escola, na sala de aula, sempre trabalhei a questão de gênero” e “mostrar nossa competência para tratar de todos os assuntos, não apenas dos assuntos domésticos e sociais”.

Na M12-28-01-04, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Sou uma mulher comum” e “nova secretária admite não ser militante histórica do feminismo [...]”. Na M44-09-06-11, foi encontrada uma referência, no seguinte trecho “[...] as críticas direcionadas à nova ministra por sua pouca experiência política [...]”. Na M45-09-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...]pondo no ministério algum político de mais peso e habilidade de negociação do que os exibidos nestes cinco [...]” e “A crise continuará até que se ponha na coordenação política um ministro de peso reconhecido por aliados e oposição”.

Na M39-08-01-11 foi encontrada uma referência, no trecho “Vamos ver. Ela é novata, Novatíssima [...]”. Na M46-11-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] que não necessariamente sabe fazer conta, mas que se especializou no uso da máquina para mandar nos outros (à base de caneladas) e, eventualmente, fazer dossiês políticos” e “Não se sabe se a gestora Gleisi Hoffmann tem toda a tecnologia de uma Erenice, mas cumpre os requisitos essenciais: é célula do PT na máquina pública, é desconhecida, não tem relevância política e, acima de tudo, é mulher”.

Na M54-15-06-11, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “Dez de cada dez das raposas mais felpudas com assento ou trânsito livre no Congresso apostam no fracasso do que batizaram de a I República da Saia Justa [...]”, “[...] nem todos os brasileiros concordam com a participação de Lula nas decisões tomadas por Dilma” e “Mais adiante, se a República do Salto Alto atravessar zonas de pesada turbulência, Dilma voltará a ganhar [...]”. Na M52-12-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] Eram risos e piadas por conta da quantidade de mulheres no Planalto [...]”.

Na M61-06-01-15, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] Enfrentando forte resistência dos movimentos sociais e de seu próprio partido, o PMDB [...] Os principais líderes do PMDB no Congresso não foram à solenidade [...]”. Na M15-18-01-05, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “[...] quer Dilma Rousseff, mas ela já sofre reações”, “[...] a pressão contrária partiu de ministros da área política, que não querem deixar os cargos na Esplanada, e de setores do PT que torciam [...]”, “[...] decisão do presidente de dar um perfil mais técnico à Casa Civil [...]”⁷ e “[...] Até a noite de ontem, a ideia de Lula era anunciar o nome de Dilma antes da reforma ministerial [...]”.

Na M21-22-06-05 foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] Dilma assume Casa Civil e afirma que também fará política” e “[...] Já José Dirceu foi aplaudido demoradamente e de pé quando começou a discursar [...]”. Na M19-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] Só piada. Ela foi escolhida porque o presidente viu nela os atributos necessários para chefiar o novo Gabinete Civil, de natureza eminentemente técnica [...]”. Na M18-21-06-05, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “Ela tem uma personalidade forte, um lado macho na forma de imprimir gestão [...]”, “O líder do PSDB [...] acusou Dilma de gostar muito do poder [...]” e “[...] A Dilma é uma pessoa de perfil autocrático num momento em que o governo está fraco – disse [...]”.

M20-21-06-05, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “[...] Dilma será uma ‘gerentona’ no comando da pasta ocupada até ontem pelo ex-todo-poderoso José Dirceu [...]”, “Primeira mulher a ocupar o cargo no país, ela resistiu a substituir Dirceu mas foi convencida”, “[...] Na avaliação de Lula, isso ajudaria a blindar o Planalto em momento de crise política [...]”, “[...] dar à Casa Civil perfil eminentemente técnico [...]”, “[...] para evitar desgaste prévio da ministra, que vinha sendo criticada por petistas e aliados devido ao seu temperamento forte e sua pouca disposição para relações com o Congresso [...]”. Na M-10-19-01-03, foram encontradas quatro (4) referências, no trecho “[...] poder de fogo de uma ex guerrilheira [...]”.

Na M16-20-06-11, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “[...] petistas resistiam ontem à escolha de Dilma e ainda tentavam convencer o presidente a mudar de ideia [...]”, “[...] diante das pressões, a ministra teria dito que não quer a

⁷ Nesse contexto específico, a Ministra Dilma era apontada, por membros do PT, como inapta para assumir um Ministério que exigiria predicados políticos, pois suas capacidades se resumiriam à “técnica”.

Casa Civil [...]”, “[...] Apesar das pressões de aliados e ministros. Lula continuaria decidido a adotar um perfil técnico para a Casa Civil [...]”, “[...] ela é muito criticada por parlamentares, principalmente do PMDB, por sua falta de habilidade para negociar”, “[...] mas não tem vida partidária nem relacionamento com o partido - disse um cacique petista”. M22-23-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “A senhora será, como era Dirceu, uma defensora dos ministros setoriais no embate com a área econômica [...]”. Na M43-04-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Briguenta, mas fiel” e “Para aliados e oposição, Ideli na articulação é um bombeiro com gasolina num incêndio”.

A categoria *requisitos de qualidade* é mais difusa do que as demais, referindo-se a boa parte das Ministras do período, situação que demonstra que a suposta falta de capacidade de articulação política em relação às mulheres representou fator simbólico relevante. Contudo, ressalta-se o maior número de referências durante os períodos de Dilma Rousseff na Presidência, em comparação à Administração Lula da Silva.

6.4.4 A categoria *guerrilha*

A categoria *guerrilha* foi identificada em cinco (5) matérias, em um total de doze (12) referências. Na M21-22-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] Dilma foi chamada de ‘camarada de armas’ pelo amigo e antecessor José Dirceu [...]” e “Com o passado de guerrilheira destacado por Dirceu, Dilma assume Casa Civil [...]”. Na M19-21-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] Na Polop, no Colina, na VPR. Como Wanda, Patrícia ou Estela. Como o antecessor, José Dirceu, participou (até mais diretamente) da luta armada contra a guerrilha, o que valia ontem a piada de que a pasta é cota deste segmento do PT [...]” e “Dilma seria presa e brutalmente torturada. Agora, vai torturar ministros ineficientes [...]”.

Na M17-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “A mulher que substituirá Dirceu tem em comum com o ex-ministro passagem pela guerrilha. Militante da VAR-Palmares, articulou em 69 o assalto ao cofre (com US\$ 2,5 milhões) do governador Adhemar de Barros. Usava os codinomes de Wanda, Patrícia, Estela e Luiza [...]”. Na M-10-19-01-03, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos

“o poder de fogo de uma ex guerrilheira”. Na M22-23-06-05, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Falou de seu passado na luta armada”, “Se mandar já não é visto como atributo feminino, imagine guerrear [...]”. Assim como a categoria *inflexibilidade* e outras, a *guerrilha* se voltou a destacar o comportamento pouco gentil das ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, especialmente em relação à primeira, imputando seu comportamento ao seu passado na guerrilha durante o último período ditatorial brasileiro.

6.4.5 Síntese dos resultados encontrados na dimensão *comparações de gênero*

No que concerne à dimensão, a *comparações de gênero*, em sentido similar àquilo que se observou nas categorias anteriores, as *piadas* se voltam a imputar às ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais um comportamento agressivo e pouco gentil, a elas imputado por homens. No mesmo sentido se encontra a *guerrilha*, destacando-se, contudo, o passado de Rousseff na guerrilha. Já quanto ao *não protagonismo* e aos *requisitos de qualidade*, demonstra-se difusão maior, sendo que este, entretanto, é observável de forma mais comum durante o Governo Dilma Rousseff.

6.5 A dimensão *idiosincrasias*

A dimensão *idiosincrasias*, a última apresentada na nossa análise, concerne às características socialmente imposta às mulheres, especialmente no contexto da estrutura patriarcal. A categoria *cuidado*, ou *cuidar das outras e outros* representa a imposição cultural às mulheres do papel maternal de cuidadora, responsabilizando-a pelo cuidado familiar e doméstico, não remunerado, prejudicial à sua autonomia econômica e, consequentemente, à sua igualdade em relação aos homens, bem como redutor de sua disponibilidade para a vida política, em decorrência da pressão social sobre ela exercida para que não se dedique a atividades externas ao lar. Nesse mesmo sentido é que a categoria *tempo disponível* representa o privilégio masculino de a eles não ser imposto o trabalho doméstico. À mulher, entretanto, mesmo que atue

no âmbito externo ao lar, lhe é imposta, ainda, a supervisão e controle do mesmo, resultando, portanto, em uma dupla jornada de trabalho.

A categoria *elogio* concerne a pontuações políticas quanto à mulher, voltadas a justificar sua nomeação, geralmente, em tom irônico, satírico ou relacionado a características diversas das que emergem de sua posição política. Por último, a *avaliação física e estética* se refere a apontamentos dirigidos a separar a mulher quanto à sua aparência e hábitos estéticos, fazendo com que ela seja constantemente avaliada até mesmo no que se relaciona à sua imagem física e estética, situação que, em regra, não ocorre com dos homens.

6.5.1 A categoria *cuidado*

A categoria *cuidado* ou *cuidar das outras e dos outros* foi encontrada em duas (2) matérias, em um total de duas (2) referências. Na M31-03-01-11, foi encontrada uma referência, no trecho “será mais ‘Jeitosa’ no trato com a mídia [...]”. Na M53-13-06-11 foi encontrada uma referência, no trecho “[...] os homens não precisam se preocupar, porque nós cuidamos deles. Aliás, se tem alguém bem cuidado é o homem [...]”. A categoria *cuidado* parece ter feito referência à ex-ministra Chagas de maneira mais específica, contudo, aparentemente, destacando sua preocupação com a liberdade de imprensa. Observa-se o destaque dado ao cuidado que as mulheres, estruturalmente, deveriam dispensar aos homens, em frase dita por Rousseff.

6.5.2 A categoria *elogio*

A terceira categoria, *elogio* foi encontrada em oito (8) matérias, em um total de dezoito (18) referências. Na M44-09-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “[...] Considero a senadora Ideli um dos quadros mais preparados do Brasil. Também disse que V. Ex? é esquentadinha, como eu também sou [...]”, “Acham que a Gleisi tem quatro meses de experiência, mas ela milita no movimento estudantil desde os 14 anos. Fez três campanhas. [...] Não vai se meter em área para a qual não seja designada pela presidente [...]”. Na M46-11-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] abriu espaço precioso para a retirada de mais uma coelha da cartola.

À nomeação da senadora petista Gleisi Hoffmann como ministra-chefe da Casa Civil vem corrigir um tropeço do destino [...].

M19-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “A reputação de boa administradora ela construiu como ministra das Minas e Energia. A fama de ousada [...]”. Na M18-21-06-05, foram encontradas quatro (4) referências, nos trechos “Gil elogia a personalidade forte da nova ministra da Casa Civil [...]”, “Ela tem uma personalidade forte, um lado macho na forma de imprimir gestão [...]”, “[...] não economizou elogios [...]”, “Dilma é uma gestora de primeira, com grandes qualidades políticas. Se ela for indicada [...] tenho a sensação que estaremos muito bem servidos”.

M20-21-06-05, foi encontrada uma referência, no trecho “Lula argumentou que ela reúne qualidades como boa gestora, perfil ético [...]”. Na M-10-19-01-03, foram encontradas cinco (5) referências, nos trechos “[...]una mulher segura [...]que atende ao telefone”, “A capacidade de costurar é uma das virtudes [...]”, “[...] fez uma parceria formidável com o setor [...]”. Na M16-20-06-11, foi encontrada uma referência, no trecho “A ministra é respeitada por Lula por sua capacidade de gerenciamento [...]”.

Na M53-13-06-11, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “A presidenta Dilma já demonstrou [...] que não titubeia em exercer a sua liderança e o seu comando [...]”, “Os homens não têm o direito de se assustar com mulher (risos). Eles sabem muito bem, até porque todos eles respeitam suas respectivas mães, que mulher tem essa sensibilidade, quando precisa ser dura é dura, quando precisa ser carinhosa é carinhosa [...]” e “[...] Ela é líder, comanda, mas não deixa de ser mãezona [...]”. A categoria *elogio*, mais uma vez, tende a destacar a postura autoritária e agressiva das Rousseff, Hoffman e Salvatti, entretanto, sob a forma de expressões elogiosas, demonstrando-se a ambivalência discursiva do Jornal ao referir certos comportamentos das Ministras como indevidos.

6.5.3 A categoria *estética*

A *avaliação física e estética* foi encontrada em sete (7) matérias, em um total doze (12) de referências. Na M12-28-01-04, foram encontradas duas (2) referências nos trechos “[...] Sou uma mulher absolutamente comum, que, portanto, sofre, ama,

passa batom e dá a volta por cima todos os dias de manhã [...]” e “[...] contou que foi eleita rainha da turma dos calouros do curso de medicina, em 1972”.

Na M51-12-06-11, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Ou seja, loira e bonitinha” e “[...] que passaria a participar das reuniões do Ministério em uniforme de campanha, por precaução [...]”. Na M40-15-01-11, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] começaram a elogiar a beleza de Dilma na foto oficial divulgada ontem. Dilma gostou dos elogios [...]”. Na M-14-22-03-04, foi encontrada uma referência, no trecho “[...] e Benedita, que não andava tão chique assim”.

Na M43-04-06-11, foram encontradas três (3) referências, nos trechos “[...] outro traço marcante de Ideli é a constante briga com o visual [...]”, “[...] quando chegou ao Senado, em 2003, de cabelos ondulados e muitos quilos acima do peso ideal, até ontem, quando apareceu como executiva ministerial muito bem maquiada, *tailleur* ‘off white’, cabelos alourados e bem escovados” e “[...] para emagrecer e ficar bonita, contou Ideli [...]”.

Na M25-06-04-07, foram encontradas duas (2) referências, nos trechos “Impecavelmente arrumada e maquiada às 9h30m de ontem [...]”. Assim, a categoria *estética* aparece no Jornal *O Globo* destacando a aparência de Rousseff e de Benedita da Silva, e apresentando imagens negativas com Hoffman, Salvatti e Suplicy.

6.5.4 Síntese dos resultados encontrados na dimensão *idiosincrasias*

A dimensão *idiosincrasias* foi a menos observada nas matérias analisadas, assim como parece ter sido menos vinculada do que as demais às ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, de maneira direta. Nesse sentido, categoria *cuidado* se referiu a Chagas de forma destacada. Já categoria *elogio*, assim como o que se observou em relação às dimensões anteriores, voltou-se a destacar a postura autoritária e agressiva das mesmas Ministras. Por sua vez, a categoria *estética* apareceu pontualmente, destacando a aparência mais positiva de Rousseff e de Benedita da Silva em relação a outras ministras.

6.6 Síntese dos resultados empíricos

A presente síntese fará constar os resultados, inclusive, da análise dos capitais fixados a partir de Bourdieu, em contraposição à análise das categorias discursivas expostas posteriormente. Quanto aos capitais, demonstrou-se que as Ministras tinham preparo para os cargos que ocuparam, tendo em vista que a maioria detinha título de pós-graduação *stricto sensu*, atuaram como servidoras públicas de carreira, ocuparam posições acadêmicas, experiência em cargos eletivos ou de confiança, bem como atuaram na militância político-partidária. Dessa forma, acumulavam diversos capitais superiores ao da maior parte da população brasileira e dos membros do sistema político, de modo que é compreensível que tenham exercido funções relevantes na estrutura governamental.

Quanto à análise das categorias, as mesmas foram separadas em conformidade com quatro dimensões discursivas, de maneira a se tentar identifica-las nas matérias separadas para análise, por intermédio da aplicação do *software NVivo*. Identificados e separados os referidos dados, foi verificada a hipótese central deste trabalho, acerca da manutenção, de parte da mídia, de um discurso incapacitante das mulheres quanto à arena político-institucional.

Na análise das ocorrências das categorias componentes da dimensão relacionamentos, notou-se a concatenação das matérias com as relações afetivas. Destacaram-se, entretanto, as imputações às Ministras ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais acerca de seu “apadrinhamento” pelos respectivos Presidentes ou por membros influentes do Partido dos Trabalhadores. Quanto aos Ministros, ao contrário, a influência política foi destacada como algo positivo.

Quanto à dimensão deslocamento, o Jornal O Globo destacou o comportamento social das ocupantes da Casa Civil e das Relações institucionais, notadamente nas categorias emoções e equívoco. Em relação à categoria autoestima, entretanto, referiu-se de maneira mais específica a Freire e Rousseff, bem como o *ineditismo* e o *anonimato*. A dimensão deslocamento também destacou a atitude pouco cordial das ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, inclusive, quanto às categorias *emoções* e *equívocos*. A *inflexibilidade* destacou-se não como um meio, mas, sim, como objetivo dos apontamentos, demonstrando-se que as *comparações de gênero* confirmaram esses entendimentos, assim como a *guerrilha*. Já o *não protagonismo* e os *requisitos de qualidade* difundiram-se mais, influenciando

destacadamente as matérias publicadas durante o Governo Dilma Rousseff. A dimensão idiosincrasias foi, comparativamente, pouco observada, entretanto, menos dirigida às ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais e mais a Chagas, Benedita da Silva e Suplicy. Em relação a todas as categorias, de maior ou menor forma, tendem a destacar o comportamento pouco gentil e a falta de traquejo político e capacidade de manobra.

A Casa Civil e o Ministério das Relações Institucionais são exemplos claros de *Hard Politics*, em decorrência da exigência de traquejo e flexibilidade política demandada pelas funções. Apesar de algumas pastas caracterizáveis como *Soft Politics*, a exemplo do Ministério do Turismo e outras funções mais técnicas do que políticas também foram referidas pelas categorias. Apesar disso, aquelas caracterizadas por *Hard Politics* foram especialmente citadas a partir das dimensões identificadas.

Demonstra-se que o Jornal *O Globo* tinha a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais como os principais centros de poder político do Executivo durante as Administrações Lula da Silva e Dilma Rousseff, tendo contribuído, discursivamente, para desacreditar as mulheres que ocuparam as mesmas, apontando-as como incapazes para seu exercício em decorrência, principalmente, de sua verve e de sua inflexibilidade.

Assim, as matérias publicadas durante o primeiro mês de exercício das Ministras nos respectivos cargos destacaram essas supostas incapacidades a partir de predicados que não foram utilizados quando era o caso de ministros. Nesse sentido é que as matérias publicadas durante o primeiro mês de exercício das Ministras nos respectivos cargos se voltaram a destacar tais incapacidades com base em predicados que não deveriam, estruturalmente, ser demonstrados por mulheres. Em detrimento desse discurso, os Ministros que demonstravam características similares ou, no limite, diametralmente opostas, não foram atingidos pela utilização das referidas categorias.

Essas categorias que se referiram às referidas Ministras, na maior parte dos casos, ocorreram em detrimento dos capitais acumulados por elas antes de serem empossadas nos respectivos Ministérios. Em vários casos, além disso, ocorreram em detrimento de suas formações políticas, acadêmicas e profissionais, tendo centrado-se em questões diversas, a exemplo de suas aparências, vestimentas ou impressões extraídas da comparação entre elas e alguns Ministros.

Nota-se além disso, que algumas categorias incidem de forma mais ou menos difusa, enquanto outras são mais específicas. O *não protagonismo*, os *requisitos de qualidade e mãe e esposa* constam de forma mais difusa, apesar de serem observáveis, enfaticamente, durante o Governo Dilma Rousseff. Já a *emoção*, apesar de ser difusa, centrou-se nas ocupantes da casa civil e das Relações Institucionais. Nesse sentido, observe-se o Quadro n. 4, a seguir:

Quadro 4. Dimensões e categorias por ocorrências e referências e características específica ou difusa.

DIMENSÕES	Categorias	Ocorrências	Referências	Específica/ Difusa
Relacionamentos	Apadrinhamento	18	41	Específica
	Descrédito por laços	10	22	Específica
	Falta de apoio	6	19	Específica
	Mãe e esposa	12	4	Difusa
Deslocamento	Apelidos	15	41	
	Emoção	15	37	Difusa*
	Equívoco	6	17	Específica
	Anonimato	5	14	Específica
	Autoestima	6	10	Específica
	Ineditismo	8	11	Específica
	Inflexibilidade	13	33	Específica
	Double mind	28	98	Específica
Comparações de gênero	Piada	6	13	Específica
	Não protagonismo	8	12	Difusa
	Requisitos de qualidade	21	51	Difusa
	Guerrilha	5	12	Específica
Idiossincrasias	Cuidado	2	2	Específica
	Elogio	8	18	Específica
	Estética	7	12	Específica

* Apesar de ser difusa, a categoria emoções foi especialmente referida no concernente às ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais.

Demonstra-se, portanto, que as categorias fizeram especial referência, em sua maioria às Ministras ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais. O Jornal O Globo parece ter compreendido que esses Ministérios representavam o centro do poder institucional dos Governos do Partido dos Trabalhadores, confirmando, portanto, que as posições de *hard politics* encontram destaque no discurso jornalístico, até mesmo no que se refere aos discursos incapacidades que corroboram a estrutura patriarcal e, especialmente, a transposição da divisão sexual do trabalho para a arena político-partidária.

Considerações finais

A presente tese se propôs a determinar em que medida no contexto de uma estrutura patriarcal, o aumento do destaque das mulheres no primeiro escalão da Administração Pública federal teria impactos no discurso dos meios de comunicação, notadamente aqueles especializados em informar acerca do cenário político brasileiro. A correspondente revisão conceitual se voltou a mostrar que a forma com que são construídas as esferas políticas, sociais e familiares, a estrutura patriarcal tem sido capaz de excluir as mulheres da política, em decorrência do distanciamento que promove entre elas e as relações sociais externas ao lar conjugal.

Analisou-se como o impacto da divisão sexual do trabalho no campo político, para além de influir no engajamento das mulheres, contribui para sua exclusão e apontamento constante quanto à sua incapacidade, em decorrência do fato de não pertencer ao gênero masculino, historicamente dominante no cenário. Assim, os pressupostos de dominação já subjetivados se voltam à sua exclusão, inclusive, das estruturas representativas.

Essa rígida divisão possibilita ao liberalismo justificar a exclusão de metade da população quanto à Justiça e à igualdade, sob o argumento da naturalidade do poder do marido sobre esposas e filhos. Os atores no campo político tendem a ter maiores oportunidades de acumular experiências necessárias para seu reconhecimento no campo pela obtenção de capital simbólico. Assim, aquele que já pertence a esse campo tende a obter mais da estrutura necessária para continuar em cargos de representação política.

Ocorre que o grau de visibilidade pública, os contatos e a formação de capital específico são pré-requisitos valorizados na esfera política, de maneira que a ocupação feminina da mesma resta prejudicada pela dominação masculina, situação ainda dificultada pelos canais midiáticos, que se destacam na entronização dos mesmos pressupostos de dominação simbólica, ao fortalecer estereótipos femininos.

O sujeito único do feminismo, construído pelo discurso da opressão comum das mulheres nas sociedades patriarcais, passa a ser contestado, pois as opressões passaram a ser percebidas como tendo fontes múltiplas, de maneira a reconhecer os fatores estruturais que conduzem à carência de participação das mulheres na política, a partir da separação entre os campos público e privado, especialmente quanto à divisão sexual do trabalho doméstico.

Nesse contexto é que as cotas eleitorais passam a ser algo essencial para construir um sistema mais justo de representação, pois as diferenças entre sujeitos não se referem apenas a opiniões e crenças, de modo que a preterição da política de *presença* pela política de *ideias* é percebida como inadequada para lidar com os problemas da exclusão política. A representação adequada precisa ser *substantiva*, composta por diferentes grupos sociais, para que os mecanismos políticos propiciem representação justa.

A necessidade da *política de presença* pode ser reconhecida a partir das insuficiências da *política das ideias*. Nesse sentido, a quantidade e a variedade de partidos são vistas favoravelmente em princípio, possibilidades a diferentes perspectivas por meio das legendas. Ocorre que há clara exclusão política decorrente das disparidades encontradas na maioria das democracias ocidentais entre o número de mulheres e homens.

As eleições não bastam para reduzir as desigualdades estruturais promovidas pelas perspectivas de grupos que tem sua “mensagem” como mais adequada do que outras, pois o comportamento liberal tende a se apoiar em um alinhamento em relação ao qual basta, para a representação, a diversidade de objetivos e crenças, que não necessariamente têm alguma relação com as experiências dos representantes.

A baixa representação feminina no parlamento se origina, também, do ineficiente formato da legislação acerca das cotas legislativas por sexo, bem como das frágeis sanções incidentes sobre os partidos que desrespeitam os critérios estabelecidos nesse sentido. Os entraves que o Brasil vivenciou para implantar o sistema de cotas também se justificam pelo fato de o quórum de decisão ser composto amplamente por homens.

Desse modo, a criação e a concretização de políticas e ações afirmativas voltadas ao aumento da participação das mulheres na política institucional é obnubilado pela lógica do partidarismo brasileiro sobre a supremacia masculina e pela sucessão familiar. Assim, a arena política brasileira é um espaço dilemático, caracterizado por tensões e disputas internas que cerceiam o campo do poder.

A perspectiva masculina da maioria dos representantes é de que eles conseguem atingir positivamente os diversos grupos que compõem a sociedade, de modo que, segundo a tradição liberal, não haveria necessidade de nenhum outro mecanismo que garanta a presença das mulheres no espaço público. Essa concepção, no entanto, é limitada, bem como restringe o avanço da democracia liberal

e, até mesmo, o mero reconhecimento formal de que as mulheres podem ser votadas e podem votar não implicou no aumento de sua representatividade.

Em sentido oposto, os governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff estimularam uma maior representatividade substantiva (ideias) e descritiva (presença) de mulheres nos parlamentos, no número de Ministras e nas estruturas implantadas e fortalecidas para políticas direcionadas às mulheres, observando-se, no período, notável aumento da representatividade das mulheres no Poder Executivo Federal.

Trata-se de um problema central, notadamente em relação às mulheres, para que seja possível dialogar, presencialmente e mediante representatividade formal, acerca dos questionamentos dos movimentos feministas no âmbito público institucional, em especial no contexto do processo legislativo, sendo considerável a influência dos instrumentos de mídia para a conservação desse quadro.

A estrutura de mídia, se bem direcionada a convicções específicas, pode agir, discursivamente, de modo a influenciar a formação e as mudanças de representações sociais, dirigidas a controlar o discurso público para interferir nas percepções. O jornalismo tem o papel de autenticar a ordem social e legitimar a dominação. O poder de influência do discurso jornalístico almeja delimitar e pautar ações e/ou comportamentos em função das escolhas de valores e temáticas de seus discursos.

O sistema de mídia jornalística trabalha com referência ao real, produzindo notícias a partir do que considera relevante e compartilhando simbologias e construções discursivas que se estabelecem na e pela linguagem. Assim, a organização discursiva da mídia ocorre por meio de sequências definidas e convencionais, de modo que o discurso midiático relacionado à atuação das mulheres na política entrelaça sua performance institucional e os estereótipos acerca do papel feminino na vida privada, comparando-o a seu trabalho na esfera pública, fazendo surgir mais uma possibilidade de utilização das linhas editoriais como mecanismo de controle das instituições.

Em relação aos tipos de enquadramentos das narrativas, as abordagens que são feitas a respeito dos sujeitos e das relações que estes estabelecem produzem saberes e noções de verdade que influenciam nas relações de poder. A notícia é um produto cultural e, por isso, é organizada por valores partilhados socialmente, verificando-se no agendamento da mídia não só pelo silenciamento de determinados grupos, como, também, pela indexação e a cristalização desses grupos em determinados nichos.

As produções midiáticas produzem discursos, em diversas ocasiões realizam discursos jornalísticos sobre mulheres na política, que entrelaçam estereótipos sobre o papel feminino na vida privada, como espelho de sua atuação na esfera pública. As linhas editoriais dos jornais, atuam conforme determinam as empresas de mídia, que servem como mecanismo institucional de controle. Assim, sem favorecer grupos em detrimento de outros e com a responsabilidade de acolher o contraditório para que a subjetivação dos sujeitos seja amparada pela consciência dos riscos em tomarem determinados posicionamentos, os princípios editoriais são construídos para transmitir um utópico tipo norteador de ação, que serve como justificativa da credibilidade dos discursos proferidos nos veículos de comunicação impressos.

Dessa forma, a assunção dos reais princípios organizadores deve partir do esclarecimento das estruturas ideológicas sobre as quais se mantém. Quanto às *estruturas cognitivas*, as ideologias são os suportes axiomáticos das representações mentais compartilhadas pelos membros de um grupo social, de modo que são os princípios básicos que norteiam os julgamentos sociais, como as concepções de verdadeiro ou falso, certo ou errado.

As ideologias são a fonte que constitui a identidade social e definem os interesses de um grupo. Consequentemente, por serem representações socialmente compartilhadas, são elementos sociais importantes. Quanto à *expressão e reprodução discursiva*, as ideologias e atitudes de determinados grupos podem ser organizadas e incidirem diretamente no modo com que são expressos os discursos.

A mídia, como promotora da circulação massiva de alguns discursos, potencializa as ideologias das instituições que os governam (patrocinadores, donos dos jornais), assim como o caráter ideológico dos que operam nessas instituições (os jornalistas). Seu objetivo é descomplicar a assimilação de valores sociais que passam a compor os modelos mentais preferenciais dos leitores desse veículo comunicativo.

Já as pautas são reproduções das ideologias materializadas nas suas interações cotidianas com seu público, de modo que os modelos mentais são socialmente construídos, por meio da relação discursiva descrita. A desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social permite que alguns vençam a concorrência, por serem agentes envolvidos nos produtos políticos, e, assim, vistos como apropriados ao local de produção.

Os cidadãos comuns, por sua vez, são reduzidos a meros consumidores de mercadorias, que se veem forçados a escolher dentre as opções apresentadas no

interior do campo. Assim, quanto à expressão e à reprodução discursiva nas mídias, as ideologias e as atitudes de certos grupos se organizam de modo a incidir de forma direta, em decorrência do como com que se expressam, fazendo circular de forma massiva alguns discursos potencializadores das ideologias institucionais da situação, que patrocinam ou são proprietários dessas empresas, ou daqueles que, efetivamente, produzem esse discurso, ou seja, os jornalistas.

Quanto às relações familiares, o parentesco com um homem político, geralmente, pai ou marido, é situação seria considerada “desabonadora”, em decorrência da facilidade da relação clientelista, vista como ilegítima, por depender do prestígio alheio para sua promoção. O poder político-institucional, muitas vezes, não é associado à incapacidade do homem de ser protagonista na vida da mulher ou de não ser o provedor ou principal mantenedor do lar, relacionando-se, sim, a um *lugar solitário*, no qual ela não conta com o apoio de sua família, especialmente de seu companheiro.

A baixa representação feminina na arena política é, simultaneamente, causa e efeito dos discursos limitantes de gênero, que posicionam as mulheres como sujeitos inapropriados para o poder institucional. Nesse sentido é que a tentativa da implantação de cotas no legislativo foi uma maneira de tentar responder, por meio de políticas afirmativas, à condição de sub-representação.

A falta de carga semântica contextual dos termos “homem” e “mulher” influencia na instituição da cadeia de signos, normas e institucionalidades que legitimam os homens, corroborando sua dominância e evidenciando os fatores limitativos da participação das mulheres na política como os modelos discursivos que são, construindo as estruturas do pensamento que formam essas relações de poder, assim como possibilitando perceber o enquadramento desses sujeitos nas relações de poder.

Esse quadro, entretanto, não é amenizado pelo fato de as mulheres ocuparem posições na estrutura midiática, de maneira que não se identifica uma postura representativa, fato que demonstra a inexistência de um contrapoder de uma maioria feminina que seja capaz de desafiar essa dominância, situação que acaba por influenciar a política institucional.

Observa-se, assim, que o agir ético-político da mídia se baseia no entendimento pessoal/coletivo da trama das relações sociais, fazendo com que opere como mecanismos de influência na instrumental, promovendo visibilidade a sujeitos

titulares de certos tipos de capital, mas esses discursos se modificam de forma a possibilitar a manutenção desses indivíduos na arena política, apesar das inevitáveis contradições entre os posicionamentos, fazendo surgir a necessidade de utilização da “busca da verdade e objetividade” para validar socialmente os procedimentos midiáticos, especialmente por meio de uma pretensa “imparcialidade”.

O fato de as características associadas ao masculino serem mais valorizadas no âmbito político se deve a que os homens ocupam tradicionalmente esse espaço. Assim, foi naturalizada a percepção de que as mulheres não seriam sujeitos capazes de participar da arena política por não trazerem consigo atributos masculinos úteis à participação política, como as habilidades burocráticas, de gestão e de negociação. Além disso, quanto mais alto o cargo, maior parece ser a resistência e ser ocupado por mulheres.

Os homens são normalmente vistos como fortes, agressivos, racionais, ativos, autoconfiantes e assertivos, enquanto que as mulheres são tidas como emotivas, calorosas, compassivas, gentis e cautelosas. Essas imagens se ligam à atribuição de competências diferentes a mulheres e homens, que parecem, ainda, direcioná-los a diferentes campos da política: para os homens, a política internacional, segurança, militarismo e economia; para as mulheres, bem-estar social, saúde, educação e meio ambiente.

A atuação feminina na política se encontra, assim, impactada pelo discurso midiático, corporificado pelo *estereótipo*, voltado, assim, à manutenção da dominação masculina no campo político institucional. Esses padrões acabam por ser reproduzidos por homens e mulheres e reproduzidos pelas mídias, assim como se observou em relação ao caso de Dilma Rousseff, cujos atributos políticos para governar foram apontados como inadequados, por comparação aos padrões masculinos pré-estabelecidos pelos procedimentos midiáticos consolidados.

Conclui-se que a mídia hegemônica acaba por desmerecer ocupação de posições políticas institucionais por mulheres, o que, por sua vez, corrobora o discurso voltado a visibilizar os sujeitos titulares de determinados tipos de capital, sob o pálio da pretensa “imparcialidade”, produzindo e reproduzindo os mesmos estereótipos que se voltam a manter a dominação masculina.

Na parte empírica, fixada a metodologia, foram expostas as biografias das Ministras empossadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, enquadrando algumas das características de suas histórias prévias em capitais

cultural, laboral, político e ativista. Demonstrou-se, com isso, que as Ministras, mesmo antes de tomarem posse nos respectivos Ministérios, acumulavam volumes significativos em diversos capitais, por serem políticas experimentadas, militantes experientes, acadêmicas de alto gabarito ou servidoras públicas de carreira.

Após, separaram-se categorias em conformidade com quatro dimensões discursivas, para tentar-se identifica-las nas matérias separadas para análise, por meio da aplicação do *software NVivo*. Identificados e separados os referidos dados, foi verificada a hipótese central deste trabalho, acerca da manutenção, de uma parte da mídia hegemônica, de um discurso incapacitante das mulheres quanto à arena político-institucional.

Na análise da dimensão relacionamentos, notou-se a concatenação das matérias com as relações afetivas. Destacaram-se as referências às Ministras ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais acerca de seu “apadrinhamento” pelos respectivos Presidentes ou por membros influentes do Partido dos Trabalhadores. Quanto aos Ministros, a influência política foi destacada como algo positivo.

Na dimensão deslocamento, destacou-se o comportamento social das ocupantes da Casa Civil e das Relações institucionais, notadamente nas categorias emoções e equívoco. A categoria autoestima, entretanto, referiu-se especificamente a Freire e Rousseff, assim como o *ineditismo* e o *anonimato*. A dimensão *deslocamento* destacou a atitude pouco cordial das ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, inclusive, quanto às categorias *emoções* e *equívocos*.

A *inflexibilidade* destacou-se como objetivo dos apontamentos. As *comparações de gênero* confirmaram esses entendimentos, bem como a *guerrilha*. O *não protagonismo* e os *requisitos de qualidade* difundiram-se, influenciando, especialmente as matérias publicadas durante o Governo Dilma Rousseff. A dimensão *idiosincrasias* foi pouco observada, porém, menos dirigida às ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais e mais a Chagas, Benedita da Silva e Suplicy. Todas as categorias, de maior ou menor forma, tendem a destacar o comportamento pouco gentil e a falta de traquejo político e capacidade de manobra.

A Casa Civil e o Ministério das Relações Institucionais são exemplos claros de *Hard Politics*, em decorrência da exigência de traquejo e flexibilidade política demandada pelas funções. Justamente, aquelas pastas caracterizadas por *Hard Politics* foram especialmente citadas a partir das dimensões identificadas. Apesar de

algumas pastas caracterizáveis como *Soft Politics*, a exemplo do Ministério do Turismo e outras funções mais técnicas do que políticas também foram referidas pelas categorias.

O Jornal *O Globo* tinha a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais como os principais centros de poder político do Executivo durante as Administrações Lula da Silva e Dilma Rousseff, tendo contribuído, discursivamente, para desacreditar as mulheres que ocuparam as mesmas, apontando-as como incapazes para seu exercício em decorrência, principalmente, de sua verve e de sua inflexibilidade.

Assim, as matérias publicadas durante o primeiro mês de exercício das Ministras nos respectivos cargos destacaram essas supostas incapacidades a partir de predicados que não foram utilizados quando era o caso de ministros. Algumas categorias incidiram de maneira mais ou menos difusa, enquanto outras o foram de um modo específico. *O não protagonismo*, *os requisitos de qualidade e mãe e esposa* constam de forma mais difusa, apesar de serem observáveis, enfaticamente, durante o Governo Dilma Rousseff. Já a *emoção*, apesar de ser difusa, centrou-se nas ocupantes da casa civil e das Relações Institucionais.

Demonstra-se, assim que as categorias foram notadamente referidas às Ministras ocupantes da Casa Civil e das Relações Institucionais, inferindo-se que o Jornal *O Globo* compreendia que tais Ministérios representavam o centro do poder institucional dos Governos do Partido dos Trabalhadores, confirmando que as posições de *hard politics* se descataam no discurso jornalístico, inclusive nos discursos incapacitantes que confirmam a estrutura patriarcal e a transposição da divisão sexual do trabalho para a arena político-partidária.

Nessa medida, a partir das reivindicações do movimento feminista por emancipação e igualdade equilíbrio, esta tese se voltou a contribuir para mostrar que o atingimento desses objetivos passa pelas concretizações legislativas relacionadas a cotas e pela presença efetiva das mulheres nos parlamentos e na Administração Pública, mas, também, pela crítica da estrutura midiática brasileira, que age, por intermédio de uma infinidade de categorias discursivas carreadas pelos mais diversos instrumentos, em detrimento, até mesmo, dos altíssimos capitais acumulados por essas mulheres, superiores aos da população em geral e, até mesmo, em comparação à esmagadora maioria dos demais membros da classe política.

Dessa forma, os referidos objetivos, especificamente em relação à seara política, somente serão alcançados mediante a modificação paradigmática de todas

as estruturas que cercam a política partidária nacional, incluindo o discurso mediático, em direção ao reconhecimento do valor das mulheres no mesmo patamar conferido aos homens.

REFERÊNCIAS:

AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 5, p.72-85, jul.-dez., 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

AGUIAR, Letícia Coutinho. **A ausência de efetividade das ações afirmativas de gênero na política**: necessidade de reforma do sistema eleitoral. 2019.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: refazendo a política de cotas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 8, p. 1-7, 2008.

ALVES, Dáfni; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; HENRIQUE, Anderson. O Poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 119-134, 2015.

AMES, Valesca Daiana Both. As possibilidades de uso do software de análise qualitativa Nvivo. **Sociologias plurais**, v. 1, n. 2, p. 230-247, ago. 2013.

ANGELIM, Fábio Pereira. O pessoal torna-se político: o papel do Estado no monitoramento da violência contra as mulheres. **Psicologia Política**, v. 9, n. 18, p. 259-274, jul.-dez., 2009.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. **Estudos feministas**, p. 71-90, 1998.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.

(ARAÚJO, 2005)

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-215, 2005.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, 2010.

ARAÚJO, Clara; Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

ARGOLO, Fernanda Dantas. **Dilma Rousseff: Trajetória e Imagem da Mulher no Poder**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

ARGOLO, Fernanda Dantas; **Dilma Rousseff: uma mulher fora do lugar**. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. 271f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Universidade Federal da Bahia, Salvador- BA. 2019.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Ed. da Unesp, 2001

BAKHTIN, Mikhail; **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, 2002.

BARRETT, Michèle; PHILLIPS, Anne. Desestabilizar la teoria. Debates feministas contemporâneos. México: UNAM/Paidós/PUEG, 2002

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe; **Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. Opinião. Pública**, Campinas, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 fev.2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *In*: THIOLENT, M. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151. (Extraído de Les Temp Modemes, nº 318, jan. 1973, p. 1292-1304.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. **Crítica metodológica e investigação social e enquete operária**, São Paulo: Editora Polis, 1982.

BOURDIEU, Pierre. Cultural reproduction and social reproduction. *In*: BROWN, Richard. (ed.). **Knowledge, education and cultural change: papers in sociology of education**. Londres: Tavistock, 1973. p. 71-112.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Pierre. **Campo del poder y campo intelectual**. 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus Editora; 1996.

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, John. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral n. 160892. Relator: Ministro Gilmar Ferreira Mendes, 11 nov. 2014.
- Lei 13.165 de 2015 (BRASIL, 2015)
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, set.-dez, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: UFGD, 2014.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. Nova York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Editora UNB.2001.
- FALCONE, Karina. **(Des) legitimação**: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social. 2008.
- FALCONE, Karina. **O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal**. 165P. Dissertação (Mestrado em Linguística). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- Foucault, Michel. **A ordem do discurso**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008
- GARCÍA, Nuria Fernández. Género, medios y política: representación de las mujeres políticas en los medios de comunicación. **Más poder local**, Unirioja; Espanha, 2018.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GROSSI, Miriam Pilar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001

GRUPO GLOBO. Globo apresenta nova estrutura organizacional. 2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2013/08/28/globo-apresenta-nova-estrutura-organizacional.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2020.

GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e cidadania: todo o que você deve saber sobre mídia**. Editora Vozes, 2005.

HIRATA, Helana; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho?. **Novos cadernos NAEA**, 2009.

Holtz Bacha, Christina. "Quem cuida das crianças? A representação das mulheres do alto escalão político pelos *media*". **Revista Compolítica**, 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.

LAGE, Maria Campos. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD Maria Campos Lage. **ETD**, v.12, p.198-226, mar., 2011.

LAVALLE, Cecilia Torres. **Paridad es la meta: mujeres en los ayuntamientos de Quintana Roo, 1975-2010**. México, Instituto Nacional de las Mujeres; Instituto Quintanarroense de la Mujer, 2010.

LOWY, Michael; **Ideologia e Ciência social**. São Paulo, 2008.

MACHADO, Lia Zanota. Feminismo brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da. (Orgs.) **O direito achado na rua**. v. 5: introdução crítica ao direito das mulheres. Brasília: CEAD, 2011, p. 77-82.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**, n. 4, p. 45-67, 1996.

MARINHO, Roberto. Quem somos. **Editora Globo**. Disponível em: <<http://www.centralcomunicacao.com.br/Revistas/Globo/globo.htm>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n. 17, p. 49-66, 1989.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e Representação: territórios em disputa**. São Paulo, editora Unesp, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; FEITOSA, Fernanda; O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, editora UERJ, 2009.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de. A Constituição da Mulher Brasileira: Uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional. **Rio de Janeiro: Abril de**, 2012.

OKIN, Susan Moller. Gender, the Public and the Private. **Revista estudos feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

PATEMAN, Carole. **Participation and Democratic Theory**. Cambridge. Cambridge University Press, 1970.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. **Engendering democracy**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991.

PHILLIPS, Anne. **The Politic of Presence**. Oxford: Oxford University Press. 1995.

PHILLIPS, Anne. **Gênero y teoria democrática**. México: Instituto de Investigaciones Sociales 1996

PHILLIPS, Anne. DE UMA POLÍTICA DE IDÉIAS A UMA POLÍTICA DE PRESENÇA?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100016>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

PHILLIPS, Anne. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 223, 2009.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 339-363, 2011.

PINTO, Céli Regina. **Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil: gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história feminista no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi Regina Jardim; Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói** (USCS), 2006.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. A construção da imagem política de Dilma Rousseff como mãe do povo brasileiro. **Revista Debates**, v. 5, n. 1, p. 139, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. **A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos**, v. 48, p. 7-42, 2002.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967

PINTO, Celi Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 178-208, 2018.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. **Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba**, p. 73-104, 2004.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, democracia paritária e inclusão política das mulheres. **Gênero na Amazônia**, v. 4, p. 15-35, 2013.

RAWLS, John. **O liberalismo Político**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, Joan; Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, nº 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/71721/40667>> Acesso em fev de 2020

SCHUDSON, Michael; The power of news. Cambridge. Harvard University. Cambridge. Press, 1995.

SCHUDSON, Michael. Political observatories, databases & news in the emerging ecology of public information. **Daedalus**, v. 139, n. 2, p. 100-109, 2010.

SCHULZ, Rosângela Marione; MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010, **Sociologias**, v. 17, p. 370-402, 2015.

DANTAS, A. C. M. S.; SILVA, O. O segundo sexo na política: o papel do direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira. **Maceió: Edufal**, 2011.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: mídia, afeto e política**. Petrópolis: Vozes, 2006

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VALOR ECONÔMICO. Carolina Oms, Letícia Casado e Bruno Peres. **Justiça suspende posse de Lula na Casa Civil**. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/03/18/justica-suspende-posse-de-lula-na-casa-civil.ghtml>> Visto em: 30 jan de 2019

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discourse, Power and Access. In Carmem Rosa Caldas; Coulthard (orgs). **Texts and Practices. Reading in Critical Discourse Analysis**, London and New York, Routledge, 1991.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo. Contexto. 1992.

VAN DIJK, Teun A. et al. Discourse analysis as ideology analysis. **Language and peace**, v. 10, n. 47, p. 142, 1995.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Semântica do Discurso e ideologia. In Emília Ribeiro Pedro, (org.) **Análise Crítica do Discurso. Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional**. Lisboa, Caminho, 1997.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Opinions and ideologies in the Press. In: Bell, A; Garret, P. (Orgs) **Approaches to Media Discourse**. Oxford, Blacwell, 1998.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso**. Porto. Campos das Letras, 2005.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo (1986-2010)**. 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1991.

WELZER-LANG, Daniel. **Les hommes aussi changent: que pensent les hommes des femmes et du masculin**. Paris: Payot, 2004.

YOUNG, Iris M. Difference and policy: some reflections in the context of new social movements. **U. Cin. L. Rev.**, v. 56, p. 535, 1987.

YOUNG, Iris Marion. **Intersecting voices: dilemmas of gender, political philosophy and policy**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

YOUNG, Iris Marion. Activist challenges to deliberative democracy. **Political theory**, v. 29, n. 5, p. 670-690, 2001.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford University press on demand, 2002.

ZENITHOPTIMEDIA. **Google takes top position in global media owner rankings.** 2013. Disponível em: <https://www.zenithmedia.com/google-takes-top-position-in-global-media-owner-rankings/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ZENITHOPTIMEDIA. **Google and Facebook now control 20% of global adspend.** 2017. Disponível em: <https://www.zenithmedia.com/google-facebook-now-control-20-global-adspend/>. Acesso em: 12 dez. 2020.